Governo Regional da Madeira
Secretaria Regional do Plano e Finanças
Instituto de Gestão de Fundos Comunitários

Relatório Final

Setembro de 2002

POPRAM II
- Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 1994-1999 -
QCA II

Instituto de Gestão de Fundos Comunitários

ÍNDICE

Nota Introdutória 5

Capítulo I – Evolução da Situação Sócio-Económica 6
Capítulo II – Caracterização do Programa 20
. II-1. Apresentação e Estrutura do POPRAM II 20
. II-2. Decisões do Programa 22

Capítulo III – Sistema de Gestão e Acompanhamento 25
. III-1. Sistema de Gestão 25
. III-2. Sistema de Acompanhamento 26

Capítulo IV – Execução da Intervenção Operacional 38
. IV-1. Transferências Financeiras 38
. IV-2. Execução Global do Programa 39
. IV-3. Execução Por Subprograma e Medidas 41
. Subprograma 1 – Qualificação e Valorização do Potencial Humano 41
. Medida 1 – Bases do Conhecimento e Inovação 43
. Medida 2 – Formação Profissional 45
. Medida 3 – Acções para o Desenvolvimento do Emprego 45
. Subprograma 2 – Desenvolvimento de factores de competitividade e do Potencial endógeno 50
. Medida 1 – Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento 52
. Medida 2 – Desenvolvimento da Indústria e Artesanato 56
. Medida 3 – Valorização e Aproveitamento do Potencial turístico 58
. Medida 4 – Desenvolvimento Agrícola e Rural 59

. Medida 5 – Modernização das Pescas e Desenvolvimento das Actividades marinhas 66
. Medida 6 – Mobilização do Potencial de Iniciativa Endógena 67
. Subprograma 3 – Qualidade de vida e Protecção do Meio Ambiente .. 69
. Medida 1 – Aumento e Melhoria da Oferta dos Serviços de Saúde 70
. Medida 2 – Infraestruturas e Redes de Abastecimento de Água 71
. Medida 3 – Infraestruturas de Saneamento e Básico 73
. Subprograma 4 – Gestão e Acompanhamento do Programa 75

Capítulo V – Avaliação
. V-1. Avaliação Intercalar do Programa 78

Capítulo VI – Controlo 84

Capítulo VII – Informação e Publicidade 92

Capítulo VIII– Respeito Por Outras Políticas Comunitárias 95

Capítulo IX – Emprego 96

Capítulo X - Igualdade de Oportunidades 97

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – PIB pm –1995-1999.....6

Gráfico 2 – Distribuição Sectorial do Emprego 10

Quadro 3 – Evolução do Emprego da RAM, segundo os níveis de qualificação 17

Quadro 4 – Evolução da pesca descarregada.....18

Quadro 5 – Produção de Dourada.....19

Quadro 6 – Decisões do POPRAM II 24

Gráfico 7 – Execução Final do Programa 41

Gráfico 8 – Investimento Programado, Aprovado e Executado no Subprograma 1 42

Gráfico 9 – Investimento Programado, Aprovado e Executado no Subprograma 2 51

Quadro 10 – PDAR – Distribuição Anual dos Projectos Aprovados 61

Quadro 11 – Programação Anual dos Compromissos Assumidos 61

Gráfico 12 – Projectos Aprovados Anualmente.....62

Quadro 13 – Submedida – Infraestruturas 63

Quadro 14 – Submedida – Apoio às Explorações Agrícolas 63

Quadro 14.1 – Repartição por Tipo de Beneficiário 65

Quadro 14.2 – Ajudas à Primeira Instalação 65

Quadro 14.3 – Natureza dos Investimentos 65-A

Quadro 14.4 – Acção 2.4.9 – Investig., Experimentação e Demonstração 65-B

Quadro 15 – Acção 2.4.7 – Projectos de Desenvolvimento Florestal..... 65-C

Quadro 16 – Submedida – Transf. e Comercialização de Produtos Agrícolas..... 65-C

Quadro 17 – Execução Financeira do PDAR 65-D

Quadro 18 – Projectos Aprovados no Pesca-RAM.....66

Quadro 19 – Investimento Programado Aprovado e Executado no Subprograma 3 69

Nota Introdutória

O presente documento corresponde ao Relatório Final do Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira (POPRAM II), para o período 1994-1999 (POPRAM II), nos termos do nº 4 do Artigo 25º do Regulamento (CEE) nº 2082/93 do Conselho de 20 de Julho. Este Relatório tem subjacente o encerramento físico e financeiro das quatro Componentes (FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP) que o integram.

A gestão global do POPRAM II foi assegurada pela então Direcção Regional do Planeamento até ao final do primeiro trimestre de 2001, depois com a sua extinção e criação do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários (IFC), através do Decreto Legislativo Regional nº 20/2001/M, de 2 de Agosto, passou este organismo a assumir aquelas funções.

A coordenação global deste documento pertenceu ao Instituto de Gestão de Fundos Comunitários (IFC). Os Gestores das Componentes FSE, FEOGA-O e IFOP da intervenção operacional, e respectivas estruturas de apoio técnico, e a entidade co-gestora[1] do Sistema de Incentivos FEDER (Sistema de Apoio à Actividade Empresarial da RAM – SIDERAM) inserido na Medida 2.6 – Mobilização do Potencial Endógeno do FEDER deram uma colaboração fundamental à elaboração do Relatório Final.

[1] Serviço de Apoio a Pequenas Empresas e ao Investimento (SAPMEI), actual Instituto de Desenvolvimento Empresarial da RAM (IDE).

CAPÍTULO I – ENVOLVENTE SÓCIO-ECONÓMICA

A Região Autónoma da Madeira tem registado nos últimos anos um considerável nível de desenvolvimento, que se tem manifestado, não só na criação e implementação de infraestruturas básicas, designadamente na área das acessibilidades, como na "performance" empresarial, resultante em grande parte, da aplicação das medidas efectuadas no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio.

Esta situação reflecte-se na evolução do Produto Interno Bruto Regional (PIB). Com efeito, de acordo com os resultados das Contas Regionais, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, segundo o novo sistema de contas económicas – Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade (SEC 95) – o PIB a preços de mercado tem registado um crescimento relevante, conforme se pode comprovar no seguinte quadro.

Quadro1 – Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) – 1985-1999

PIB	1995	1996	1997	1998	1999
PIBpm [a] (10^6 Euros)	1.841,0	1.988,0	2.125,0	2.398,0	2.563,0
PIBpm per capita (10^3 Euros)	7,2	7,7	8,2	9,2	9,8
Índice de Disparidade do PIBpm per capita [b]	88,0	89,0	88,0	91,0	91,0

[a] Preços correntes
[b] O índice 100 corresponde à média nacional

É de salientar que o PIB per capita da RAM segue uma trajectória de aproximação da média nacional, distanciando-se desta, em apenas 9 pontos percentuais, no ano de 1999.

A estrutura sectorial do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Região, em 1998, caracterizava-se pela preponderância do sector terciário (77,6%), devido essencialmente às "actividades imobiliárias" (14,0%); "administração pública" (13,4%); "hotéis e restaurantes" (11,0%); "transportes e comunicações" (10,9%) e "comércio" (10,4%).

O sector secundário contribuiu com 19,2% para o VAB, onde se destaca a participação relativamente elevada da Construção Civil e Obras Públicas (11,1%), sobretudo através do investimento público em infraestruturas básicas e dos investimentos em equipamentos turísticos e na habitação.

O baixo nível de industrialização da Região é evidenciado pela fraca participação das indústrias transformadoras na formação do VAB (6,0% em 1998), onde predominam as

indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco e as indústrias de base artesanal (bordados e vimes). O artesanato, embora pelas suas raízes históricas e culturais, assuma uma grande importância no contexto da economia regional, tem regredido fortemente nas duas últimas décadas, apresentando significativas quebras de actividade, devido fundamentalmente à concorrência de produtos similares, originários de países asiáticos.

O sector primário tem vindo a perder peso relativo na formação do VAB, passando de 6,9% em 1990 para 3,2% em 1998.

A actividade agrícola, além de estar substancialmente condicionada por factores fundiários desfavoráveis, tem sido muito influenciada pelos problemas que têm afectado uma das principais produções regionais – a banana. A adopção de novas regras de produção e comercialização deste produto, num mercado fortemente concorrencial, tem originado estrangulamentos neste importante sector da economia agrícola regional, com a consequente diminuição das exportações.

Para além da produção de banana, a produção agrícola assenta fundamentalmente na produção de vinho, de frutos tropicais e na floricultura.

A nível da viticultura, têm sido desenvolvidos esforços no sentido de sustentar e valorizar a política de promoção do vinho Madeira.

O sector das pescas contribuiu em cerca de 1% na formação do VAB, em 1998.

A actividade piscatória é pouco diversificada em espécies, concentrando-se principalmente nos tunídeos e no peixe-espada preto.

Nos últimos anos registou-se uma diminuição significativa no volume da pesca descarregada, resultante fundamentalmente das quebras verificadas nas capturas de atum e similares, que, por constituirem uma espécie migratória, as suas capturas são muito variáveis, estando sujeitas a grandes flutuações.

De 1998 para 2000 verificou-se um decréscimo de 29,4% na quantidade total de pesca descarregada, sendo de 77,7% a quebra registada nas capturas de tunídeos. O peixe-espada preto tem sido a espécie mais abundante, representando 55,0% do volume total da pesca descarregada e 63,2% do respectivo valor, no ano 2000.

A política que tem vindo a ser efectuada na Região, neste sector, nomeadamente no que se refere à modernização da frota pesqueira e à formação profissional do pessoal envolvido na actividade piscatória, tem-se traduzido em significativos aumentos de produtividade.

O sector do turismo tem evoluído substancialmente ao longo da última década, contribuindo de uma forma amplamente dinamizadora para o desenvolvimento da actividade económica regional.

A oferta turística cresceu significativamente, passando de 85 estabelecimentos hoteleiros em 1990 para 204 em Outubro de 2001, o que se traduziu num aumento de 140,0%. Consequentemente, a capacidade de alojamento que, no final de 1990 era de 13 419 camas, passou para 25 737 camas em Outubro de 2001, registando um acréscimo de 91,8%.

As dormidas na hotelaria têm apresentado sempre evoluções positivas, no decurso do período em referência, embora nos últimos anos as respectivas taxas de crescimento evidenciem aumentos de menor amplitude (em 1990 as dormidas registaram um acréscimo de 13,1% em relação ao ano anterior e no ano 2000 o aumento face a 1999 fixou-se em 4,4%).

A taxa de ocupação anual dos estabelecimentos hoteleiros situou-se nos 59,2% no ano 2000, traduzindo-se numa descida de 5,4 pontos percentuais relativamente ao ano anterior (64,6% em 1999). Convém notar, que os hotéis-apartamentos constituem a categoria dos estabelecimentos hoteleiros que apresentou a taxa de ocupação mais elevada (70,9% em 2000), seguida dos apartamentos turísticos (61,9%), dos hotéis (59,9%), das pousadas (42,8%), das estalagens (42,3%), das pensões (33,7%) e do turismo de habitação (21,2%).

No que respeita à duração média da estadia, tem-se verificado anualmente uma sensível diminuição (6,0 dias em 1997; 5,9 dias em 1998; 5,7 dias em 1999 e 5,6 dias em 2000).

Os principais mercados de proveniência dos turistas continuam a ser a Alemanha, o Reino Unido e Portugal. No decurso do ano 2000 estes mercados aglutinaram 64,4% do total das dormidas.

O investimento criado no sector da hotelaria contribuiu para o incremento do emprego na Região. Com efeito, em 1990, o pessoal ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros era de 4 491 indivíduos e em 2000 atingia os 6 265, correspondendo a um acréscimo de 39,5%.

Por outro lado, as receitas totais (a preços correntes) geradas pelo conjunto dos estabelecimentos hoteleiros da RAM, ascenderam a 201 milhões de euros no ano 2000, registando um acréscimo de 10,9% relativamente ao ano anterior (181 milhões de euros em 1999).

No âmbito do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), estavam licenciadas, no final de 2000, 6 020 sociedades (5 931 na área dos serviços internacionais, 41 no sector

financeiro e 48 no sector industrial) e registadas cerca de 200 embarcações no Registo Internacional de Navios MAR.

As 5 931 sociedades licenciadas que operam na área dos serviços internacionais, contribuíram para a criação de 784 postos de trabalho directos, para além do emprego indirecto que a dinâmica dos serviços internacionais gera e que, de acordo com dados estatísticos relativos a outras praças, é duplo do número de postos de trabalho criados directamente.

No sector financeiro, o número de postos de trabalho criados no ano em referência, era de 295, enquanto que as unidades industriais em actividade empregavam 521 indivíduos.

A evolução demográfica da Região no último decénio, caracterizou-se por um decréscimo populacional de 3,3% . De acordo com os últimos Censos, a população residente da RAM em 2001 fixou-se nos 245 012 habitantes (253 426 em 1991).

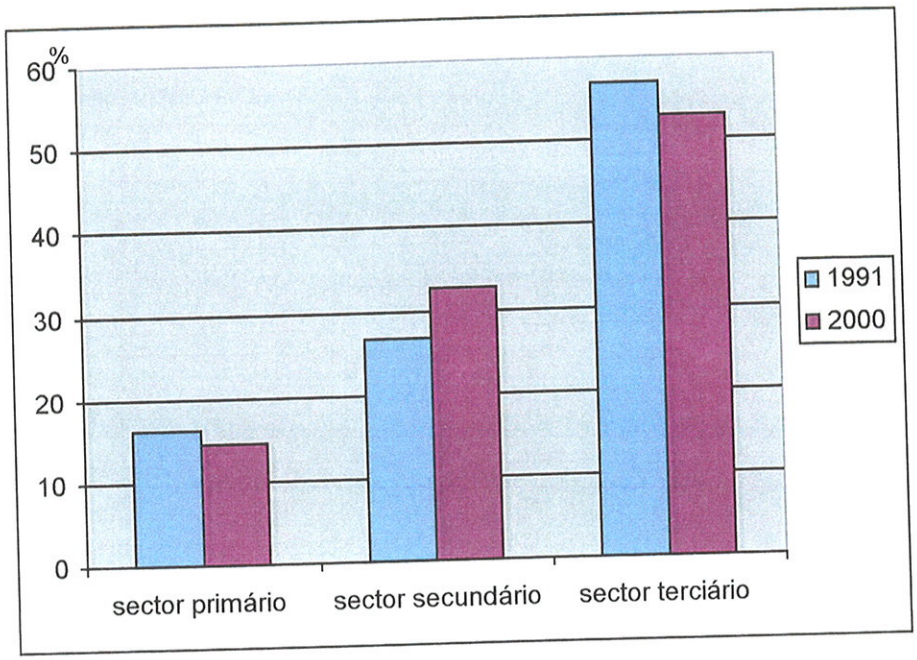
Uma análise mais pormenorizada das principais alterações demográficas entre 1991 e 2001, mostra que a proporção da população com idades compreendidas entre 0 e 14 anos diminuiu 5,3 pontos percentuais (de 24,5% para 19,2%), enquanto que a proporção de pessoas entre 25 e 64 anos aumentou 5,7 pontos percentuais (de 45,5% para 51,2%). Também a proporção da população com 65 e mais anos registou um aumento de 2,2 pontos percentuais (de 11,6% para 13,8%).

O índice de envelhecimento apresentou um aumento de 24,5 pontos percentuais neste período, passando de 47,4% em 1991 para 71,9% em 2001. Constata-se assim um envelhecimento da população, com tendência para agravar-se a prazo, atendendo a que a taxa de crescimento natural continua a descer, embora de uma forma muito menos acentuada nos últimos anos (de 1991 para 1999 passou de 3,6 ‰ para 2,5‰).

A população activa aumentou ao longo destes anos, passando de 104 930 pessoas em 1991 para 119 615 em 2000, a uma taxa de 1,4% ao ano, em resultado do incremento da população em idade activa. Do mesmo modo, verificou-se um aumento na taxa de actividade, atingindo os 45,6% em 2000 (41,4% em 1991). Este acréscimo foi resultante do aumento da taxa de actividade feminina, que se elevou de 31,3% para 38,7% no período em referência.

A repartição sectorial do emprego alterou-se sensivelmente de 1991 para 2000, traduzindo-se numa pequena redução dos activos no sector primário, de 16,3% para 14,6% e numa maior dinamização do sector secundário, onde o emprego subiu de 26,7% para 32,6% . O sector terciário registou uma ligeira diminuição, passando de 57,0% para 52,8%.

Gráfico 2 - Distribuição sectorial do emprego



No âmbito do sector secundário, destaca-se a importância da actividade da construção e obras públicas, cujo peso relativo passou de 38,4% em 1991 para 59,8% em 2000. Em contrapartida, as indústrias transformadoras registaram uma quebra no emprego, passando de 56,9% para 37,3%, no período em análise, devido fundamentalmente à redução verificada nas indústrias têxteis, onde se inclui o artesanato, que vem registando significativas quebras de actividade.

No sector dos serviços, salientam-se as actividades do "comércio", "hotéis, restaurantes e similares" e "administração pública, educação e saúde", que empregavam 20,8%; 21,9% e 36,2%, respectivamente, dos activos do sector, no ano 2000.

De acordo com o Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego da Região situou-se em 2,5% no ano 2000, tendo-se observado uma ligeira descida do valor desta taxa nos últimos anos (3,5% em 1998 e 2,8% em 1999).

A nível da inflação, observou-se um abrandamento significativo no ritmo de crescimento dos preços, no período 1990 – 1999, em que a taxa de variação média anual do índice de preços no consumidor desceu de 10,3% para 2,0%.

Nos dois últimos anos verificou-se uma inflexão na trajectória seguida por este indicador macroeconómico, ao atingir os 3,6% no final de 2001.

Modificações com particular relevância para as áreas de intervenção do FSE e do IFOP

FSE

A Região Autónoma da Madeira (RAM) pela sua condição de região ultraperiférica tem desde logo especificidades próprias que advêm dessa situação. Por outro lado, a sua própria dimensão, pouco mais de 720 km^2, potencia claramente as fragilidades inerentes aos territórios com descontinuidade geográfica. São pois naturais os constrangimentos que obstaculizam a introdução e implementação de políticas que possam promover o desenvolvimento sócio-económico da Região. Saliente-se ainda que a RAM, durante muitos anos, esteve votada a uma situação de quase esquecimento, o que agravou, ainda mais, as condições de atraso em que se encontrava. É precisamente com o advento do regime autonómico que se começaram a criar as condições necessárias para desenvolver uma política própria que permitisse inverter gradualmente as grandes e profundas assimetrias que se registavam e para as quais se deveriam orientar as medidas e acções inerentes a essa política.

O carácter iminentemente estrutural em que assentava todo este processo preconizava desde logo a afectação de recursos financeiros, que permitissem arrancar com as grandes infra-estruturas físicas, bem como pudessem atender a factores de ordem social que constituíam, na sua globalidade, um entrave ao próprio desenvolvimento. Neste aspecto foi desde logo entendido que em situação alguma se poderia dissociar o desenvolvimento sócio-económico, da componente dos recursos humanos, entendida em toda a sua amplitude, ou seja, os próprios cidadãos. Foi assim que se deparou com um quadro caracterizado por um número elevado de indivíduos sem escolaridade, bem como por uma população activa muito pouco qualificada e sem que houvesse as condições que permitissem criar dinâmicas que pudessem gerar acções que atendessem a esta situação. Por outro lado, a existência de uma componente bastante jovem da população, perspectivava a curto prazo, uma pressão sob o mercado de trabalho, sendo que a sua inserção não se afigurava fácil face ao baixo nível de qualificações que detinham. Realce-se ainda que, com a diminuição drástica da emigração, acentuar-se-ia, ainda mais, a já aludida pressão.

Estávamos pois perante uma situação de pouca qualificação e escolarização da nossa força de trabalho e sem as competências requeridas para que a economia pudesse crescer e se tornar mais competitiva.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, é um marco incontornável no desenvolvimento da Região, especialmente, por via da canalização de recursos financeiros que possibilitavam a operacionalização das estratégias de desenvolvimento.

Estas estratégias, consignadas nos Planos de Desenvolvimento Regional, tinham como principal suporte operativo os designados Programas Operacionais Plurifundos, que constituíram instrumentos cruciais no sentido de possibilitarem o desenvolvimento efectivo das acções que permitissem atingir os objectivos traçados no âmbito da estratégia estabelecida.

Sublinhe-se que, no âmbito do 1º Quadro Comunitário de Apoio, não se encontravam regionalmente contempladas todas as medidas, no que concerne à componente recursos humanos, pelo que existiam quotas a nível nacional em determinados programas, nomeadamente para desempregados, jovens e deficientes.

Assim, a formulação dos modelos de desenvolvimento sócio-económico da Região, teve sempre, como um dos seus pilares fundamentais e transversal a todos os outros, a Educação e a Formação. Procurava-se, sobretudo, criar, tanto a nível de infra-estruturas, como também ao nível das próprias pessoas, condições que permitissem regredir com os baixos níveis de escolarização e formação registados. A orientação tomada contemplava medidas, quer a montante, quer a jusante, ou seja quer criando maiores e melhores acessos às gerações que ainda não estavam ou que tinham iniciado o seu ciclo de aprendizagem, quer relativamente às pessoas que já estavam inseridas na vida activa.

Assim, desenvolveram-se acções onde se procuraram priorizar os principais sectores da economia regional, nomeadamente:

- O turismo, que pelo seu peso na economia da Região e perspectivas de crescimento, implicava um reforço considerável, tanto a nível de novos empregos, como também no aperfeiçoamento e reciclagem dos já existentes;

- A agricultura, que apresentava problemas vários, sendo que a formação destes profissionais era fundamental não só para a modernização de processos e culturas, como também para permitir o acesso aos incentivos e financiamentos ao sector;

- Outros sectores de actividade, caracterizavam-se igualmente por situações de falta de qualificação e por conseguinte, de pouca competitividade, devendo-se sublinhar uma intervenção de grande significado que foi efectivada no âmbito das novas tecnologias e que permitiu dar formação nas ferramentas informáticas de maior utilização. Estas acções

revelaram-se de grande importância na medida em que possibilitaram a introdução e uma utilização satisfatória dos computadores nas empresas, melhorando substancialmente a sua actividade, especialmente nas suas componentes administrativa e da própria gestão.

- A formação de indivíduos para inserção em novas unidades industriais, na Zona Franca Industrial, foi também uma das prioridades estabelecidas, surgindo esta acção como, não só um incentivo para as próprias unidades fabris, como também uma forma de qualificar um público-alvo em situação de quase exclusão.

- Finalmente, começou-se também a dar atenção à formação de formadores e professores, visando uma consolidação de uma filosofia de qualidade na formação e na educação, numa das suas componentes fundamentais para que se pudesse atingir os patamares que se pretendiam.

Um outro factor que se poderá afirmar que foi estruturante, liga-se com a dinâmica atingida pela intervenção operacional FSE e aos efeitos de sensibilização que à mesma se associam. Refira-se que, no primeiro ano do 1° QCA, cerca de 70% dos promotores, eram entidades pertencentes à Administração Pública, o que conferia às entidades privadas um papel de relativa passividade.

O grande esforço efectuado junto das várias entidades e do tecido empresarial em particular, traduzido nas mais diversas formas de contacto, no sentido de sensibilizá-los para a importância da formação como factor nuclear para o crescimento e sustentabilidade das suas empresas, vieram a ser coroadas de um significativo sucesso. Foi assim possível inverter a situação atrás referida passando-se sensivelmente a meio do Programa para uma situação perfeitamente oposta à anterior, ou seja, 30% de entidades públicas e 70% de entidades privadas.

É no período de 1994-1999, com a entrada em vigor do 2° QCA, que é possível lançar um programa integrado de grande abrangência, nomeadamente, no que à intervenção FSE diz respeito. Foi possível assim integrar, na vertente Fundo Social Europeu todas as acções que visavam a prossecução dos objectivos fixados no Plano de Desenvolvimento da Região, deixando de existir acções cujo financiamento era efectuado através de programas de âmbito nacional. Por outro lado, e no sentido de conferir uma maior funcionalidade à intervenção foram criados mecanismos que permitiram uma maior agilização nos pagamentos a efectuar. Assim, a vertente FSE, incluía um conjunto de acções que se enquadravam em objectivos definidos e onde estavam configuradas as metas que iriam permitir esbater as grandes fragilidades estruturais já aludidas, assim como se introduziram outros objectivos que já

evidenciavam preocupações fundamentais, em termos da Sociedade de Informação, bem como no que concerne à Igualdade de Oportunidades.

A dinâmica criada no 1° QCA foi reforçada neste quadro, tendo-se verificado um grande envolvimento por parte das entidades, especialmente as privadas, na promoção de projectos de formação, o que teve como corolário um aumento sensível no que à oferta de formação concerne.

Por outro lado, é durante este período (94-99), que se começou a ter os primeiros contornos de um mercado de formação profissional, não só com o aparecimento de empresas a operar nesta área, como também de empresas de outras áreas que criaram, elas próprias, departamentos de formação.

Noutro sentido, e atendendo a que no tecido empresarial da Região predominam as PME'S, verificou-se uma tendência destas no sentido de promoverem a formação em articulação com entidades de carácter associativo. Há assim sinais claros de um maior envolvimento de todos os actores como resultado de uma cada vez maior sensibilização para a importância que assume a formação profissional. São bem visíveis, nalguns casos, políticas de gestão em que a formação é uma componente das mesmas, em igualdade de circunstâncias com as outras áreas inerentes à gestão da empresa. Em suma, começamos a ter uma dinâmica que não se confina apenas a uma análise quantitativa, começando-se a ter também, uma noção evidente dos aspectos qualitativos.

Como resultado destas premissas surgem assim, no próprio desenho da intervenção operacional, acções específicas de Qualificação de Jovens, desagregados em termos de se posicionarem dentro ou fora do sistema de ensino, acções para Activos com a desagregação ao nível do sector do turismo, acções no âmbito do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, acções para Excluídos, desagregadas com base nos públicos-alvo a atingir (desempregados, imigrantes, deficientes e excluídos socialmente) e finalmente a Formação de Formadores, onde também se incluía a Formação dos Professores.

Estamos perante um conjunto de acções que, como já foi referido, deixava evidenciar uma grande abrangência, mas também permitia enquadrar os projectos face às características intrínsecas da região, e ao modelo de desenvolvimento, de uma forma coerente e sustentada. É no decorrer deste período que se deram importantes contributos e grandes avanços qualitativos e quantitativos que no seu conjunto constituíram incontornáveis avanços de carácter estruturante. Neste sentido, poder-se-ão apontar exemplos claros desta estratégia, consubstanciada em medidas e acções que, inequivocamente, poder-se-ão considerar exemplos

de boas práticas:

- Em termos de formação de jovens é de salientar o advento de novas opções, quer para aqueles inseridos no sistema de ensino, como também os que optaram por vias profissionalizantes. Realce-se, neste particular os projectos no âmbito da Educação/Formação, especialmente no que concerne à sua generalização e credibilização. Podemos citar como casos de sucesso a Aprendizagem em Regime de Alternância, os Currículos Alternativos, os Cursos Tecnológicos e o 13° ano profissionalizante. Digamos que foi possível estabelecer, no sentido figurado, uma estrada com várias vias para os jovens que se encontram no sistema de ensino ou fora deste. Há uma assunção clara, que uma das grandes virtualidades no âmbito da Educação/Formação é precisamente a permeabilidade entre os sistemas.

- No que concerne à formação de activos não se poderá deixar de sublinhar a introdução de um projecto inovador na Região e que incidia na preparação das empresas visando a sua certificação de qualidade pelas entidades competentes. Refira-se mais uma vez, um cada vez maior envolvimento das empresas na formação dos seus activos, o que é fundamental para o crescimento e competitividade das empresas e para a estabilidade do emprego.

- No âmbito da Ciência e Tecnologia, a expansão da Universidade da Madeira, a criação do Polo Tecnológico e do Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira, vieram conferir uma dinâmica muito grande nestas áreas, atendendo aos constrangimentos que se verificavam. Neste âmbito desenvolveram-se acções, não só de aquisição de novas competências, nomeadamente expressas na elevação de graus académicos, bem como de apoio ao desenvolvimento de projectos de carácter científico e de investigação. Foi possível desta forma dar os primeiros passos no sentido de dar condições para a fixação destes quadros, bem como incentivar a deslocação de recursos humanos altamente qualificados para a Região. Esta acção revelou-se de uma importância fundamental tendo em consideração as sinergias que puderam ser geradas, nomeadamente, no que concerne ao apoio às empresas, à valorização de recursos regionais específicos e também no que respeita à formação de investigadores e ao seu enquadramento em instituições de ensino.

- Outra vertente que importa particularizar, liga-se à intervenção junto dos excluídos socialmente e outros públicos com dificuldade de inserção, onde se desenvolveu um conjunto de acções de grande abrangência em todos os concelhos da RAM, com o objectivo de, não só criar condições para um exercício efectivo da cidadania por parte destes públicos, bem como lhes proporcionar melhores condições e maiores oportunidades de inserção no mundo do trabalho. A articulação com os Programas do Rendimento

Mínimo Garantido, tem-se revelado uma mais valia considerável tanto em termos de enquadramento de participantes, como também na concretização de um dos objectivos fundamentais do próprio Rendimento Mínimo Garantido, que é o de proporcionar a todos os beneficiários formação que lhes possa criar condições que lhes permita alcançar um nível de vida que não requeira a intervenção deste tipo de programas.

Tal como já foi mencionado procurou-se, nestas acções prosseguir uma orientação que privilegia-se a elevação, num sentido global, da igualdade de oportunidades, porque foi entendimento que este conceito deverá ser encarado de uma forma abrangente e não restritiva, sendo que a chamada discriminação positiva não se limitou apenas a homens e mulheres.

Uma das formas de podermos aferir o impacto global de toda a intervenção, independentemente de outros, será a evolução da estrutura do Emprego, segundo os níveis de qualificação. Note-se, no entanto, tal como poderá ser constatado noutros capítulos do presente relatório, que foram feitos estudos que também são indicadores muito relevantes no que concerne a resultados e impactos.

No que respeita à evolução da estrutura, e antes de uma análise mais detalhada, convém salientar que alguns factores influenciam os resultados deste indicador, nomeadamente a questão da certificação profissional. Na realidade o ainda incipiente modelo de certificação profissional existente, impede, muitas vezes, o reconhecimento formal das qualificações dos activos.

Assim, relativamente à estrutura do emprego, segundo os níveis de qualificação poder-se-á destacar:

- Em 1994 tínhamos cerca 14,7% de trabalhadores, entre Profissionais Altamente Qualificados e Quadros Superiores, sendo que, em 1998 essa percentagem subiu para cerca de 19,6% (+ 4,9%).

- Quanto aos profissionais qualificados verificou-se um aumento de 3,6%, ou seja, passamos de 37,0% em 1994 para 40,6% em 1998.

- Nos escalões entre o nível desconhecido e os profissionais semi-qualificados regista-se um decréscimo de 5,8%, passando de 48,9% em 1994, para 43,1% em 1998. Verifica-se também aqui que o escalão "nível desconhecido" assume um peso perfeitamente marginal, em relação ao que acontecerá anteriormente o que denota um maior e melhor enquadramento dos trabalhadores.

Quadro 3 – Evolução da Estrutura do Emprego da Região Autónoma da Madeira, segundo os Níveis de Qualificação

% Homens/Mulheres

Níveis de Qualificação	1989	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Quadros Superiores	1.1	1.3	1.3	2.2	2.8	2.5	2.7
Quadros Médios	3.1	3.2	3.7	3.2	3.1	3.4	3.2
Encarregados/ Chefes Equipa	2.7	3.3	3.1	3.1	3.3	3.3	3.3
Prof. Altamente Qualificados	5.4	6.1	6.0	6.7	6.4	7.0	7.1
Profissionais Qualificados	34.6	34.6	37.0	38.5	39.1	39.2	40.6
Profissionais Semi-Qualificados	20.5	18.7	18.4	18.3	17.4	17.5	17.5
Profissionais Não Qualificados	13.1	14.9	14.7	15.4	14.7	15.0	15.3
Praticantes e Aprendizes	11.6	10.5	10.4	11.3	12.5	11.1	10.2
Nível Desconhecido	7.9	7.4	5.4	1.3	0.7	1.0	0.1

Fonte: Quadros de Pessoal 1989, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998 (Direcção Regional do Trabalho/Secretaria Regional dos Recursos Humanos)

Em suma já são visíveis os efeitos estruturantes que as políticas levadas a cabo têm alcançado, no entanto continuam-se a verificar assimetrias sendo importante que as mesmas possam ser substancialmente esbatidas. Por outro lado, é urgente e desejável que possam ser encontradas formas e procedimentos mais céleres que permitam formalizar as competências adquiridas. Nunca será demais referir que a valorização e dignificação da formação passará sempre pela institucionalização de todas as suas vertentes.

Neste sentido a intervenção consignada na vertente FSE do POPRAM III assume uma particular importância, no prosseguimento da política de Formação Profissional e Emprego levada a cabo nestes últimos anos.

IFOP

O sector das pescas da Região Autónoma da Madeira registou nos últimos anos uma evolução significativa, assistindo-se no ano de 2001 a um recorde de pesca descarregada em valor, contribuindo o peixe espada preto com um acréscimo de 11,5%, conforme poderemos comprovar no quadro que se segue:

Quadro 4 – Evolução da Pesca descarregada (1998 a 2001)

Espécies	1998		1999		2000		2001	
	Ton.	Euros	Ton.	Euros	Ton.	Euros	Ton.	Euros
Tunídeos e Similares	3.102	4.749.933	1.572	2.473.003	691	1.790.244	1.574	3.379.598
Peixe Espada Preto	4.430	5.350.640	4.402	6.257.334	4.203	6.802.687	4.008	7.582.659
Cavala	547	352.151	897	418.537	890	531.810	446	471.231
Chicharro	657	795.892	344	653.645	562	811.198	385	749.809
Outras Espécies	693	1.740.201	390	1.031.115	306	947.917	272	885.122
Total	9.429	12.988.817	7.605	10.833.633	6.653	10.883.856	6.686	13.068.420

Fonte: Direcção Regional de Pescas

A este acréscimo não esteve alheia a política do Governo Regional para o sector, nomeadamente no que à modernização da frota pesqueira diz respeito, onde as embarcações estão dotadas de condições operacionais adequadas a uma exploração racional dos recursos haliêuticos, que não se limitam a exercer a actividade na sub-área 2 da Zona Económica Exclusiva Portuguesa (Madeira), rumando muitas das vezes a zonas de pesca anteriormente impossíveis de alcançar. A qualidade do pescado descarregado, fruto da modernização das embarcações no que respeita à conservação a bordo, tem sido um dos objectivos concretizados, aliado a um aumento significativo das condições de segurança e habitabilidade.

Com este incremento os sectores a montante e jusante da pesca – construção e reparação naval e indústria transformadora – sofreram uma dinamização e revitalização apreciáveis, com a entrada em vigor do QCA II, como é possível comprovar pelos projectos aprovados e em actividade na área da transformação de produtos da pesca. EM 1994 a produção da indústria transformadora de produtos da pesca situava-se nas 771 toneladas, atingindo em 1999 as 3.529 toneladas, o que representa um acréscimo de cerca de 360%.

A aquicultura tem o seu arranque na década de 90 com a instalação do Estabelecimento de Piscicultura Flutuante da Baía D`Abra, o que teve como objectivo demonstrar a viabilidade técnica e económica da aquicultura em mar aberto na Região. Com a concretização do Centro de Maricultura da Calheta, da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, ao aquicultores e os futuros investidores nesta área dispõem de informação abalizada, quanto às espécies e às técnicas de produção de peixe em cativeiro com potencial de produção na Região.

Neste Quadro Comunitário de Apoio foi aprovado o primeiro projecto privado neste domínio, o qual está presentemente em pleno funcionamento na zona norte da Madeira, na freguesia do

Seixal. No Quadro 5 é apresentado o nível de produção anual de dourada (*sparus aurata*), única espécie de aquicultura na Região, no período 1997 a 2001.

Quadro 5 – Produção de dourada (1997 a 2001)

1997		1998		1999		2000		2001	
Nº de Peixes	Quant. (Kg)	Nº de Peixes	Quant. (Kg)	Nº de Peixes	Quant. (Kg)	Nº de Peixes	Quant. (Kg)	Nº de Peixes	Quant. (Kg)
15.257	4.957	291.316	114.181	14.961	5.835	181.845	84.634	0	0

Ao nível do emprego directo na pesca, nº de pescadores, não se tem assistido a grandes oscilações, situam-se nos 906 profissionais em actividade, o que redunda num aumento da produtividade e obviamente dos seus rendimentos (o regime salarial da pesca na RAM é por partes do produto da pesca). Tem-se incentivado a formação profissional do sector, na qual o FSE tem desempenhado um papel fundamental, verificando-se que, nos últimos anos, um número significativo de pescadores frequentaram acções de formação com aproveitamento.

CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

II-1. APRESENTAÇÃO E ESTRUTURA DO PROGRAMA

A proposta de Programa Operacional para a Região Autónoma da Madeira, para o período 1994-1999, concebida pelo respectivo Governo Regional, foi apresentada pelas Autoridades Nacionais à Comissão Europeia (CE) em Julho de 1993.

O pedido de contribuição para o referido Programa Operacional, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio para as intervenções estruturais do objectivo nº 1 em Portugal, foi aprovado pela **Decisão C (94) 464 final/2, de 4 de Março**[2], através da qual foi concedida uma contribuição do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo Social Europeu (FSE), do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, secção Orientação (FEOGA) e do Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP).

Esta Decisão estabelecia que o período de elegibilidade das despesas realizadas ao abrigo deste Programa tinha início em 9 de Julho de 1993 e limite máximo em 31 de Dezembro de 2001, sendo que as respectivas autorizações teriam de ocorrer até 31/12/1999. De sublinhar que o prazo de elegibilidade foi prorrogado pela última decisão do Programa (Decisão **C (2002) 775, de 6 de Maio)**, de 31 de Dezembro de 2001 para 30 de Abril de 2002, na sequência de um pedido formalizado pelas autoridades nacionais à Comissão Europeia.

A Decisão de Financiamento Inicial (C (94) 464 final/2) foi objecto de diversas modificações originando a adopção pela CE de sete decisões (duas em 1997, uma em 1998, duas em 1999 e uma em 2001 e outra em 2002), em virtude da introdução de alguns ajustamentos fundamentalmente financeiros que contribuíram para a melhoria de execução do Programa, tendo culminado com o mencionado prolongamento do período de elegibilidade.

O POPRAM II foi concebido como o principal instrumento da estratégia de desenvolvimento da Região, atendendo ao elevado volume de recursos que envolvia e por incluir um conjunto de acções coerentes entre si, decorrentes dos cinco grandes objectivos estratégicos que lhe estavam associados:

- Elevação do nível de rendimento e melhoria da qualidade do ambiente;
- Preservação, protecção e melhoria da qualidade do ambiente;
- Reforço do potencial económico;
- Melhoria da situação do emprego;
- Redução das assimetrias intra-regionais.

[2] FEDER Nº 94.12.09.014 , FSE Nº 94.70.00.91 e ARINCO Nº 94.PT.16.014.

Para a materialização dos referidos objectivos haviam sido enunciados os seguintes vectores estratégicos:

- Melhoria das infraestruturas e equipamentos básicos;
- Melhoria dos níveis de instrução e de formação profissional e sua adaptação ao mercado de trabalho;
- Melhoria do acesso ao mercado;
- Fortalecimento e melhoria da eficiência da base produtiva regional;
- Desenvolvimento de uma base industrial de exportação;
- Desenvolvimento de serviços;
- Preservação do ambiente e ordenamento do uso do solo.

O POPRAM II foi estruturado em quatro componentes - uma por cada Fundo Estrutural (FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP) – e em quatro Subprogramas com as seguintes medidas:

SUBPROGRAMA 1 – QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO
M 1.1 - Bases do Conhecimento e Inovação
M 1.2 – Formação Profissional
M 1.3 – Acções para o Desenvolvimento do Emprego
SUBPROGRAMA 2 –DESENVOLVIMENTO DE FACTORES DE COMPETITIVIDADE E DO POTENCIAL ENDÓGENO
M 2.1 – Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento
M 2.2 – Desenvolvimento da Indústria e do Artesanato
M 2.3 – Valorização e Aproveitamento do Potencial Turístico
M 2.4 – Desenvolvimento Agrícola e Rural
M 2.5 – Modernização das Pescas e Desenvolvimento de Actividades Marinhas
M 2. 6 – Mobilização do Potencial de Iniciativa Endógena
SUBPROGRAMA 3–QUALIDADE DE VIDA E PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE
M 3.1 – Aumento e Melhoria da Oferta dos Serviços de Saúde
M 3.2 – Infraestruturas e Redes de Abastecimento de Água
M 3. 3 – Infraestruturas de Saneamento Básico
M 3. 4 – Renovação Urbana e Protecção Ambiental
SUBPROGRAMA 4 – GESTÃO E ACOMPANHAMENTO
M 4.1 – FEDER
M 4.2 – FSE
M 4.3 – FSE
M 4.4 – FEOGA-O

A área de intervenção de cada Componente/ Fundo foi a seguinte:

- FEDER – financiou as medidas 1.1, 2.1, 2.2,.2.3,2.6, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 4.1;
- FSE – financiou as medidas 1.2 ,1.3 e 4.2;

- FEOGA-O – financiou as medidas 2.4 e 4.3;
- IFOP – financiou as medidas 2.5 e 4.4.

Os projectos aprovados no âmbito do POPRAM II consistiram de uma forma geral em intervenções estratégicas estruturantes, cujos efeitos se reflectem directamente nas condições mais específicas de uma Região como a Madeira, insular e ultraperiférica, e enquadram-se em três grandes domínios de intervenção:

- Qualificação e valorização do potencial humano, envolvendo, por um lado, apoios a infraestruturas tecnológicas e de investigação, do ensino superior, educativas e de formação profissional, e por outro, apoios no âmbito da formação profissional e do emprego;
- Desenvolvimento de factores de competitividade e do potencial endógeno, com financiamentos orientados para as infraestruturas portuárias, rodoviárias, energéticas, de apoio à actividade industrial, para a consolidação de infraestruturas turísticas, valorização do património cultural de interesse turístico e para acções promocionais e de animação turística, para projectos que visam o apoio directo à actividade empresarial, ao desenvolvimento do artesanato regional, da agricultura e do meio rural, da pesca e de actividades marinhas;
- Qualidade de vida da população e protecção do meio ambiente que compreendem os projectos em infraestruturas de saneamento básico, abastecimento de água e de saúde

II-2. DECISÕES DO PROGRAMA

Após a aprovação do Quadro Comunitário de Apoio para todo o território de Portugal, referente ao período de 1994 a 1999, pela Decisão C (94) 376, de 25 de Fevereiro, as Decisões relevantes para o POPRAM II encontram-se sintetizadas no Quadro 6.

Foram, assim, aprovadas pela Comissão Europeia, no período 1994 a 2002, oito decisões para o POPRAM II: a decisão inicial, de Março de 1994, a decisão de Julho de 1997, a decisão de Outubro de 1997, a decisão de Junho de 1998, a decisão de Outubro de 1999, a decisão de Dezembro de 1999, a decisão de Julho de 2001 e a decisão de Maio de 2002, as quais modificaram os montantes iniciais do Programa da seguinte forma:

- **C (94) 464/ final, de 4 de Março**, referente a uma contribuição dos Fundos Estruturais no montante total de 369,3 milhões de ECU, repartidos entre o FEDER (256,8 milhões de ECU), FSE (51,1 milhões de ECU), FEOGA-O (51,2 milhões de ECU) e IFOP (10,2 milhões de ECU);

- **C (97) 1951, de 11 de Julho,** referente a uma contribuição dos Fundos Estruturais no montante total de 374,3 milhões de ECU, repartidos entre o FEDER (256,8 milhões de ECU), FSE (56,1 milhões de ECU), FEOGA-O (51,2 milhões de ECU) e IFOP (10,2 milhões de ECU). Esta decisão incorporou um reforço de 5 milhões de ECU para a Componente FSE;

- **C (97) 3057, de 29 de Outubro,** referente a uma contribuição dos Fundos Estruturais no montante total de 374,3 milhões de ECU, repartidos entre o FEDER (256,8 milhões de ECU), FSE (56,1 milhões de ECU), FEOGA-O (51,2 milhões de ECU) e IFOP (10,2 milhões de ECU), tendo consagrado uma alteração ao plano de financiamento da Componente FSE;

- **C (98) 1251, de 17 de Junho,** referente a uma contribuição dos Fundos Estruturais no montante total de 417,8 milhões de ECU, repartidos entre o FEDER (284,8 milhões de ECU), FSE (71,6 milhões de ECU), FEOGA-O (51,2 milhões de ECU) e IFOP (10,2 milhões de ECU), tendo consagrado um reforço de 33,5 milhões de ECU (28 para o FEDER e 15.5 milhões de ECU para o FSE);

- **C (99) 3003, de 19 de Outubro** referente a uma contribuição dos Fundos Estruturais no montante total de 444,8 milhões de ECU, repartidos entre o FEDER (297,3 milhões de ECU), FSE (76,6 milhões de ECU), FEOGA-O (55,7 milhões de ECU) e IFOP (15,2 milhões de ECU), tendo consagrado um reforço de 27,0 milhões de ECU (12,5 para o FEDER, 5 para o FSE, 4,5 para o FEOGA-O e 5,0 milhões de ECU para o IFOP);

- **C (99) 4942, de 29 de Dezembro,** referente a uma contribuição dos Fundos Estruturais no montante total de 451,3 milhões de ECU, repartidos entre o FEDER (297,3 milhões de ECU), FSE (79,1 milhões de ECU), FEOGA-O (59,7 milhões de ECU) e IFOP (15,2 milhões de ECU), tendo consagrado um reforço de 6,5 milhões de ECU (2,5 para o FSE, e 4,0 para o FEOGA-O);

- **C (2001) 1337, de 13 de Julho,** referente a uma contribuição dos Fundos Estruturais no montante total de 451,3 milhões de ECU, repartidos entre o FEDER (297,3 milhões de ECU), FSE (79,1 milhões de ECU), FEOGA-O (59,7 milhões de ECU) e IFOP (15,2 milhões de ECU), tendo consagrado uma alteração ao plano de financiamento do Programa;

- **C (2002) 775, de 6 de Maio,** referente ao prolongamento da data limite de elegibilidade, de 31 de Dezembro de 2001 para 30 de Abril de 2002.

Quadro 6 – Decisões do POPRAM II

Decisão da Comissão C (94) 464 final/2, de 4 de Março	*Aprova a contribuição do FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP para o POPRAM II, para o período de 9 de Julho de 1993 e 31 de Dezembro de 1999, no montante máximo 369,3 milhões de ECU.*
Decisão da Comissão C (97) 1951, de 11 de Julho	*Modifica a Decisão C(94) 464 no que respeita à contribuição do FEDER e do FSE para o POPRAM II, que passa para um montante máximo de 374,3 milhões de ECU.*
Decisão da Comissão C (97) 3057, de 29 de Outubro	*Modifica a Decisão C(94) 464 no que respeita ao plano de financiamento da vertente FSE do POPRAM II.*
Decisão da Comissão C (98) 1251, de 17 de Junho	*Modifica a Decisão C(94) 464 no que respeita à contribuição do FEDER e do FSE para o POPRAM II, que passa para um montante máximo de 417,8 milhões de ECU.*
Decisão da Comissão C (99) 3003, de 19 de Outubro	*Modifica a Decisão C(94) 464 no que respeita à contribuição do FEDER, do FSE, do FEOGA-O e do IFOP para o POPRAM II, que passa para um montante máximo de 444,8 milhões de ECU.*
Decisão da Comissão C (99) 4942, de 29 de Dezembro	*Modifica a Decisão C(94) 464 no que respeita à contribuição do FSE e do FEOGA-O para o POPRAM II, que passa para um montante máximo de 451,3 milhões de ECU.*
Decisão da Comissão C (2001) 1337, de 13 de Julho	*Modifica a Decisão C(94) 464 no que respeita ao plano de financiamento do Programa.*
Decisão da Comissão C (2002) 775, de 6 de Maio	*Modifica a Decisão C(94) 464 no que respeita à data limite de elegibilidade de despesas (de 31/12/2001 para 30/4/2002).*

CAPÍTULO III – SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

De acordo com a decisão comunitária C (94) 464/ final, de 4 de Março que aprovou o financiamento comunitário ao POPRAM II, da estrutura institucional responsável pela sua gestão, acompanhamento, avaliação e controlo faziam parte, no essencial, dois órgãos – a Unidade de Gestão (UG) e a Unidade de Acompanhamento(UA).

III-1. SISTEMA DE GESTÃO

Por Resolução do Conselho de Governo Regional nº 30/95, de 13 de Janeiro, a gestão do Programa seria apoiada por dois órgãos – a Unidade de Gestão e três Comissões de Gestão (específicas por cada um dos Fundos - FSE, FEOGA-O e do IFOP).

A Unidade de Gestão constituía o órgão responsável pela coordenação técnica e administrativa, designadamente, no que respeita à prossecução dos objectivos, à concretização dos instrumentos e acções programados e à verificação do cumprimento dos normativos nacionais e comunitários aplicáveis.

Das competências atribuídas à Unidade de Gestão merecem destaque: seleccionar e aprovar projectos, zelando pela conformidade das acções/projectos propostos com as medidas e objectivos definidos; apreciar e decidir sobre o nível de execução material e financeira do Programa; acompanhar e controlar os pedidos de pagamento e sua conformidade com normativos aplicáveis; preparar os relatórios intercalares, anuais e finais e tomar outras decisões apropriadas ao bom funcionamento do Programa, nomeadamente as relacionadas com o seu acompanhamento e avaliação contínuos.

A Unidade de Gestão era presidida pelo Director Regional do Planeamento, coadjuvado por dois coordenadores, quatro vice-presidentes, os quais representavam cada uma das componentes,

- um representante da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional;
- um representante da Secretaria Regional da Educação / Direcção Regional de Emprego e Formação Profissional;
- um representante da Secretaria Regional de Agricultura, Florestas e Pescas / Direcção Regional de Agricultura;
- um representante da Secretaria Regional de Agricultura, Florestas e Pescas / Direcção Regional de Pescas;

dois representantes de organismos intervenientes na gestão do FEDER (SAPMEI, actual IDE-RAM) e do FEOGA-O e IFOP (IFADAP), e ainda representantes das entidades directamente responsáveis pela execução dos projectos – Secretarias Regionais do Equipamento Social e

Ambiente, das Finanças, da Educação, dos Assuntos Sociais, da Economia e Cooperação Externa, da Agricultura, Florestas e Pescas, do Turismo e Cultura – e das entidades envolvidas na execução dos instrumentos e acções previstos no Programa.

Em 1998, decorrente de alterações registadas na orgânica do Governo Regional, a composição da Unidade de Gestão foi ajustada através da Resolução do Governo Regional nº 1394/98, de 29 de Outubro, passando assim a integrar também um representante da Secretaria Regional dos Recursos Humanos.

Por delegação de competências da Unidade de Gestão, e atendendo às especificidades dos projectos no âmbito do FSE, do FEOGA-O e do IFOP, as funções de selecção e aprovação dos mesmos eram exercidas por cada uma das Comissões de Gestão.

Como órgão de apoio à Unidade de Gestão existia uma Estrutura de Apoio Técnico (EAT) que era assegurada pela Direcção Regional do Planeamento, substituída, em 2001, pela entidade que a sucedeu, o Instituto de Gestão de Fundos Comunitários.

A par desta Estrutura existiam outras três Estruturas de Apoio Técnico, uma por cada Fundo (FSE, FEOGA-O e IFOP), as quais eram asseguradas respectivamente pelas Direcções Regionais de Formação Profissional, de Agricultura e de Pescas.

Face aos objectivos qualitativos definidos e às exigências relativas à implementação do POPRAM II, foram realizadas 19 reuniões de Unidade de Gestão, das quais 9 foram plenárias (uma em 1994, duas em 1995, uma em 1996, duas em 1997, duas em 1998 e uma em 1999) e 12 restritas (duas em 1994, quatro em 1995, duas em 1996, duas em 1997, uma em 1998 e uma em 1999).

Em termos de resultados foram aprovados no período de 1994-1999, pela Unidade de Gestão, nas quatro vertentes do Programa, um número bastante significativo de candidaturas a que correspondeu um montante de despesa pública de 653.783 mil euros e uma comparticipação comunitária de 462.752 mil euros.

III-2. Sistema de Acompanhamento

O sistema de acompanhamento dos Programas Operacionais encontra-se definido na Decisão nº 94/170/CE de 25 de Fevereiro de 1994, relativa ao estabelecimento do QCA II para as intervenções estruturais comunitárias nas regiões portuguesas abrangidas pelo objectivo 1, ou seja para a totalidade das regiões do território português, e adoptadas no âmbito do Decreto Lei

nº 99/94, de 19 de Abril, estando incumbido o acompanhamento da execução de cada uma das intervenções operacionais a uma unidade de acompanhamento.

A Unidade de Acompanhamento do POPRAM II era presidida pelo Director Geral do Desenvolvimento Regional e da sua composição faziam parte os membros da Unidade de Gestão e representantes da Comissão Europeia (da Direcção Geral das Políticas Regionais e de Coesão, da Direcção Geral Emprego, da Direcção Geral Agricultura, da Direcção Geral Pescas e da Direcção Geral Ambiente), do Departamento dos Assuntos do FSE (DAFSE), do Gabinete de Planeamento e Política Agro Alimentar (GPPAA), da Direcção Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA) e da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.

As competências deste órgão estão definidas na Decisão atrás mencionada e no artº 33º do Decreto Lei nº 99/94, de 19 de Abril e consistiam fundamentalmente em:

- acompanhar a execução do Programa;
- analisar e aprovar as propostas de modificação do Programa apresentadas pela gestão;
- avaliar a sua execução global;
- apreciar e aprovar reprogramações;
- analisar a situação e estado de avanço das medidas do Programa;
- garantir a concordância com outras políticas comunitárias.

A Unidade de Acompanhamento tinha como função principal efectuar regularmente a análise da execução do Programa, a fim de assegurar que o seu desenvolvimento decorria de acordo com as disposições subjacentes à sua aprovação e tendo presente o quadro legal aplicável, bem como a consecução dos objectivos fixados, propondo eventualmente as adaptações ou correcções que julgasse necessárias e, em geral, as medidas julgadas oportunas tendo em vista o melhor êxito do Programa.

Durante a execução do Programa, a Unidade de Acompanhamento reuniu-se dez vezes (uma em 1994, duas em 1995, uma em 1996, três em 1997, duas em 1998 e uma em 1999), sendo de destacar as principais decisões tomadas por este órgão:

- a apreciação e aprovação do Regulamento Interno da Unidade de Acompanhamento;
- a análise e aprovação das diversas propostas de reprogramação financeira do Programa;
- a apreciação e aprovação dos relatórios de execução anuais;
- a análise do Relatório Final do Estudo de Avaliação Intercalar do Programa, tendo a mesma concluído sobre a excelente qualidade técnica do documento;
- a aprovação dos orçamentos anuais dos Planos de Assistência Técnica propostos pelos Gestores do FEDER (e do Programa), do FSE, do FEOGA-O e do IFOP;
- a apreciação do nível de *overbooking* do Programa, em particular do FEDER.

Associado às actividades da Unidade de Acompanhamento merece ainda destaque a tomada de decisão através do procedimento de consulta escrita, utilizado em diversos momentos, nomeadamente para aprovação de algumas propostas de reprogramação do Programa e do Relatório de Progresso do ano de 2000, assim como a realização de visitas a projectos co--financiados no âmbito das quatro vertentes do Programa.

Balanço das actividades de gestão e acompanhamento

Após a instituição dos dois órgãos - Unidade de Gestão e Unidade de Acompanhamento – e visando a implementação e acompanhamento do Programa, foi desenvolvido o trabalho de organização e estabelecimento de normas, definição de circuitos e procedimentos, necessários a uma resposta eficaz, clara, transparente e atempada às necessidades de Gestão, Acompanhamento, Avaliação e Controlo.

Assim, e no que se refere à Unidade de Gestão, foram definidos o seu Regulamento Interno e regulamentos específicos do FEDER, do FSE, do FEOGA-O e do IFOP, com o objectivo de definir as regras de funcionamento da Unidade de Gestão, bem como os normativos técnicos, administrativos e financeiros a aplicar nos processos de candidatura aos apoios previstos no Programa.

- **Componente FEDER**

Tendo em vista uma melhor organização e informação atempada, factores importantes para a análise e apreciação do andamento das intervenções, bem como para a eventual tomada de decisões, procedeu-se, em colaboração com a Direcção Regional de Informática, à ligação directa ao sistema informático da Contabilidade Central do Governo Regional, e adaptação do software existente de modo a possibilitar o acesso automático à informação sobre a execução financeira de as acções da responsabilidade directa do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, cujo peso é bastante significativo (acima de 60%).

Procedeu-se ainda à implementação do sistema de informação criado pela Direcção Geral do Desenvolvimento Regional de apoio à gestão dos Programas co-financiados pelo FEDER (SIDReg), o que permitiu uma gestão adequada de todos os projectos comparticipados e o transmissão de dados via electrónica com periodicidade mensal.

Estes procedimentos ao permitirem, sempre que necessário, estimar a tendência e o ritmo de realização financeira das diferentes medidas, facultaram à gestão do Programa instrumentos

preciosos na tomada de decisões em tempo útil que viessem a permitir a realização integral das metas estabelecidas.

O Programa foi aprovado pela Comissão Europeia em Março de 1994 e o seu arranque só se verificou no último trimestre do mesmo ano devido a atrasos de diversa natureza relacionados com a implementação da estrutura de gestão do Programa, passando pelo conhecimento e divulgação dos normativos comunitários a que o mesmo estava sujeito. As razões justificativas dos atrasos decorreram sobretudo do carácter inovador do Programa, por incluir pela primeira vez as componentes FEOGA-O e IFOP, a que se juntou a própria natureza dos projectos, ao seu estado de maturação e a procedimentos morosos da administração pública e de entidades responsáveis pela sua supervisão que houve necessidade de adaptar e conciliar.

Para recuperar os atrasos sofridos foi necessário desenvolver um esforço adicional muito grande, tanto da parte dos gestores, como das estruturas de apoio técnico e das entidades executoras, o qual incidiu fundamentalmente em:

- aceleração na aprovação de candidaturas – procedeu-se a um "forcing" na aprovação de candidaturas, dando-se prioridade aos projectos que se tinham iniciado no QCA I (projectos transitados);
- face às metas anuais a atingir, ao volume de obras em curso e tendo em conta o compromisso do Governo da República de conceder um reforço FEDER ao Programa procedeu-se a aprovação de candidaturas já em situação de *overbooking*, que se integravam tanto nos objectivos específicos das medidas em que foram inseridas como nos objectivos do Programa.

O sistema de Acompanhamento e Controlo relativo à medida 1.2 - Formação Profissional da vertente FSE do POP RAM II, implementado pela Direcção Regional de Formação Profissional no decurso do QCA II, tem vindo a ser aperfeiçoado em função das necessidades sentidas e da experiência acumulada.

Este sistema visa assegurar que de uma forma satisfatória, sejam alcançados os objectivos da formação, de acordo com as normas regionais, nacionais e comunitárias. Trata-se de um sistema necessário, para manter os níveis qualitativos subjacentes a cada acção de formação, e garantir a boa aplicação dos Fundos Comunitários.

Assim, neste contexto, e fazendo parte das competências da Direcção Regional de Formação Profissional o Acompanhamento Técnico-Pedagógico e o Controlo Financeiro das acções co-financiadas, procurou-se de uma forma integrada, sistematizar a informação desde a fase que antecede a formulação de pedido de financiamento, até à decisão do pedido de pagamento de saldo.

A metodologia adoptada no processo de Acompanhamento e Controlo, ao longo do QCA II, compreende as seguintes fases:

a) Formalização dos pedidos de financiamento
É nesta fase que se realiza a auscultação das necessidades de formação por parte das entidades promotoras e formadoras, efectuando-se uma primeira avaliação das intenções de candidatura.
As entidades são informadas dos requisitos necessários à implementação dos projectos de formação, sendo-lhes fornecida informação do domínio técnico-pedagógico e contabilístico-financeiro.
Realça-se que desde o início, foi implementado um sistema de controlo de frequência dos formandos, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades no acesso à formação, e por outro lado desencorajar a participação abusiva de formandos em várias acções de formação.
Nesta fase, poder-se-á efectuar o Controlo prévio à tomada de decisão pelo Gestor sobre o Pedido de co-financiamento.

b) Observação do Desenvolvimento da Acção
No âmbito dos objectivos do Controlo de Primeiro Nível, em que se pretende identificar eventuais desvios face aos objectivos propostos pelas entidades, bem como prevenir e suprimir irregularidades e ainda recuperar verbas utilizadas indevidamente, verificam-se as seguintes modalidades de Acompanhamento /Controlo:

- *Acompanhamento/Controlo directo:*
Corresponde a visitas ao local onde decorre a acção de formação, ou seja, o Controlo concomitante ao desenrolar das acções.
Salienta-se que os serviços actuam sem aviso prévio, e sempre com uma equipa de dois Técnicos Superiores afectos à Direcção de Serviços do FSE. No âmbito desta intervenção, é possível apreciar as condições do local de formação, contactar com os intervenientes dos projectos nomeadamente com os formandos, formadores e responsáveis pelas acções de formação.
Refira-se que, normalmente é distribuído um inquérito aos formandos por forma a confirmar a qualidade da formação ministrada.
Acresce ainda que no âmbito das visitas realizadas às entidades apoiadas pelo FSE, é efectuada a verificação dos processos técnico-pedagógico e financeiro, prestando-se particular atenção à qualidade técnica-pedagógica das acções e neste sentido é prestada assistência técnica. Por outro lado, o Controlo efectuado durante a execução dos Pedidos de Financiamento, visa salvaguardar a elegibilidade das acções e garantir o rigor e a transparência na aplicação dos montantes concedidos.

- Acompanhamento / Controlo Indirecto:
  Traduz-se na supervisão do desempenho das entidades, nomeadamente com recurso a relatórios de execução e análise documental relativa à gestão financeira.

- Controlo e Avaliação dos processos Técnico-Pedagógico e Contabilístico:
  A análise contabilístico–financeira é realizada, tendo em conta a legislação em vigor aplicável, os critérios internos definidos pelo Gestor, bem como a razoabilidade e elegibilidade das despesas apresentadas. Neste contexto poderá ser efectuado o Controlo final ou *à posteriori*, com o Pedido de Pagamento de Saldo. Salienta-se que em sede de Pedido de Pagamento de Saldo foram abrangidos quase 100% dos pedidos relativos às entidades privadas, com base na análise cruzada de todos os elementos pedagógicos e contabilístico-financeiros. Este procedimento tem vindo a ser adoptado também para as entidades públicas, ao longo do QCA II, e em 1999 foram já abrangidos por este dispositivo 76% das entidades públicas.

c) Intervenção Correctiva
   Neste contexto, é necessário propor a adopção de medidas adequadas, tendo em vista a melhoria dos níveis de eficiência e eficácia dos apoios concedidos, e garantir o cumprimento das decisões de aprovação. Assim, uma vez detectadas as deficiências dos processos, poderão ser aplicadas várias diligências consoante as características das causas do incumprimento nomeadamente:

   - Recomendações às entidades, cuja verificação poderá ser feita noutra visita de Acompanhamento e Controlo;

   - Uma análise do Pedido de Pagamento de Saldo mais direccionada para os aspectos menos claros face às normas legais aplicáveis;

   - Proposta de realização de auditoria contabilístico-financeira por entidades externas.

Poderão ainda ocorrer penalizações, nomeadamente a redução de financiamento, suspensão de pagamentos e revogação da decisão de aprovação.

Finalmente, impõe-se fazer uma referência que concerne aos resultados do controlo.

Os conceitos utilizados na apreciação/classificação dos pedidos de contribuição são os seguintes:

a) Acção Adequada – Isto é, a formação está a ser, ou foi, realizada no cumprimento dos objectivos da concretização do emprego e no pressuposto do respeito das normativas aplicáveis, podendo verificar-se algumas insuficiências não relevantes.

b) Acção com Reservas – isto é, a formação oferece dúvidas quanto à concretização do emprego ou mérito da acção.

c) Acção não Aceitável – isto é, ainda que haja sinais de formação, não estão reunidos os requisitos de elegibilidade estabelecidos na legislação aplicável, bem assim nas condições e regras específicas previstas no Subprograma.

ENTIDADES OBJECTO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

Convém realçar que no âmbito do Acompanhamento e Controlo, verificou-se ao longo do QCA II, uma grande incidência nas entidades do Sector Privado, sobretudo atendendo a que se trata do sector predominante na absorção dos apoios do FSE à formação profissional.

Por outro lado, este procedimento justifica-se por se ter considerado que as entidades públicas dispõem de dispositivos de Controlo institucionalizados. Acresce ainda que, as entidades públicas promotoras de acções de formação co-financiadas, possuem estruturas formativas próprias, e com carácter permanente.

No entanto, salienta-se que a partir de 1998 já foram efectuadas visitas a duas entidades públicas, tendo-se abrangido em 1999, o dobro das entidades visitadas no ano anterior.

Os pedidos de financiamento objecto de Acompanhamento e Controlo, são seleccionados em função do seguinte conjunto de factores:

- Queixas formuladas por formandos e/ou formadores
- Capacidade organizativa da entidade formadora
- Domínios de formação
- Volume de formação da entidade
- Montante dos apoios
- Novas entidades na formação

- Tipo de públicos abrangidos, nomeadamente desempregados e excluídos socialmente.

SÍNTESE DO GRAU DE COBERTURA DAS ENTIDADES NO ÂMBITO DO II QCA

O Sistema de Acompanhamento e Controlo implementado surge na sequência de um processo dinâmico em que os Recursos Humanos assumem um papel determinante na qualidade do sistema.

No decorrer dos últimos anos, a escassez de recursos humanos, não permitiu a criação de uma estrutura mais autónoma relativamente aos serviços da análise técnica e financeira. Não obstante, apesar deste constrangimento, conseguiu-se ao longo destes anos um acompanhamento contínuo, tendo-se atingido em 1999 o maior grau de cobertura das entidades privadas.

Efectivamente, conforme se pode observar no Quadro I e Quadro II do VOLUME ANEXOS FSE, podemos concluir que genericamente, o grau de cobertura das entidades registou uma evolução positiva, com excepção do resultado verificado em 1997 que se deve a um conjunto de circunstâncias específicas.

No sentido de se estabelecer um padrão comparativo, procedeu-se à uniformização dos dados, considerando-se os mesmos pressupostos para cada ano. Assim, a análise incide sobre o conjunto de acções cuja realização abrange cada ano, independentemente do ano de aprovação. Os valores totais apresentados, reportam-se aos valores aprovados em sede de candidatura. As bolsas individuais não foram consideradas no universo das entidades.
Interessa ainda realçar que só foram consideradas as entidades privadas, uma vez que apenas em 1998 e 1999 se efectuaram visitas de acompanhamento e controlo a entidades públicas.

Duma forma geral, podemos concluir que a intensificação do número de visitas de acompanhamento e controlo verificado no decurso do QCA II, conduziu a um maior empenho por parte das entidades, quer em termos organizativos, quer no tocante à qualidade das próprias acções. Acresce ainda que os Sistemas de Acreditação das entidades e de Certificação de Formadores, desempenharam também um papel importante neste processo, sobretudo a partir da sua implementação (1998).

Seguidamente, faz-se referência aos principais aspectos registados em cada ano, colocando-se especial ênfase no grau de cobertura das entidades privadas e na repartição do Acompanhamento por acção.

1994:

Neste ano verificou-se o arranque do QCA II, e o sistema de Acompanhamento e Controlo centrou a sua actuação sobretudo nas acções de divulgação e esclarecimento, no sentido de informar as diversas entidades, quanto aos objectivos, prioridades e regras das acções a desenvolver durante a vigência do Programa.

A adopção desta estratégia foi também devido ao arranque tardio do QCA II que só se verificou em Outubro de 1994, e à não existência de uma viatura afecta aos serviços que permitisse a mobilidade necessária para o desempenho das funções de Acompanhamento e Controlo.

Salienta-se que neste ano, o Acompanhamento e Controlo de 1° nível, assentou basicamente no Controlo Contabilístico - Financeiro e Técnico-Pedagógico realizado após a apresentação dos Pedidos de Pagamento de Saldo.

1995:

Salienta-se que das 62 entidades privadas que beneficiaram de apoios, 33 foram objecto de Acompanhamento/Controlo directo (Controlo concomitante) ou seja, foram abrangidas 53% das entidades promotoras do sector privado, conforme se pode observar no quadro I.

Refira-se que neste ano foi disponibilizada uma viatura para os serviços da D.A.C.A., pelo que foi possível efectuar mais visitas às entidades beneficiárias.

Destaca-se ainda que se verificou uma maior intervenção nas entidades que desenvolveram cursos de formação destinados a desempregados (Acção 1.2.5), e que foram abrangidas 100% das entidades que desenvolveram cursos destinados aos jovens não integrados no sistema de ensino (Acção 1.2.2).

1996:

No Universo de 75 entidades privadas apoiadas, 31 foram objecto de Acompanhamento/Controlo directo (Controlo concomitante) o que representa 41% das entidades promotoras do sector privado, conforme se pode verificar no quadro I.

No ano em apreço, no que se refere à repartição do Acompanhamento por acção elegível e à semelhança do ano anterior, interviu-se prioritariamente nas entidades que promoveram cursos de qualificação destinados a desempregados, inseridos na Acção 1.2.5, bem como nas entidades que desenvolveram acções de qualificação profissional enquadradas na Acção 1.2.2..

É de salientar que uma das dificuldades sentidas era a escassez de Recursos Humanos havendo necessidade de reforçar os meios técnicos e humanos, por forma a possibilitar uma maior abrangência de entidades beneficiárias.

1997:

De um total de 76 entidades promotoras do sector privado, 25 foram objecto de Acompanhamento/Controlo directo (Controlo concomitante), tendo-se abrangido 33% das entidades, como se pode observar no quadro I.
Neste ano, registou-se um decréscimo no grau de cobertura das entidades, decorrente de alterações estruturais da DRFP e de responsáveis ao nível da Gestão e Acompanhamento do FSE. Obviamente a conjugação destes factores implicaram o arranque tardio das "visitas no terreno".
No que se refere à repartição do Acompanhamento por acção elegível, para além da intervenção prioritária nas entidades que desenvolveram projectos dirigidos a desempregados (Acção 1.2.5.) e a jovens não integrados no sistema de ensino (Acção 1.2.2.), também se verificou uma incidência nas entidades que realizaram cursos destinados a públicos excluídos socialmente. Refira-se que a partir de Julho de 1997, com a implementação do Rendimento Mínimo Garantido e aplicação a todo o território nacional, registou-se um acréscimo de cursos de formação neste âmbito.

Realça-se ainda a insuficiência de Recursos Humanos para a actuação dos nossos serviços, no âmbito do Acompanhamento e Controlo, sobretudo considerando a afectação de técnicos da equipa do FSE, às Comissões Locais de Acompanhamento do R.M.G..
Para fazer face a esta situação, foi admitido um técnico no sentido de se conseguir uma melhor cobertura das entidades financiadas.

1998:

Destaca-se que num total de 90 entidades do sector privado que realizaram acções de formação, 55 foram objecto de Acompanhamento/Controlo directo, o que representa 61% das entidades privadas, como se pode constatar no quadro I. Convém referir que neste ano, já foram abrangidas 2 entidades públicas.
Salienta-se ainda que se verificou o reforço da equipa do FSE, através do recrutamento de mais um Técnico, o que permitiu acompanhar um maior número de entidades.
Quanto à repartição do Acompanhamento por acção, registou-se maior incidência nos projectos das acções de formação para Jovens fora do sistema de ensino (33% das candidaturas inseridas na Acção 1.2.2.) e das acções de formação para desempregados (53% das candidaturas enquadradas na Acção 1.2.5.).
Acresce ainda que se verificou um grande acréscimo no grau de cobertura das acções de formação para Excluídos Socialmente (43% das candidaturas inseridas na Acção 1.2.9), sobretudo atendendo à intensificação da implementação do RMG na Região.

1999:

De um total de 92 entidades do sector privado, 69 foram objecto de Acompanhamento, o que corresponde a 75% das entidades privadas co-financiadas. Neste ano, atingiu-se o maior grau de cobertura das entidades privadas e foram abrangidas 4 entidades públicas.

Convém referir que o Controlo concomitante abrangeu 90% dos pedidos de contribuição, tendo-se registado o Controlo prévio em 5% dos pedidos e ainda o Controlo à posteriori em 5% dos pedidos controlados.

Esta melhoria é justificada pelo reforço da equipa da Divisão de Acompanhamento e Controlo, com o recrutamento de mais dois técnicos, possibilitando a criação de uma estrutura mais autónoma relativamente aos serviços da análise técnica e financeira. Por outro lado, atendendo a que o final do QCA II, prolongou-se até 30/04/2000, foi possível uma maior abrangência das entidades.
À semelhança do ano anterior, no que respeita à repartição do Acompanhamento por tipo de acção elegível, verificou-se uma grande incidência nas entidades que desenvolveram acções de formação dirigidas a desempregados (73% das candidaturas enquadradas na Acção 1.2.5.) e nas acções de formação destinadas aos Jovens fora do sistema de ensino (56% das candidaturas, inseridas na Acção 1.2.2.).
Foi também relevante a incidência registada nas acções destinadas a pessoas excluídas socialmente (54% das candidaturas enquadradas na medida 1.2.9), considerando a prossecução da implementação do RMG na Região.

- **Componente FEOGA-O**

Durante o período de execução do Programa, o acompanhamento e o controlo interno desta Componente foram feitos nos seguintes moldes:

- No âmbito da Sub-Medida "Infraestruturas" foi realizado um acompanhamento e controlo à totalidade dos projectos com execução financeira.
- No âmbito da Sub-Medida "Apoio às Explorações Agrícolas, Florestas e I. E. & D." foram realizados ao longo dos anos controlos aleatórios, sendo acompanhada a execução material sempre que justificada, tendo sido nestes casos o pagamento precedido de uma visita ao beneficiário.
- No âmbito da Sub-Medida "Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas" foram realizadas acções de acompanhamento e controlo a todos os projectos apresentados e com execução financeira.

- **Componente IFOP**

Em matéria de acompanhamento, e no que a esta Componente respeita, é importante registar a realização de visitas de controlo aos locais de implementação dos projectos aprovados, designadamente estaleiros, unidades de transformação de pescado e aquicultura, verificando *in loco* o andamento dos investimentos.

Capítulo IV – Execução da Intervenção Operacional

IV-1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

A gestão financeira do Programa Operacional tem subjacente dois sistemas:

- **o externo** que compreende a relação entre o Estado Membro e a Comissão Europeia e que é assegurado pela Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR), no caso do FEDER, pelo Departamento para os Assuntos do FSE (DAFSE), no caso do FSE, e pelo Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), no caso do FEOGA-O e do IFOP. Pertence assim a este sistema toda a certificação de despesas efectuadas no âmbito deste Programa, a formalização dos pedidos de pagamento e a gestão das contas do Tesouro referentes às contribuições comunitárias;
- **o interno** que inclui todos os procedimentos inerentes à validação e registo de despesas formalizadas pelos executores e ao pagamento da respectiva comparticipação comunitária.

As transferências financeiras da Comissão para Portugal processavam-se de forma regular em função dos níveis de execução (de despesa realizada e paga), mediante a apresentação dos pedidos de pagamento pelas autoridades nacionais à CE. Os referidos pedidos de pagamento eram instruídos pelo Gestor ao respectivo interlocutor nacional em conformidade com as regras pré-estabelecidas, e este por sua vez instruía-o à Comissão..

Os pagamentos efectuados pela CE assumiam a natureza de adiantamento a nível de cada tranche anual, e correspondiam a 50%, 30% e 20%, tendo totalizado a título de exemplo, no caso da Componente FEDER 287.400 mil euros (96,7 % do montante FEDER atribuído ao Programa) e no da Componente FEOGA-O, 55.024 mil euros (92,1% do montante FEOGA-O atribuído ao Programa – vd. Quadro no VOLUME ANEXOS FEOGA-O (PDAR)).

Relativamente à vertente associada aos pagamentos aos beneficiários finais (vertente interna), os pagamentos eram efectuados da seguinte forma:

- Componente FEDER – Os pagamentos aos organismos executores eram efectuados pela Secretaria Regional das Finanças, por ordem da entidade gestora (primeiro pela então Direcção Regional do Planeamento, e depois, já em 2001, pelo Instituto de Gestão de Fundos Comunitários).
- Componente FSE– Os pagamentos aos organismos executores eram efectuados pela Direcção Regional da Formação Profissional;
- Componentes FEOGA-O e IFOP– Os pagamentos aos organismos executores eram efectuados pelo IFADAP.

IV-2. Execução Global do Programa

O POPRAM II, com um montante de investimento total programado de 693.371 mil euros, dos quais 451.317 mil euros (cerca de 65%) de subvenções comunitárias provenientes do FEDER, do FSE, do FEOGA-O e do IFOP, consubstancia-se em quatro Subprogramas:

- um para a "Qualificação e Valorização do Potencial Humano", com 109.571 mil euros de fundos comunitários (FEDER e FSE);
- outro para o "Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Potencial Endógeno", com 295.224 mil euros de fundos comunitários (FEDER, FEOGA-O e IFOP);
- um outro para a "Mobilização do Potencial de Iniciativa Endógena", com 44.622 mil euros de fundos comunitários (FEDER);
- e um último para a "Gestão e Acompanhamento do Programa", com 1.900 mil euros de fundos comunitários (FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP).

Os fundos atribuídos ao Programa são provenientes do FEDER em 66%, do FSE em 18%, do FEOGA-O em 13% e do IFOP em 3%. O montante comparticipado pelo FEDER foi de 297.300 mil euros (taxa de comparticipação de 65%), o montante comparticipado pelo FSE foi de 79.094 mil euros (taxa de comparticipação de 85%), o montante comparticipado pelo FEOGA-O foi de 59.723 mil euros (taxa de comparticipação de 74%) e o montante comparticipado pelo IFOP de 15.200 mil euros (taxa de comparticipação de 74%).

O Programa apoiou muitos projectos no período 1994-1999, correspondendo a um investimento elegível de 665.238 mil euros e a um montante de fundos comunitários de 465.654 mil euros.

A despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30 de Abril de 2002[1] foi de 626.948 mil euros, que corresponde a 94,2% da despesa pública aprovada pelas entidades gestoras do Programa (665.238 mil euros) e a 97,7% da totalidade da despesa pública programada na decisão comunitária (641.840 mil euros).

Como principais resultados e projectos mais relevantes, merecem especial destaque:

- Componente FEDER
  - Projectos Públicos:
    - 8 Infraestruturas educativas (incluindo ensino básico/secundário, profissional e universitário);
    - 43,5 km de Rede Viária (regional e local);
    - 28 Acções de Promoção e Animação;
    - 5 Infraestruturas de Saúde;

[1] data de elegibilidade do POPRAM II, de acordo com a decisão final do Programa.

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 1994-1999

Execução Financeira Global a 30.04.2002 *

UNIDADE: MIL EUROS

SUBPROGRAMA MEDIDA	CUSTO TOTAL	TOTAL D. PÚBLICAS	DESPESAS PÚBLICAS										SECTOR PRIVADO
			SUBVENÇÕES COMUNITÁRIAS					CONTRAPARTIDA PÚBLICA NACIONAL					
			TOTAL	FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP	TOTAL	OE	RAM	EP	OUTRAS	
Med. 1.1 Comp. FEDER													
PR	39.050,902	39.050,902	31.288,071	31.288,071	0,000	0,000	0,000	7.762,832	0,000	7.762,832	0,000	0,000	0,000
AP	39.030,347	39.030,347	31.266,867	31.266,867	0,000	0,000	0,000	7.763,480	0,000	7.763,480	0,000	0,000	0,000
EX	39.030,347	39.030,347	31.266,867	31.266,867	0,000	0,000	0,000	7.763,480	0,000	7.763,480	0,000	0,000	0,000
Med. 1.2 Comp. FSE													
PR	85.186,246	80.972,551	68.826,738	0,000	68.826,738	0,000	0,000	12.145,814	7.342,066	4.803,748	0,000	0,000	4.213,695
AP	104.362,087	98.052,489	83.344,614	0,000	83.344,614	0,000	0,000	14.707,874	9.663,850	5.044,024	0,000	0,000	6.309,599
EX	86.729,285	81.995,856	69.696,546	0,000	69.696,546	0,000	0,000	12.299,310	7.932,557	4.366,753	0,000	0,000	4.733,429
Med. 1.3 Comp. FSE													
PR	10.896,839	10.896,839	9.262,313	0,000	9.262,313	0,000	0,000	1.634,526	0,000	1.634,526	0,000	0,000	0,000
AP	14.026,227	14.026,227	11.922,292	0,000	11.922,292	0,000	0,000	2.103,935	0,000	2.103,935	0,000	0,000	0,000
EX	9.843,033	9.843,033	8.366,578	0,000	8.366,578	0,000	0,000	1.476,455	0,000	1.476,455	0,000	0,000	0,000
SUBPROGRAMA 1													
PR	135.133,987	130.920,292	109.377,121	31.288,071	78.089,050	0,000	0,000	21.543,171	7.342,066	14.201,105	0,000	0,000	4.213,695
AP	157.418,661	151.109,062	126.533,774	31.266,867	95.266,907	0,000	0,000	24.575,289	9.663,850	14.911,438	0,000	0,000	6.309,599
EX	135.602,665	130.869,236	109.329,991	31.266,867	78.063,124	0,000	0,000	21.539,245	7.932,557	13.606,688	0,000	0,000	4.733,429
Med. 2.1 Comp. FEDER													
PR	266.799,366	266.799,366	162.419,500	162.419,500	0,000	0,000	0,000	104.379,867	0,000	78.027,127	19.697,803	6.654,937	0,000
AP	268.101,884	268.101,884	162.756,597	162.756,597	0,000	0,000	0,000	105.345,288	0,000	77.303,693	19.736,166	8.305,429	0,000
EX	268.101,884	268.101,884	162.756,597	162.756,597	0,000	0,000	0,000	105.345,288	0,000	77.303,693	19.736,166	8.305,429	0,000
Med. 2.2 Comp. FEDER													
PR	21.714,401	21.714,401	10.108,425	10.108,425	0,000	0,000	0,000	11.605,977	0,000	1.073,066	0,000	10.532,911	0,000
AP	13.561,250	13.561,250	10.123,195	10.123,195	0,000	0,000	0,000	3.438,056	0,000	803,355	0,000	2.634,700	0,000
EX	13.561,250	13.561,250	10.123,195	10.123,195	0,000	0,000	0,000	3.438,056	0,000	803,355	0,000	2.634,700	0,000
Med. 2.3 Comp. FEDER													
PR	20.360,189	20.360,189	14.442,984	14.442,984	0,000	0,000	0,000	5.917,205	0,000	2.438,474	0,000	3.478,731	0,000
AP	24.678,772	24.678,772	19.762,828	19.762,828	0,000	0,000	0,000	4.915,944	0,000	3.634,392	0,000	1.281,551	0,000
EX	24.678,772	24.678,772	19.762,828	19.762,828	0,000	0,000	0,000	4.915,944	0,000	3.634,392	0,000	1.281,551	0,000
Med. 2.4 Comp. FEOGA-O													
PR	94.492,723	81.040,318	59.687,074	0,000	0,000	59.687,074	0,000	21.353,244	0,000	21.353,244	0,000	0,000	13.452,405
AP	85.156,900	78.955,300	57.247,200	0,000	0,000	57.247,200	0,000	21.708,100	0,000	21.708,100	0,000	0,000	6.201,600
EX	80.331,579	75.103,524	55.485,962	0,000	0,000	55.485,962	0,000	19.617,562	0,000	19.617,562	0,000	0,000	5.228,055

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 1994-1999

Execução Financeira Global a 30.04.2002 *

UNIDADE: MIL EUROS

SUBPROGRAMA MEDIDA	CUSTO TOTAL	TOTAL D. PÚBLICAS	DESPESAS PÚBLICAS										SECTOR PRIVADO
			SUBVENÇÕES COMUNITÁRIAS					CONTRAPARTIDA PÚBLICA NACIONAL					
			TOTAL	FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP	TOTAL	OE	RAM	EP	OUTRAS	
Med. 2.5 Comp. IFOP													
PR	28.879,999	20.489,002	15.155,001	0,000	0,000	0,000	15.155,001	5.334,000	0,000	5.334,000	0,000	0,000	8.390,998
AP	32.143,120	22.253,798	16.389,551	0,000	0,000	0,000	16.389,551	5.864,247	0,000	5.864,247	0,000	0,000	9.889,322
EX	25.977,475	18.710,697	13.872,398	0,000	0,000	0,000	13.872,398	4.838,298	0,000	4.838,298	0,000	0,000	7.266,778
Med. 2.6 Comp. FEDER													
PR	61.544,787	43.928,854	29.268,480	29.268,480	0,000	0,000	0,000	14.660,374	0,000	14.660,374	0,000	0,000	17.615,933
AP	66.305,404	46.479,876	32.757,101	32.757,101	0,000	0,000	0,000	13.722,775	0,000	13.722,775	0,000	0,000	19.825,527
EX	65.565,794	45.877,194	32.244,821	32.244,821	0,000	0,000	0,000	13.632,372	0,000	13.632,372	0,000	0,000	19.688,600
SUBPROGRAMA 2													
PR	493.791,466	454.332,131	291.081,464	216.239,389	0,000	59.687,074	15.155,001	163.250,666	0,000	122.886,285	19.697,803	20.666,579	39.459,335
AP	489.947,331	454.030,881	299.036,472	225.399,721	0,000	57.247,200	16.389,551	154.994,409	0,000	123.036,563	19.736,166	12.221,681	35.916,449
EX	478.216,755	446.033,321	294.245,801	224.887,441	0,000	55.485,962	13.872,398	151.787,520	0,000	119.829,674	19.736,166	12.221,681	32.183,433
Med. 3.1 Comp. FEDER													
PR	12.448,664	12.448,664	10.044,144	10.044,144	0,000	0,000	0,000	2.404,520	0,000	2.228,420	0,000	176,101	0,000
AP	11.462,740	11.462,740	8.846,455	8.846,455	0,000	0,000	0,000	2.616,285	0,000	2.219,651	0,000	396,634	0,000
EX	11.462,740	11.462,740	8.846,455	8.846,455	0,000	0,000	0,000	2.616,285	0,000	2.219,651	0,000	396,634	0,000
Med. 3.2 Comp. FEDER													
PR	22.712,869	22.712,869	18.570,540	18.570,540	0,000	0,000	0,000	4.142,329	0,000	1.564,002	0,000	2.578,327	0,000
AP	19.850,239	19.850,239	16.077,453	16.077,453	0,000	0,000	0,000	3.772,786	0,000	1.784,660	0,000	1.988,125	0,000
EX	19.850,239	19.850,239	16.077,453	16.077,453	0,000	0,000	0,000	3.772,786	0,000	1.784,660	0,000	1.988,125	0,000
Med. 3.3 Comp. FEDER													
PR	19.195,266	19.195,266	15.511,255	15.511,255	0,000	0,000	0,000	3.684,012	0,000	1.932,947	0,000	1.751,065	0,000
AP	16.497,951	16.497,951	13.222,349	13.222,349	0,000	0,000	0,000	3.275,602	0,000	493,811	0,000	2.781,791	0,000
EX	16.497,950	16.497,950	13.222,349	13.222,349	0,000	0,000	0,000	3.275,601	0,000	493,810	0,000	2.781,791	0,000
SUBPROGRAMA 3													
PR	54.356,800	54.356,800	44.125,938	44.125,938	0,000	0,000	0,000	10.230,861	0,000	5.725,368	0,000	4.505,493	0,000
AP	47.810,930	47.810,930	38.146,258	38.146,258	0,000	0,000	0,000	9.664,673	0,000	4.498,123	0,000	5.166,550	0,000
EX	47.810,929	47.810,929	38.146,258	38.146,258	0,000	0,000	0,000	9.664,671	0,000	4.498,121	0,000	5.166,550	0,000
Med. 4.1 Comp. FEDER													
PR	945,255	945,255	803,466	803,466	0,000	0,000	0,000	141,789	0,000	141,789	0,000	0,000	0,000
AP	1.006,878	1.006,878	855,847	855,847	0,000	0,000	0,000	151,031	0,000	151,031	0,000	0,000	0,000
EX	949,090	949,090	806,727	806,727	0,000	0,000	0,000	142,363	0,000	142,363	0,000	0,000	0,000

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 1994-1999

Execução Financeira Global a 30.04.2002 *

UNIDADE: MIL EUROS

SUBPROGRAMA MEDIDA	CUSTO TOTAL	TOTAL D. PÚBLICAS	DESPESAS PÚBLICAS										SECTOR PRIVADO
			SUBVENÇÕES COMUNITÁRIAS					CONTRAPARTIDA PÚBLICA NACIONAL					
			TOTAL	FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP	TOTAL	OE	RAM	EP	OUTRAS	
Med. 4.2 Comp. FSE													
PR	1.182,296	1.182,296	1.004,948	0,000	1.004,948	0,000	0,000	177,348	0,000	177,348	0,000	0,000	0,000
AP	1.177,201	1.177,201	1.000,620	0,000	1.000,620	0,000	0,000	176,581	0,000	176,581	0,000	0,000	0,000
EX	1.182,296	1.182,296	1.004,950	0,000	1.004,950	0,000	0,000	177,346	0,000	177,346	0,000	0,000	0,000
Med. 4.3 Comp. FEOGA-O													
PR	47,900	47,900	35,923	0,000	0,000	35,923	0,000	11,976	0,000	11,976	0,000	0,000	0,000
AP	47,900	47,900	35,923	0,000	0,000	35,923	0,000	11,976	0,000	11,976	0,000	0,000	0,000
EX	47,900	47,900	35,923	0,000	0,000	35,923	0,000	11,976	0,000	11,976	0,000	0,000	0,000
Med. 4.4 Comp. IFOP													
PR	55,002	55,002	45,002	0,000	0,000	0,000	45,002	10,001	0,000	10,001	0,000	0,000	0,000
AP	55,002	55,002	45,002	0,000	0,000	0,000	45,002	10,001	0,000	10,001	0,000	0,000	0,000
EX	54,885	54,885	44,904	0,000	0,000	0,000	44,904	9,981	0,000	9,981	0,000	0,000	0,000
SUBPROGRAMA 4													
PR	2.230,453	2.230,453	1.889,339	803,466	1.004,948	35,923	45,002	341,114	0,000	341,114	0,000	0,000	0,000
AP	2.286,982	2.286,982	1.937,392	855,847	1.000,620	35,923	45,002	349,589	0,000	349,589	0,000	0,000	0,000
EX	2.234,170	2.234,170	1.892,505	806,727	1.004,950	35,923	44,904	341,666	0,000	341,666	0,000	0,000	0,000
TOTAL PO													
PR	685.512,705	641.839,675	446.473,862	292.456,863	79.093,998	59.722,998	15.200,003	195.365,812	7.342,066	143.153,872	19.697,803	25.172,071	43.673,030
AP	697.463,904	655.237,856	465.653,895	295.668,692	96.267,527	57.283,123	16.434,553	189.583,960	9.663,850	142.795,713	19.736,166	17.388,231	42.226,048
EX	663.864,519	626.947,656	443.614,554	295.107,292	79.068,074	55.521,885	13.917,302	183.333,102	7.932,557	138.276,148	19.736,166	17.388,231	36.916,862
PO FEDER													
PR	464.771,701	447.155,768	292.456,863	292.456,863	0,000	0,000	0,000	154.698,905	0,000	109.829,030	19.697,803	25.172,071	17.615,933
AP	460.495,466	440.669,938	295.668,692	295.668,692	0,000	0,000	0,000	145.001,246	0,000	107.876,849	19.736,166	17.388,231	19.825,527
EX	459.698,067	440.009,466	295.107,292	295.107,292	0,000	0,000	0,000	144.902,174	0,000	107.777,777	19.736,166	17.388,231	19.688,600
PO FSE													
PR	97.265,380	93.051,685	79.093,998	0,000	79.093,998	0,000	0,000	13.957,687	7.342,066	6.615,621	0,000	0,000	4.213,695
AP	119.565,516	113.255,917	96.267,527	0,000	96.267,527	0,000	0,000	16.988,390	9.663,850	7.324,540	0,000	0,000	6.309,599
EX	97.754,614	93.021,185	79.068,074	0,000	79.068,074	0,000	0,000	13.953,111	7.932,557	6.020,554	0,000	0,000	4.733,429
PO FEOGA-O													
PR	94.540,622	81.088,217	59.722,998	0,000	0,000	59.722,998	0,000	21.365,220	0,000	21.365,220	0,000	0,000	13.452,405
AP	85.204,800	79.003,200	57.283,123	0,000	0,000	57.283,123	0,000	21.720,076	0,000	21.720,076	0,000	0,000	6.201,600
EX	80.379,479	75.151,424	55.521,885	0,000	0,000	55.521,885	0,000	19.629,538	0,000	19.629,538	0,000	0,000	5.228,055

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 1994-1999

Execução Financeira Global a 30.04.2002 *

UNIDADE: MIL EUROS

SUBPROGRAMA MEDIDA	CUSTO TOTAL	TOTAL D. PÚBLICAS	DESPESAS PÚBLICAS										SECTOR PRIVADO
			SUBVENÇÕES COMUNITÁRIAS					CONTRAPARTIDA PÚBLICA NACIONAL					
			TOTAL	FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP	TOTAL	OE	RAM	EP	OUTRAS	
PO IFOP													
PR	28.935,002	20.544,004	15.200,003	0,000	0,000	0,000	15.200,003	5.344,001	0,000	5.344,001	0,000	0,000	8.390,998
AP	32.198,123	22.308,801	16.434,553	0,000	0,000	0,000	16.434,553	5.874,248	0,000	5.874,248	0,000	0,000	9.889,322
EX	26.032,359	18.765,581	13.917,302	0,000	0,000	0,000	13.917,302	4.848,279	0,000	4.848,279	0,000	0,000	7.266,778

* data limite de elegibilidade, de acordo com a última Decisão do Programa.

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 1994-1999

Execução Financeira Global a 30.04.2002 *

UNIDADE: MIL ESCUDOS

SUBPROGRAMA MEDIDA	CUSTO TOTAL	TOTAL D. PÚBLICAS	DESPESAS PÚBLICAS										SECTOR PRIVADO
			SUBVENÇÕES COMUNITÁRIAS					CONTRAPARTIDA PÚBLICA NACIONAL					
			TOTAL	FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP	TOTAL	OE	RAM	EP	OUTRAS	
Med. 1.1 Comp. FEDER													
PR	7.829.003	7.829.003	6.272.695	6.272.695				1.556.308		1.556.308			
AP	7.824.882	7.824.882	6.268.444	6.268.444				1.556.438		1.556.438			
EX	7.824.882	7.824.882	6.268.444	6.268.444				1.556.438		1.556.438			
Med. 1.2 Comp. FSE													
PR	17.078.309	16.233.539	13.798.522		13.798.522			2.435.017	1.471.952	963.065			844.770
AP	20.922.720	19.657.759	16.709.095		16.709.095			2.948.664	1.937.428	1.011.236			1.264.961
EX	17.239.077	16.295.765	13.851.400		13.851.400			2.444.365	1.577.177	867.188			943.312
Med. 1.3 Comp. FSE													
PR	2.184.620	2.184.620	1.856.927		1.856.927			327.693		327.693			
AP	2.812.006	2.812.006	2.390.205		2.390.205			421.801		421.801			
EX	1.951.027	1.951.027	1.658.373		1.658.373			292.654		292.654			
SUBPROGRAMA 1													
PR	27.091.932	26.247.162	21.928.144	6.272.695				4.319.018	1.471.952	2.847.066			844.770
AP	31.559.608	30.294.647	25.367.744	6.268.444				4.926.903	1.937.428	2.989.475			1.264.961
EX	27.014.986	26.071.674	21.778.217	6.268.444				4.293.457	1.577.177	2.716.280			943.312
Med. 2.1 Comp. FEDER													
PR	53.488.471	53.488.471	32.562.186	32.562.186				20.926.284		15.643.034	3.949.055	1.334.195	
AP	53.749.602	53.749.602	32.629.768	32.629.768				21.119.834		15.497.999	3.956.746	1.665.089	
EX	53.749.602	53.749.602	32.629.768	32.629.768				21.119.834		15.497.999	3.956.746	1.665.089	
Med. 2.2 Comp. FEDER													
PR	4.353.347	4.353.347	2.026.557	2.026.557				2.326.789		215.130		2.111.659	
AP	2.718.787	2.718.787	2.029.518	2.029.518				689.268		161.058		528.210	
EX	2.718.787	2.718.787	2.029.518	2.029.518				689.268		161.058		528.210	
Med. 2.3 Comp. FEDER													
PR	4.081.852	4.081.852	2.895.558	2.895.558				1.186.293		488.870		697.423	
AP	4.947.650	4.947.650	3.962.091	3.962.091				985.558		728.630		256.928	
EX	4.947.650	4.947.650	3.962.091	3.962.091				985.558		728.630		256.928	
Med. 2.4 Comp. FEOGA-O													
PR	18.944.090	16.247.125	11.966.184			11.966.184		4.280.941		4.280.941			2.696.965
AP	17.072.426	15.829.116	11.477.033			11.477.033		4.352.083		4.352.083			1.243.309
EX	16.105.036	15.056.905	11.123.937			11.123.937		3.932.968		3.932.968			1.048.131

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 1994-1999

Execução Financeira Global a 30.04.2002 *

UNIDADE: MIL ESCUDOS

SUBPROGRAMA MEDIDA	CUSTO TOTAL	TOTAL D. PÚBLICAS	DESPESAS PÚBLICAS										SECTOR PRIVADO
			SUBVENÇÕES COMUNITÁRIAS					CONTRAPARTIDA PÚBLICA NACIONAL					
			TOTAL	FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP	TOTAL	OE	RAM	EP	OUTRAS	
Med. 2.5													
Comp. IFOP													
PR	5.789.920	4.107.676	3.038.305				3.038.305	1.069.371		1.069.371			1.682.244
AP	6.444.117	4.461.486	3.285.810				3.285.810	1.175.676		1.175.676			1.982.631
EX	5.198.125	3.741.267	2.773.346				2.773.346	967.920		967.920			1.456.858
Med. 2.6													
Comp. FEDER													
PR	12.338.622	8.806.945	5.867.803	5.867.803				2.939.141		2.939.141			3.531.677
AP	13.293.040	9.318.379	6.567.209	6.567.209				2.751.169		2.751.169			3.974.661
EX	13.144.762	9.197.552	6.464.506	6.464.506				2.733.045		2.733.045			3.947.210
SUBPROGRAMA 2													
PR	98.996.301	91.085.414	58.356.594	43.352.105	0	11.966.184	3.038.305	32.728.820	0	24.636.488	3.949.055	4.143.277	7.910.886
AP	98.225.621	91.025.019	59.951.430	45.188.587	0	11.477.033	3.285.810	31.073.589	0	24.666.616	3.956.746	2.450.227	7.200.602
EX	95.863.960	89.411.761	58.983.167	45.085.884	0	11.123.937	2.773.346	30.428.594	0	24.021.621	3.956.746	2.450.227	6.452.199
Med. 3.1													
Comp. FEDER													
PR	2.495.733	2.495.733	2.013.670	2.013.670				482.063		446.758		35.305	
AP	2.298.073	2.298.073	1.773.555	1.773.555				524.518		445.000		79.518	
EX	2.298.073	2.298.073	1.773.555	1.773.555				524.518		445.000		79.518	
Med. 3.2													
Comp. FEDER													
PR	4.553.522	4.553.522	3.723.059	3.723.059				830.463		313.554		516.908	
AP	3.979.616	3.979.616	3.223.240	3.223.240				756.376		357.792		398.583	
EX	3.979.616	3.979.616	3.223.240	3.223.240				756.376		357.792		398.583	
Med. 3.3													
Comp. FEDER													
PR	3.848.305	3.848.305	3.109.727	3.109.727				738.578		387.521		351.057	
AP	3.307.542	3.307.542	2.650.843	2.650.843				656.699		99.000		557.699	
EX	3.307.542	3.307.542	2.650.843	2.650.843				656.699		99.000		557.699	
SUBPROGRAMA 3													
PR	10.897.560	10.897.560	8.846.456	8.846.456	0	0	0	2.051.104	0	1.147.833	0	903.270	
AP	9.585.231	9.585.231	7.647.638	7.647.638	0	0	0	1.937.593	0	901.793	0	1.035.800	
EX	9.585.231	9.585.231	7.647.638	7.647.638	0	0	0	1.937.593	0	901.792	0	1.035.800	
Med. 4.1													
Comp. FEDER													
PR	189.507	189.507	161.080	161.080				28.426		28.426			
AP	201.861	201.861	171.582	171.582				30.279		30.279			
EX	190.276	190.276	161.734	161.734				28.541		28.541			

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 1994-1999

Execução Financeira Global a 30.04.2002 *

UNIDADE: MIL ESCUDOS

SUBPROGRAMA MEDIDA	CUSTO TOTAL	TOTAL D. PÚBLICAS	DESPESAS PÚBLICAS										SECTOR PRIVADO
			SUBVENÇÕES COMUNITÁRIAS					CONTRAPARTIDA PÚBLICA NACIONAL					
			TOTAL	FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP	TOTAL	OE	RAM	EP	OUTRAS	
Med. 4.2 Comp. FSE													
PR	237.029	237.029	201.474		201.474			35.555		35.555			
AP	236.008	236.008	200.606		200.606			35.401		35.401			
EX	236.008	236.008	200.606		200.606			35.401		35.401			
Med. 4.3 Comp. FEOGA-O													
PR	9.603	9.603	7.202			7.202		2.401		2.401			
AP	9.603	9.603	7.202			7.202		2.401		2.401			
EX	9.603	9.603	7.202			7.202		2.401		2.401			
Med. 4.4 Comp. IFOP													
PR	11.027	11.027	9.022				9.022	2.005		2.005			
AP	11.027	11.027	9.022				9.022	2.005		2.005			
EX	11.027	11.027	9.022				9.022	2.005		2.005			
SUBPROGRAMA 4													
PR	447.166	447.166	378.778	161.080	201.474	7.202	9.022	68.387	0	68.387	0	0	0
AP	458.499	458.499	388.412	171.582	200.606	7.202	9.022	70.086	0	70.086	0	0	0
EX	446.913	446.913	378.565	161.734	200.606	7.202	9.022	68.348	0	68.348	0	0	0
TOTAL PO													
PR	137.432.958	128.677.302	89.509.973	58.632.337	201.474	11.973.386	3.047.327	39.167.329	1.471.952	28.699.775	3.949.055	5.046.547	8.755.656
AP	139.828.958	131.363.396	93.355.224	59.276.251	200.606	11.484.235	3.294.832	38.008.172	1.937.428	28.627.970	3.956.746	3.486.027	8.465.563
EX	132.911.089	125.515.578	88.787.586	59.163.700	200.606	11.131.139	2.782.368	36.727.992	1.577.177	27.708.042	3.956.746	3.486.027	7.395.511
PO FEDER													
PR	93.178.360	89.646.683	58.632.337	58.632.337	0	0	0	31.014.346	0	22.018.744	3.949.055	5.046.547	3.531.677
AP	92.321.052	88.346.391	59.276.251	59.276.251	0	0	0	29.070.140	0	21.627.367	3.956.746	3.486.027	3.974.661
EX	92.161.188	88.213.978	59.163.700	59.163.700	0	0	0	29.050.278	0	21.607.504	3.956.746	3.486.027	3.947.210
PO FSE													
PR	19.499.958	18.655.188	15.856.923	0	15.856.923	0	0	2.798.265	1.471.952	1.326.313	0	0	844.770
AP	23.970.734	22.705.773	19.299.906	0	19.299.906	0	0	3.405.866	1.937.428	1.468.438	0	0	1.264.961
EX	19.426.111	18.482.799	15.710.380	0	15.710.380	0	0	2.772.420	1.577.177	1.195.243	0	0	943.312
PO FEOGA-O													
PR	18.953.693	16.256.728	11.973.386	0	0	11.973.386	0	4.283.342	0	4.283.342	0	0	2.696.965
AP	17.082.029	15.838.719	11.484.235	0	0	11.484.235	0	4.354.484	0	4.354.484	0	0	1.243.309
EX	16.114.639	15.066.508	11.131.139	0	0	11.131.139	0	3.935.369	0	3.935.369	0	0	1.048.131

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 1994-1999

Execução Financeira Global a 30.04.2002 *

UNIDADE: MIL ESCUDOS

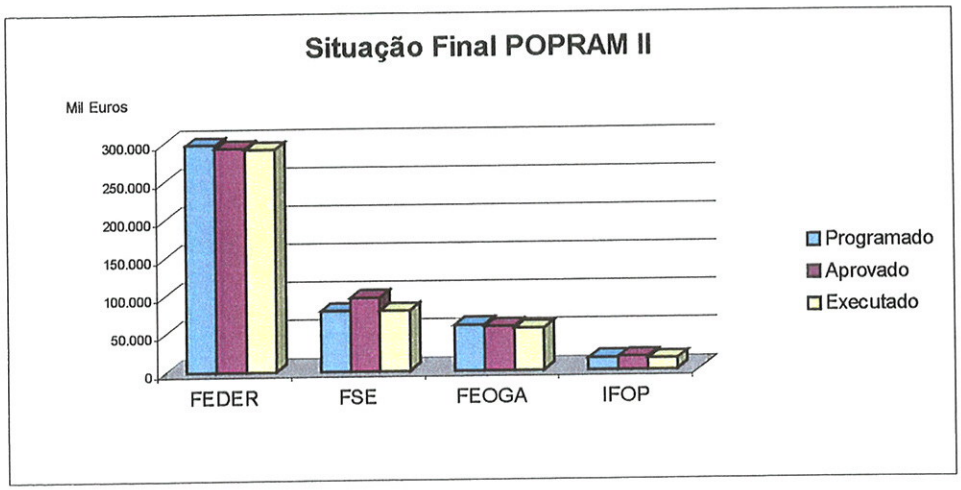
SUBPROGRAMA MEDIDA	CUSTO TOTAL	TOTAL D. PÚBLICAS	DESPESAS PÚBLICAS										SECTOR PRIVADO
			SUBVENÇÕES COMUNITÁRIAS					CONTRAPARTIDA PÚBLICA NACIONAL					
			TOTAL	FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP	TOTAL	OE	RAM	EP	OUTRAS	
PO IFOP													
PR	5.800.947	4.118.703	3.047.327	0	0	0	3.047.327	1.071.376	0	1.071.376	0	0	1.682.244
AP	6.455.144	4.472.513	3.294.832	0	0	0	3.294.832	1.177.681	0	1.177.681	0	0	1.982.631
EX	5.209.152	3.752.294	2.782.368	0	0	0	2.782.368	969.925	0	969.925	0	0	1.456.858

* data limite de elegibilidade, de acordo com a última Decisão do Programa.

- 3 Estações de Tratamento (ETA);
- 1 Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR);

- Projectos Privados
  - 87 projectos de investimento no âmbito do SIDERAM

Gráfico 7 – Execução Final do Programa



- Componente FSE
  - 2 169 acções de Formação Profissional apoiadas, abrangendo um total de 40 554 formandos (14 190 Homens e 26 354 Mulheres), sendo que os sectores mais representativos são:
    - 18% - Comércio/Turismo;
    - 16% - Banca e Serviços bancários prestados às empresas;
    - 51% - Serviços Colectivos, sociais e pessoais;
  - 2 759 postos de trabalho criados no âmbito da Medida "Apoios para o Desenvolvimento do Emprego" (1 048 Homens e 1 711 Mulheres).

- Componente FEOGA-O
  - Regadios – Área total intervencionada – 3 129 ha;
  - Extensão de Caminhos agrícolas e Rurais construídos/melhorados – 14 024 m;
  - Electrificação Rural numa área de 60 m num total de 33 explorações agrícolas;
  - Bananeiras – Extensão total beneficiada – 26 ha;
  - Florestas – Extensão reflorestada – 25 ha.

- Componente IFOP
  - 31 embarcações: 17 construídas e 14 modernizadas;
  - 3 Unidades fabris construídas/reestruturadas.

A taxa de execução acumulada do Programa de 97,5%, referente ao período 1994-2002, evidencia algumas dificuldades de arranque em particular nas vertentes FEOGA-O e IFOP, cujas taxas finais de execução se situaram em, respectivamente, 92,3% e 92,1%.

Relativamente às outras vertentes do Programa, constata-se que:

- o FSE, com taxa final de 100,1%, apenas comprovou a tendência que sempre apresentou ao longo da execução do Programa.

- o FEDER, com taxa final de 98,2%, não absorveu na íntegra as verbas programadas na decisão, pelo facto das regras de encerramento financeiro das intervenções operacionais (1994-1999) dos Fundos Estruturais, consignadas na Decisão da Comissão SEC (1999) 1316 final – PT, de 9 Setembro, não permitirem qualquer flexibilidade entre subprogramas. Com efeito, e em bom rigor, quatro das oito medidas FEDER, ultrapassaram a dotação programada, pelo que atendendo à impossibilidade de reafectação de verbas entre subprogramas foram adoptados os seguintes procedimentos:
  - descativação de verbas anteriormente comprometidas de modo a anular o *overbooking* existente (foi o caso da medida 1.1 – Bases do Conhecimento e Inovação);
  - reforço da dotação FEDER das medidas 3 e 6 do Subprograma 2, em conformidade com os limites estabelecidos na Decisão atrás mencionada, e por contrapartida das verbas não absorvidas na medida 2.

IV-3. EXECUÇÃO POR SUBPROGRAMA E MEDIDAS

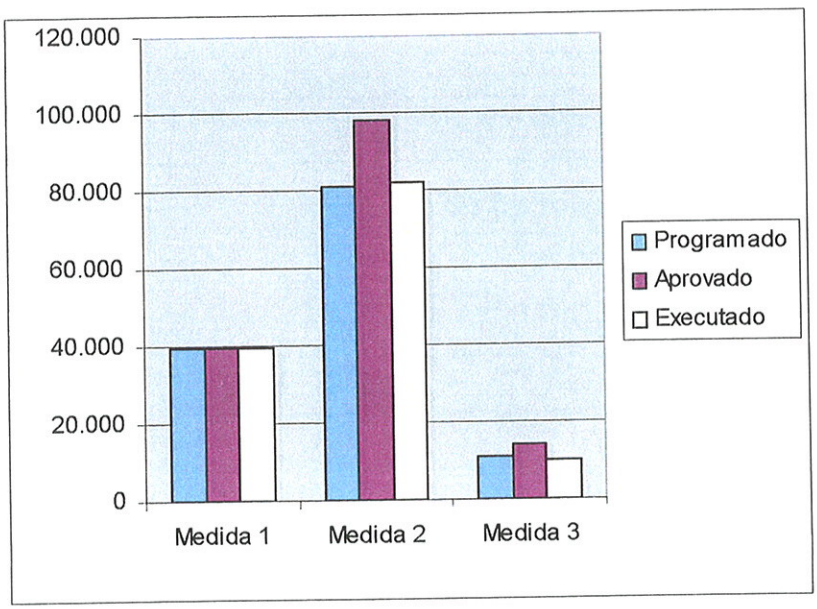
Subprograma 1 – Qualificação e Valorização do Potencial Humano

O Subprograma "Qualificação e Valorização do Potencial Humano" ao qual estão afectos 24,3% da contribuição comunitária (FEDER e FSE) atribuída ao Programa é constituído por três medidas:
M 1 – Bases do Conhecimento e Inovação (FEDER)
M 2 – Formação Profissional (FSE)

M 3 – Acções para o Desenvolvimento do Emprego (FSE)

Neste Subprograma foram apoiadas várias candidaturas, das quais oito na Componente FEDER, associadas à Medida "Bases do Conhecimento e Inovação" que totalizam um montante de 39.734 mil euros de despesa pública e 31.838 mil euros de FEDER e um conjunto de candidaturas na Componente FSE, que totalizam um montante de 112.078 mil euros de despesa pública e 95.267 mil euros de FSE.

Gráfico 8 – Despesa Pública – Montante Programado, Aprovado e Executado no Subprograma 1 (em mil euros)



A despesa pública prevista nos projectos aprovados até 31/12/1999 (151.813 mil euros) representa 115,7 % da despesa pública prevista na decisão (131.177 mil euros).

A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada pelas Estruturas de Apoio Técnico (FEDER e FSE) desde 1994 até 30/04/2002 (131.273 mil euros) relativamente à despesa pública prevista nos projectos aprovados (151.813 mil euros) foi de 86,5 %.

A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada pelas Estruturas de Apoio Técnico, desde 1994 até 30/04/2002 (131.273 mil euros) relativamente ao total programado para o período 1994-1999 (131.177 mil euros) foi de 100,1%.

SP 1
Medida 1 – Bases do Conhecimento e Inovação

Esta medida representa 29% do total de contribuição comunitária (FEDER e FSE) atribuída ao Subprograma, sendo de 7% o peso da medida em relação ao total da contribuição comunitária do Programa.

Constituíam objectivos específicos desta medida a promoção da construção e melhoria das infraestruturas educativas de base, a implementação do ensino superior, a melhoria e ampliação da capacidade das estruturas de formação profissional, nomeadamente na área do turismo, e o desenvolvimento de actividades relacionadas com C&T.

Para a consecução dos referidos objectivos esta medida estava organizada nas seguintes três acções:

- Acção 1 – Infraestruturas Educativas e de Formação Profissional
- Acção 2 – Infraestruturas Físicas do Ensino Superior
- Acção 3 – Infraestruturas Tecnológicas e de Inovação

Durante o período de vigência do Programa foram aprovadas dez candidaturas, cujos montantes totais de despesa pública e de apoio FEDER ascenderam a, respectivamente, 45.905 e a 36.485 mil euros. No entanto, pelo facto dos compromissos FEDER terem ultrapassado 5.003 mil euros o *plafond* estabelecido na decisão, houve necessidade de desaprovar 2 das candidaturas e diminuir o montante de investimento elegível de uma outra.

Não obstante esta situação é possível afirmar que os objectivos previstos para esta medida foram alcançados uma vez que aqueles dois projectos de investimento realizaram-se na íntegra com verbas provenientes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Das oito candidaturas co-financiadas no âmbito desta medida importa destacar pela importância que lhes está associada e por ordem decrescente de dimensão financeira, as que se seguem:

- ***Complexo Científico e Tecnológico da Penteada – Universidade da Madeira (UMa)***, com um investimento elegível de 18.959 mil euros e uma comparticipação FEDER de 16.155 mil euros, (taxa de comparticipação de 85%) representando cerca de 48% do total de despesa pública realizada nesta medida, permitiu dotar a Universidade de instalações para as áreas das Ciências. Dos vários cursos leccionados na UMa é de salientar os seguintes: Matemática, Física, Química, Biologia, Engenharia de Sistemas e Computadores e Gestão, bem como os mestrados nas áreas de Desporto e Matemática.

Este investimento veio assim permitir o acesso ao ensino superior de residentes e não residentes, potenciando a formação de técnicos em áreas estratégicas ao desenvolvimento regional.

- ***Nova Escola de Hotelaria da Madeira***, com um investimento elegível de 6.127 mil euros e uma comparticipação FEDER de 4.595 mil euros (taxa de comparticipação de 75%), que representa 16 % da execução total desta medida, constitui uma infraestrutura fundamental ao desenvolvimento turístico da Região. Com uma área total de 6.560 m^2, é constituída por dois edifícios complementares entre si, o núcleo escolar (com capacidade para 350 alunos), que integra várias salas de aula, salas polivalentes em anfiteatro, cozinhas individuais refeitório, vestiários, biblioteca e instalações para alojar 34 alunos internos, e o núcleo de aplicação, constituído por uma pequena unidade hoteleira, com capacidade para 40 camas, um restaurante, bar, sala de estar e serviços adequados a um estabelecimento de 4 estrelas.

- ***Escola Básica e Técnico-Profissional da Madalena***, com um investimento elegível de 4.059 mil euros e uma comparticipação FEDER de 3.044 mil euros (taxa de comparticipação FEDER de 75%), situada no Funchal, foi um estabelecimento de ensino construído de raiz e que se encontra vocacionado para o 2° e o 3° ciclo do ensino básico. Possui 25 salas de aula, 1 sala de informática e outra para o ensino de música, laboratórios de ciências, química e biologia. Este projecto permitiu uma melhoria significativa do ensino numa freguesia de elevada concentração populacional e irá certamente contribuir para a melhoria das qualificações da população local.

A nível de indicadores de execução importa sublinhar:

- A despesa pública prevista nos projectos aprovados até 31/12/1999 (39.734 mil euros) representa 101 % da despesa pública prevista na Decisão;
- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (39.309 mil euros) relativamente à despesa pública prevista nos projectos aprovados (39.734 mil euros) foi de 98,9%.
- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (39.309 mil euros) relativamente à despesa pública programada para o período total do PO (39.308 mil euros) foi de 100 %.

SP 1
Medida 2 – Formação Profissional

Esta medida representa 62,8% do total de contribuição comunitária (FEDER e FSE) atribuída ao Subprograma, sendo de 15,3% o peso da medida em relação ao total da contribuição comunitária do Programa.

É constituída por dez acções assim designadas:

- Acção 1.2.1 – Formação Profissional de Jovens Dentro do Sistema de Ensino
- Acção 1.2.2 – Formação Profissional de Jovens Fora do Sistema de Ensino
- Acção 1.2.3 – Formação Profissional para Activos de Todos os Sectores de Actividade excepto o Turismo
- Acção 1.2.4 – Formação Profissional para Activos do Turismo
- Acção 1.2.5 – Formação Profissional de Desempregados
- Acção 1.2.6 – Formação de Formadores
- Acção 1.2.7 – Formação Profissional de Deficientes
- Acção 1.2.8 – Formação Profissional de Emigrantes
- Acção 1.2.9 – Formação Profissional par Excluídos Socialmente
- Acção 1.2.10 – Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SP 1
Medida 3 – Acções para o Desenvolvimento do Emprego

A medida 1.3 representa 8,5% do total de contribuição comunitária (FEDER e FSE) atribuída ao Subprograma, sendo de 2,1% o peso da medida em relação ao total da contribuição comunitária do Programa.

É constituída por quatro acções a seguir identificadas:

- Acção 1.3.1 – Apoios à Contratação e à Criação de Actividades Independentes
- Acção 1.3.2 – Apoio à Criação de Iniciativas Locais de Emprego
- Acção 1.3.3 – Reinserção e Ocupação Temporária de Desempregados
- Acção 1.3.4 – Formação e Apoio à Actividade de Agentes de Desenvolvimento

Numa análise global à vertente FSE do POPRAM II, que é o mesmo que dizer à execução das medidas 1.2 – Formação Profissional e 1.3 – Acções para o Desenvolvimento do Emprego, constata-se a existência de uma grande dinâmica, onde foi possível aproveitar integralmente todas as verbas disponibilizadas sendo de realçar neste particular os reforços que se obtiveram, durante a vigência do 2º Quadro Comunitário de Apoio e que totalizaram cerca de 55% da programação inicial.

É inequívoco que a capacidade de absorção do Programa foi extremamente relevante, não só na forma como os acréscimos de dotação FSE foram sendo aplicados, mas sobretudo, no que concerne às iniciativas dos vários promotores, consubstanciado no volume de candidaturas apresentadas, que ultrapassaram largamente os montantes programados.

Foi assim possível, seleccionar com rigor os projectos com maior prioridade, assim como aferir da sua consistência, o que permitiu uma interligação de projectos com índices de qualidade elevado e no respeito pelos objectivos inerentes aos mesmos.

Esta interligação, de uma forma genérica, contribuiu decisivamente, para a concretização dos objectivos delineados no Plano de Desenvolvimento Regional 1994/1999.

Antes de nos determos nos objectivos específicos da própria intervenção FSE, é de salientar a repercussão no contexto global, ou seja, a afirmação clara da transversalidade das políticas, medidas e acções no âmbito dos Recursos Humanos. De facto, foi possível verificar em todos os grandes projectos realizados neste período de programação, a influência absolutamente decisiva que as medidas de emprego e formação tiveram, não só em termos da própria operacionalidade destes investimentos, como também nas sinergias criadas a um plano mais abrangente, o económico-social.

A estratégia de desenvolvimento da Região para 1994-1999, englobava cinco grandes objectivos que consignavam fundamentalmente, a elevação do nível de rendimento e a

melhoria da situação do emprego.

Um destes objectivos referia especificamente a valorização do potencial humano e a promoção da melhoria de situação do emprego. Digamos que centralizado neste grande objectivo, encontrava-se o âmbito de actuação directo da vertente FSE do POPRAM II.

Foi neste enquadramento que se desenhou a própria intervenção do FSE por forma a responder, na sua aplicabilidade, aos objectivos específicos subjacentes à estratégia delineada.

A própria designação do Subprograma "Qualificação e Valorização do Potencial Humano", patenteia a abrangência da intervenção a qual decorre das múltiplas carências estruturais existentes, em que uma acção concertada e de forma conjugada se tornava imprescindível.

Neste sentido, e de forma genérica, poder-se-á referir que as acções programadas para a vertente FSE visavam os seguintes objectivos:

- Adaptação contínua dos trabalhadores numa lógica decorrente da modernização da economia e da estabilidade do emprego;
- Formação de natureza qualificante que promova efectivamente o emprego, nomeadamente, dos jovens e desempregados;
- Dinamização de actividades económicas geradoras de emprego, criando incentivos à criação de postos de trabalho.

Foi neste quadro que se desenhou as medidas 1.2 e 1.3 e se procedeu à criação das respectivas acções com a finalidade de prosseguirem os referidos objectivos.

Na implementação das acções foi tido em linha de conta, para além dos aspectos programáticos, aspectos absolutamente imprescindíveis, outros relacionados com a qualidade dos projectos, os custos e o respeito por princípios orientadores dos quais se poderá salientar a igualdade de oportunidades, a protecção ambiental e a sua contextualização no plano do desenvolvimento local.

Na perspectiva daquilo que foi programado no documento técnico do POP-RAM II e aquilo que foi executado, é de salientar a concretização de quase todos os objectivos previstos, sendo que esta concretização é entendida no sentido em que todos eles foram amplamente superados, havendo situações em que o concretizado foi mais de 96% do que o programado.

Das quatro acções em que não foram atingidas as metas previstas, decorrente de situações perfeitamente justificáveis, importa salientar:

- Acção 1.2.1 – Formação Profissional de Jovens Dentro do Sistema de Ensino

A não concretização plena das metas tem como explicação uma mudança de estratégia no que concerne ao financiamento aos cursos tecnológicos promovidos pelas escolas da rede pública, que foram financiados unicamente pelo orçamento da Região. Tendo em linha de conta esta orientação dever-se-á realçar, apesar disso, as metas atingidas, sobressaindo neste capítulo, o indicador das horas de formação em que se atingiu 73%;

- Acção 1.2.8 – Formação Profissional de Emigrantes
  Teve indicadores de realização muito abaixo do previsto, por força de uma orientação que promoveu a integração desse público alvo noutras acções, nomeadamente, formação de jovens fora do sistema de ensino e de desempregados. Desta forma, foi possível a integração no mundo do trabalho através da formação qualificante, bem como se evitou desta forma a segregação destes grupos.

- Acção1.3.2 – Apoios à Criação de Iniciativas Locais de Emprego (ILE'S)
  Teve nos primeiros dois anos uma execução dentro do previsto, sendo que, com o aparecimento de outros regimes de incentivos financeiros, nomeadamente o Regime de Incentivos às Microempresas (RIME), originou uma desaceleração da dinâmica desta acção.

- Acção 1.3.4 – Formação e Apoio à Actividade de Agentes de Desenvolvimento
  Só não foram plenamente atingidos os objectivos, atendendo a que uma acção de formação que se previa realizar não se efectuou, o que, tendo em conta a sua dimensão em termos financeiros justifica o diferencial existente.

Como reflexo dos indicadores registados no decurso do POPRAM II e amplamente referidos nos relatórios anuais de execução, o grau de adesão foi extremamente significativo. Demonstrativo de tal é o facto de o número de projectos entrados e respectivo custo exceder amplamente o programado, reflectindo inequivocamente, ao longo dos anos, uma capacidade de absorção extremamente elevada.

O Programa, no que respeita à vertente FSE, apresenta vários indicadores que de alguma forma poderão sustentar os impactos mais significativos no âmbito do desenvolvimento do mesmo. No entanto, e para evitar leituras enviesadas, dever-se-á ter em linha de conta as especificidades próprias dos efeitos resultantes de políticas nas áreas dos recursos humanos para que possamos aferir correctamente dos resultados das mesmas.

Neste aspecto é necessário ter em consideração que os efeitos não têm uma repercussão de curto prazo, sendo que a sua avaliação terá que ser encarada numa perspectiva de médio e longo prazo.

Como um dos principais indicadores, de carácter estrutural, podemo-nos referir à Estrutura de Qualificação da População Activa da Região. Da análise desta constata-se uma progressão nítida em termos qualitativos e quantitativos da mesma, tal como já aludido anteriormente no Capítulo "Envolvente Sócio-Económica". Saliente-se ainda que, atendendo ao peso que os jovens detém na estrutura etária da Região, em concomitância, com a evolução dos indicadores inerentes aos sistemas de ensino e formação, é legítimo perspectivar que a futura inserção destes no mercado de trabalho poderá ocasionar mais um avanço significativo neste indicador. Subsistem no entanto assimetrias significativas que urge minimizar sendo que a manutenção de uma política de apoio e incentivadora de práticas que visem a generalização da Educação/Formação, afigura-se-nos de capital importância para o futuro da Região.

No que concerne aos indicadores físicos verifica-se que usufruiram de acções no âmbito da vertente FSE do POP-RAM II, cerca de 64.090 formandos, o que, de facto, é bem elucidativo do impacto que estas acções tiveram, especialmente em termos de abrangência e do envolvimento de toda a sociedade.

Como reflexo de um envolvimento tão significativo, a execução financeira do Programa caracterizou-se por um aproveitamento cabal de todas as verbas disponibilizadas, sendo que as diferenças que possam existir, perfeitamente marginais, resultam de pequenos ajustamentos decorrentes do fecho dos projectos realizados. É extremamente importante referir que ao longo do período de realização do Programa, o ter sido possível obter reforços que totalizaram um acréscimo de 55% da dotação inicial, constitui um factor a realçar pois o mesmo é corolário de uma análise feita pelas entidades competentes na gestão do QCA II, e que teve a ver não só com o aspecto financeiro, mas também pela forma como os projectos foram desenvolvidos.

Poder-se-ão realçar também outros pontos relevantes resultantes do desenvolvimento de acções co-financiadas pelo FSE:

- Incremento da formação inicial de jovens tanto aqueles inseridos no sistema do ensino como não, que envolveu no global cerca de 6000 jovens, sendo que se registou um acréscimo progressivo, ao longo do quadro, chegando-se ao último ano com o dobro de participantes em relação ao ano inicial;

- Relativamente aos activos começa-se a constatar uma maior apetência, nomeadamente dos empresários, no sentido de criar hábitos de formação no âmbito da gestão das respectivas empresas, sendo igualmente de referir a importância das acções promovidas pelas Associações Sindicais e Patronais;

- Os projectos orientados para os públicos-alvo com problemas de exclusão social e aqui incluímos deficientes, emigrantes, reclusos, beneficiários do Rendimento Mínimo

Garantido, destacando-se também a participação das mulheres em todas as acções dos subprograma, numa percentagem de cerca de 65%;

- Como componente fundamental para a consolidação de uma política de recursos humanos consistente, verificou-se um incremento significativo das acções dirigidas a formadores, professores e a quadros, designadamente no que concerne ao desenvolvimento científico e tecnológico;

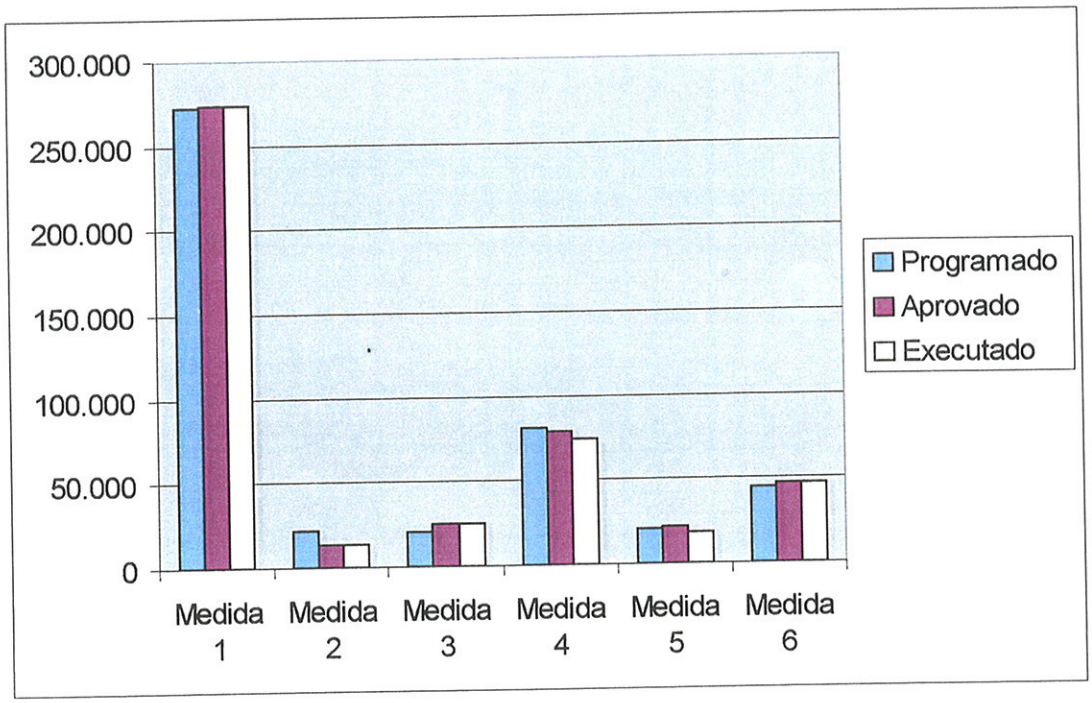
- Referência também para o incremento das políticas activas de emprego, que permitiram criar postos de trabalho de forma estável. Por outro lado, cabe aqui uma nota no que concerne a outros programas de emprego cuja percentagem de sucesso foi assinalável, nomeadamente os programas ocupacionais. Neste particular caberá uma atenção especial aos estágios profissionais cujos índices de continuidade são dignos de realce.

Subprograma 2 – Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Potencial Endógeno

O Subprograma "Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Potencial Endógeno" ao qual estão afectos 65,4% da contribuição comunitária (FEDER, FEOGA-O e IFOP) atribuída ao Programa é constituído por seis medidas:
M 1 – Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento (FEDER)
M 2 – Desenvolvimento da Indústria e do Artesanato (FEDER)
M 3 – Valorização e Aproveitamento do Potencial Turístico (FEDER)
M 4 – Desenvolvimento Agrícola e Rural (FEOGA-O)
M 5 – Modernização das Pescas e Desenvolvimento das Actividades Marinhas (IFOP)
M 6 – Mobilização do Potencial de Iniciativa Endógena (FEDER)

Neste Subprograma foram apoiadas diversas candidaturas, das quais 131 na Componente FEDER, associadas às medidas M1, M2, M3 e M6 que totalizam um montante de 359.742 mil euros de despesa pública e 229.653 mil euros de FEDER, e um conjunto considerável de candidaturas na Componente FEOGA-O, associadas à medida M4, que totalizam um montante de 78.955 mil euros de despesa pública e 57.247 mil euros de FEOGA-O e 94 candidaturas na Componente IFOP, associadas à medida M5, que totalizam um montante de 22.254 mil euros de despesa pública e 16.390 mil euros de IFOP.

Gráfico 9 – Despesa Pública – Montante Programado, Aprovado e Executado no Subprograma 2 (em mil euros)



A despesa pública prevista nos projectos aprovados até 31/12/1999 (460.994 mil euros) representa 100 % da despesa pública prevista na decisão (461.127 mil euros).

A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada pelas Estruturas de Apoio Técnico (FEDER, FEOGA-O e IFOP) desde 1994 até 30/04/2002 (451.965 mil euros) relativamente à despesa pública prevista nos projectos aprovados (460.994 mil euros) foi de 99,5 %.

A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada pelas Estruturas de Apoio Técnico, desde 1994 até 30/04/2002 (451.965 mil euros) relativamente ao total programado para o período 1994-1999 (461.127 mil euros) foi de 99,6 %.

SP 2
Medida 1 – Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento

Esta medida representa 56,2% do total de contribuição comunitária (FEDER, FEOGA-O e IFOP) atribuída ao Subprograma, sendo de 36,7% o peso da medida em relação ao total da contribuição comunitária do Programa.

De registar também que a esta medida estão afectos cerca de 50% dos recursos FEDER do Programa o que demonstra claramente a importância dos financiamentos aqui previstos. De facto esta opção justifica-se pela necessidade de dotar a Região de algumas infraestruturas fundamentais para a prossecução da estratégia de desenvolvimento regional.

Tendo em vista a prossecução dos objectivos delineados para esta medida houve necessidade de estruturá-la em quatro acções, a seguir identificadas:

- Acção 1 – Infraestruturas Portuárias
  Com os objectivos específicos de:
  - garantir a operacionalidade do Porto do Funchal e promover o seu descongestionamento;
  - reduzir os custos das operações portuárias;
  - promover a instalação de um novo porto de pesca que dê resposta à necessidade de um porto de abrigo e de descongestionamento do Porto do Funchal;
  - promover a descentralização das infraestruturas portuárias vocacionadas para o recreio, lazer e desporto que possibilitem a criação de novos pólos de desenvolvimento turístico.
- Acção 2 – Acessibilidade Regional
  Com os objectivos específicos de:
  - adequar as redes viárias regionais ao volume de tráfego actual e futuro;
  - permitir ligações rápidas e fluídas às infraestruturas de acesso ao exterior;
  - garantir uma maior descentralização urbanística;
  - dinamizar a actividade económica.
- Acção 3 – Acessibilidade Local
  Com os objectivos específicos de:
  - redução dos estrangulamentos causados pela orografia acidentada, a nível das ligações locais;

- melhoria do acesso a zonas de interesse turístico e de aptidão agrícola e das ligações à rede viária regional;
- promoção de uma maior de desconcentração urbanística.

- Acção 4 – Infraestruturas Energéticas
  Com os objectivos específicos de:
  - reduzir a dependência energética da Região face ao exterior e promover a racionalização do sistema electroprodutor;
  - prosseguir a valorização e aproveitamento de recursos regionais.

Durante o período de vigência do Programa foram aprovadas 37 candidaturas, cujos montantes totais de despesa pública e de apoio FEDER ascenderam a, respectivamente, 286.113 mil euros e a 165.824 mil euros. No entanto, pelo facto dos compromissos FEDER terem ultrapassado o *plafond* estabelecido na decisão em vigor, houve necessidade de anular o overbooking existente, através da "limpeza de compromissos mortos" (isto é, ajustar o investimento elegível aprovado ao montante de despesas realizadas) e da reprogramação de um dos projectos, que consistiu na diminuição das despesas elegíveis na proporção necessária.

No decurso do ano de 1994 e no âmbito desta medida, foram aprovados projectos que exigiam grandes recursos financeiros, como é o caso das grandes vias de comunicação. Assim, foi aprovado a "1ª Fase da Cota 200 (conclusão)" que consistiu essencialmente na construção de um troço entre a Boa Nova e o Nó da Pestana Júnior numa extensão de 2.460 metros, esta obra concluiu a Circular do Funchal à Cota 200 englobou dois túneis e duas pontes, o túnel de João Gomes e o túnel do Jardim Botânico, a ponte João Gomes e a ponte da Boa Nova.

A realização do projecto (especialmente complementada com a 2ª fase da Cota 200) permitiu desviar o trânsito da zona central da cidade do Funchal, nomeadamente o tráfego de passagem Este/Oeste que anteriormente era canalizado para o centro da cidade.

O custo elegível do projecto ascendeu a 18.879 mil euros e a comparticipação FEDER a 9.439. mil euros.

Intimamente ligada com o anterior projecto está a "Ligação da cota 200 ao Campo da Barca (conclusão)", cuja extensão de 1.900 metros, incluindo o nó de João Gomes e a regularização da Ribeira de João Gomes que só por si representa 1.100 metros de extensão. No âmbito desta obra foram concluídos os muros de suporte, e feita a drenagem de águas pluviais com valetas, drenos e colectores. A realização deste investimento permitiu uma eficiente e rápida saída do Funchal, canalizando o tráfego para a circular do Funchal, a qual distribuirá para as zonas Leste e Oeste, evitando que o tráfego seja obrigado a passar pelo centro do Funchal, reduzindo custos de operação e congestionamento. O projecto contribuiu ainda de forma decisiva para a melhoria do acesso ao Aeroporto.

O custo elegível aprovado foi de 8.852 mil euros e a comparticipação FEDER de 4.425 mil euros.

Outra obra de extrema importância para o desenvolvimento regional foi a "Via Rápida Funchal – Aeroporto 1ª Fase (conclusão), troço entre a Boa Nova e a Cancela", com uma extensão de 3.100 metros distribuídos por dois túneis duplos e três pontes, num trajecto constituído por duas faixas de rodagem, possuindo cada uma delas uma largura total de 17,5 metros, separador central e bermas. Esta via está ainda equipada com um sistema de segurança, iluminação, vedação e arranjos paisagísticos.

Esta obra veio contribuir para uma melhoria significativa das acessibilidades, nomeadamente à Zona Industrial da Cancela, à Zona Franca e Industrial do Caniçal e aos pontos de ligação da Ilha com o exterior. Estimulou a expansão urbana da cidade do Funchal dado que melhora o acesso a zonas com grandes aptidões urbanísticas como as Figueirinhas, Garajau, Camacha e Caniço, e para o desenvolvimento de novas zonas com potencialidades de atracção económica permitindo-lhes diminuir os custos de operação.

O investimento elegível do projecto ascendeu a 28.242 mil euros representando a comparticipação FEDER 50% deste valor.

A obra de maior vulto desta medida consistiu na construção da **Via Rápida Câmara de Lobos – Ribeira Brava,** a qual se apresentava na hierarquia da Região como eixo viário de 1° nível, conforme referido no Plano de Ordenamento do Território da Região Autónoma da Madeira (POTRAM) e que permitiu a melhoria da acessibilidade a uma vasta zona da costa sudoeste da Ilha da Madeira, caracterizada pelas suas potencialidades de desenvolvimento ao nível dos sectores agrícola e turístico.

Esta obra foi executada através de 3 projectos complementares:

- **o 1° Troço (1ª e 2ª Fases),** consiste na execução de um traçado com uma extensão de 4.350 metros, entre a Ponte dos Frades e a Quinta Grande. Ao longo da sua extensão encontram-se dois viadutos, três pontes, quatro túneis e respectivos nós de ligação.
- **2° Troço – 1ª Fase,** consiste na execução da 1ª fase entre a Quinta Grande – Campanário do 2° troço da via rápida Câmara de Lobos – Ribeira Brava. O troço conta com uma extensão de 2.700 metros, um viaduto, três pontes e três túneis duplos.
- **2° Troço – 2ª Fase,** envolve o traçado entre a Quinta Grande – Campanário do 2° troço da via rápida Câmara de Lobos – Ribeira Brava. Ao longo deste troço foi necessário construir três pontes e três túneis duplos, além dos respectivos nós de ligação.

De salientar que, face à especificidade destes três projectos foram realizados, para todos eles, os necessários estudos de impacte ambiental.

No domínio energético a concretização do projecto **Aproveitamento dos Fins Múltiplos da Ribeira dos Socorridos (3ª fase e conclusão das fases 1ª e 2ª) e a Ampliação da Central Termoeléctrica da Vitória – Grupo 13,** permitiu transferir para os concelhos do Funchal e Câmara de Lobos recursos hídricos, necessários tanto para o abastecimento de água à população como para o regadio e actualmente desaproveitados, existentes no Centro, norte e Oeste da Ilha. Prevê-se que, com a execução deste projecto, se obtenha uma produção anual média de energia, de origem hídrica, superior a 80 GHW. Desta forma, podemos concluir que com a realização destes dois projectos obteve-se a redução da dependência energética da Região face ao exterior através da racionalização do sistema electroprodutor, valorizando-se e aproveitando-se deste modo, também, os recursos regionais. Os dois projectos ficaram concluídos em 1996.

No âmbito das infraestruturas portuárias, salienta-se:

- a construção do **Porto de Pesca e Estaleiro Naval**, o qual se enquadra num complexo marítimo situado na ZFIC, e que abrangeu uma área total de 93.000 m^2, ficou concluído em 1996.
- a **Ampliação do Cais de Pesca do Porto Novo**, que irá proporcionar um acesso mais fácil às embarcações de pesca para a operação de descarga de pescado, melhorando consequentemente, a qualidade do mesmo, pela redução do número de operações de carga e descarga. Com a concretização deste investimento obteve-se os seguintes resultados, a redução do custo da matéria a laborar pelas unidades industriais instaladas e a instalar na zona (o pescado é drenado directamente das embarcações para as unidades industriais), o descongestionamento do Porto, da Lota e do Entreposto Frigorífico do Funchal que não tinham capacidade de resposta para o nível de descargas diárias frequentemente verificadas.
- a **Grande Reparação do Molhe Exterior da Pontinha – Conclusão**, é uma obra que embora não tenha impacte visual, veio permitir a consolidação de uma infraestrutura portuária que comporta a quase totalidade das importações e exportações de produtos da Região e a acostagem de todos os navios de turismo que procuram a Madeira e cuja resistência já era insuficiente para suportar um temporal de intensidade média. Com este investimento pretende-se melhorar as condições de recepção e segurança dos passageiros que procuram o porto do Funchal, que tem por excelência, vocação para porto de turismo.

A nível de indicadores de execução importa sublinhar:

- A despesa pública prevista nos projectos aprovados até 31/12/1999 (273.222 mil euros) representa 100,3 % da despesa pública prevista na Decisão (272.508 mil euros);

- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (273.222 mil euros) relativamente à despesa pública prevista nos projectos aprovados (273.877 mil euros) foi de 99,7 %.

- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (273.222 mil euros) relativamente à despesa pública programada para o período total do PO (272.508 mil euros) foi de 100 %.

SP 2
Medida 2 – Desenvolvimento da Indústria e Artesanato

Esta medida representa 3,5% do total de contribuição comunitária (FEDER, FEOGA-O e IFOP) atribuída ao Subprograma, sendo de 2,3% o peso da medida em relação ao total da contribuição comunitária do Programa.

A criação de condições para a implantação e dinamização do investimento privado em espaços apropriados, a viabilização da Zona Franca Industrial e a promoção da reestruturação do artesanato regional são os objectivos gerais previstos para esta medida.

A consecução destes objectivos envolve as seguintes acções:

- Acção 1 – Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Industrial
- Acção 2 – Defesa, Valorização e Renovação do Artesanato Regional

No âmbito desta medida foram aprovados quatro projectos (1 em 1994, 2 em 1995 e 1 em 1997), sendo três na área das Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Industrial e um na área da Defesa, Valorização e Renovação do Artesanato Regional, a que correspondeu a um investimento elegível de 20.965 mil euros e uma comparticipação FEDER de 15.868 mil euros.

Na área das Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Industrial, importa destacar dois dos projectos aprovados:

- O projecto **"Parque Industrial da Zona Oeste"** que consistiu na construção de infraestruturas gerais de um Parque Industrial no concelho de Câmara de Lobos com uma área total de 180 000 m^2, onde ficam instaladas empresas de vários ramos de actividade

possibilitando a criação de PME's e consequentemente criação de emprego a par da descentralização da actividade industrial do Funchal.

- O projecto "**Infraestruturas Básicas da Zona Franca Industrial do Caniçal**" – a Zona Franca Industrial, abrange uma área total de cerca de 125 hectares, e a candidatura co-financiada consistiu basicamente na construção de plataformas, estradas de acesso, muros de suporte.

A implementação destes projectos em zonas pouco desenvolvidas, principalmente os localizados no Caniçal, dependente da actividade pesqueira, contribui para a requalificação e o aproveitamento dos recursos disponíveis bem como o desenvolvimento de outras actividades de apoio à área industrial. Pretendia-se com estes investimentos obter um pólo de atracção a novos investidores que contribuirão assim, para o desenvolvimento económico e social da Região. Destaque-se a nível social a criação de emprego numa zona carenciada e de fraco nível de formação profissional.

Na área da Defesa, Valorização e Renovação do Artesanato Regional foi aprovado o projecto "Divulgação e Promoção da Marca Bordado Madeira", sendo este concretizado através, nomeadamente, do registo e divulgação da marca colectiva com indicação de proveniência para o Bordado e Tela Bordada, e do desenvolvimento de um plano de reestruturação tendo em vista a recuperação do sector, o aumento da qualidade e a diversificação dos produtos.

No que diz respeito à execução desta medida para o período 1994/99, em termos de despesa pública, importa registar que à semelhança da Medida 2.1, houve necessidade de, em sede do seu encerramento financeiro, adoptar o mesmo procedimento para eliminar o *overbooking* existente.

A nível de indicadores de execução importa sublinhar:

- A despesa pública_prevista nos projectos aprovados até 31/12/1999 (13.829 mil euros) representa 63% da despesa pública prevista na Decisão(21.997 mil euros);
- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (13.817 mil euros) relativamente à despesa pública prevista nos projectos aprovados (13.829 mil euros) foi de 100 %.
- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (13.817 mil euros) relativamente à despesa pública programada para o período total do PO (21.997 mil euros) foi de 63 %.

SP 2
Medida 3 – Valorização e Aproveitamento do Potencial Turístico

Esta medida representa 5,0 % do total de contribuição comunitária (FEDER, FEOGA-O e IFOP) atribuída ao Subprograma, sendo de 3,2% o peso da medida em relação ao total da contribuição comunitária do Programa.

Os objectivos da medida prendem-se com um melhor aproveitamento da orla marítima, a salvaguarda e valorização do património turístico-cultural e uma maior e mais abrangente promoção do destino turístico, através designadamente de acções de animação.

A consecução destes objectivos envolve as seguintes acções:

- Acção 1 – Consolidação de Infraestruturas Turísticas
- Acção 2 – Valorização do Património Cultural de Interesse Turístico
- Acção 3 – Promoção e Animação Turística

Das doze candidaturas aprovadas (3 em 1994, 6 em 1995 e 3 em 1996), correspondendo a um investimento elegível de 32.284 mil euros e uma comparticipação FEDER de 26.180 mil euros, foi necessário proceder à anulação (desaprovação) de uma delas por se ter verificado em sede de encerramento da mesma não terem sido alcançados os objectivos previstos no dossier de candidatura.

Em sede de encerramento financeiro desta medida houve possibilidade de aumentar o *plafond* FEDER previsto na decisão dado que a execução final da medida 2 ficou aquém do programado na decisão.

Das candidaturas co-financiadas no âmbito desta medida, importa destacar pela importância que lhes está associada e por ordem decrescente de dimensão financeira, as que se seguem:

- Os investimentos enquadrados na acção "Promoção e Animação Turística" relativos a quatro grandes acções promocionais, integradas no Cartaz Turístico da Região: as Festa do Fim do Ano, da Flor, do Vinho Madeira e do Carnaval, que envolveram no seu conjunto um investimento elegível de 4.569 mil euros e um co-financiamento FEDER de 3.884 mil euros.

- As Infraestruturas dos Reis Magos, com um investimento elegível de 2.986 mil euros e uma comparticipação FEDER de 2.239 mil euros (taxa de comparticipação de 75%).

- Os projectos de investimento inseridos na acção "Valorização do Património Cultural de Interesse Turístico" : a "Remodelação do Forte de Nª Senhora da Conceição – Pontinha" e a "Recuperação do Centro Histórico do Funchal", cujo investimento elegível totalizou 1.789 mil euros e um apoio FEDER de 1.184 mil euros.

A nível de indicadores de execução, refira-se o seguinte:

- A despesa pública prevista nos projectos aprovados até 31/12/1999 (24.878 mil euros) representa 120,9 % da despesa pública prevista na Decisão (20.576 mil euros);
- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (24.807 mil euros) relativamente à despesa pública prevista nos projectos aprovados (24.878 mil euros) foi de 99,7 %.
- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (24.807 mil euros) relativamente à despesa pública programada para o período total do PO (20.576 mil euros) foi de 120,6 %.

SP 2
Medida 4 – Desenvolvimento Agrícola e Rural

A Medida "Desenvolvimento Agrícola e Rural" genericamente designada por Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural – PDAR, é constituída por seis submedidas. Estas desagregam-se em acções, no âmbito das quais são incluídos os projectos apoiados pelo FEOGA – O:

- Submedida 1 – Infra-estruturas Agrícolas, que inclui as seguintes acções:
  - 2.4.1 – Regadios (Novos Regadios e Renovação e Beneficiação de Regadios Tradicionais);
  - 2.4.2 – Caminhos Agrícolas e Rurais;
  - 2.4.3 – Electrificação.

- Submedida 2 – Apoio às Explorações Agrícolas que inclui as acções seguintes:
  - 2.4.4 – Melhoria da Eficácia das Estruturas Agrícolas;
  - 2.4.5 – Reconversão, Diversificação e Reorientação da Produção;

- 2.4.6 – Ajustamento Estrutural (Acção de emergência e consolidação financeira).

- Submedida 3 – Florestas, que inclui as acções:
  - 2.4.7 – Programa de Desenvolvimento Florestal;
  - 2.4.8 – Recolha de dados da Fileira Florestal.

- Submedida 4 – Investigação, Experimentação & Demonstração, Formação e Organização que inclui as acções:
  - 2.4.9 – Investigação, Experimentação & Demonstração;
  - 2.4.10 – Formação (Infra-estruturas e equipamento);
  - 2.4.11 – Organização e Divulgação;
  - 2.4.12 – Estudos Estratégicos.

- Submedida 5 – Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas, que inclui as seguintes acções:
  - 2.4.13 – Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas;
  - 2.4.14 – Incentivos aos Produtos Tradicionais Regionais (através de, nomeadamente, promoção e certificação de produtos de qualidade e do reforço da capacidade de acesso aos mercados de produtos agrícolas de qualidade).

A medida de "Desenvolvimento Agrícola e Rural" começou a ser efectivamente aplicada em meados de 1995, implementados que foram os diversos esquemas de procedimento, e realizadas as necessárias acções de divulgação junto dos potenciais beneficiários.

O facto de esta medida ser o grande vector de modernização e de crescimento do sector e o meio por excelência, encontrado para diminuir progressivamente o atraso estrutural do sector primário, corrigindo assim as assimetrias existentes, quer em relação ao resto do território nacional, quer em relação ao comunitário, conduziu a que a sua dotação financeira fosse comprometida na sua totalidade.

As grandes carências em infra-estruturas, a necessidade de modernizar o aparelho produtivo e a resposta pela positiva que o sector tem dado às expectativas criadas, impuseram um reforço da comparticipação FEOGA-O.

A Medida "Desenvolvimento Agrícola e Rural" foi um instrumento fundamental na reestruturação do sector agrícola regional, não só para minimizar constrangimentos estruturais de carácter permanente, como também para possibilitar uma adaptação às profundas alterações que o sector tem vivido nos últimos anos.

A globalização e a internacionalização das trocas comerciais contribuíram para colocar o sector agrícola regional perante dificuldades acrescidas que se torna necessário ultrapassar, pelo que a Medida contribuiu de forma decisiva para criar condições para o desenvolvimento das produções regionais, adaptando-as às necessidades de mercado (quer a nível do mercado

regional, quer ao nível do mercado externo) e para melhorar o processo de escoamento e comercialização da produção.

Por outro lado contribuiu para assegurar a manutenção e melhoria das condições de vida e de trabalho, apoiando igualmente a diversificação de actividades e a valorização do papel da agricultura na manutenção do espaço natural e da paisagem.

Foi assim possível melhorar a acessibilidade às explorações agrícolas, e as condições de aprovisionamento, distribuição e utilização de água de rega.

Apoiou-se o desenvolvimento das actividades mais rentáveis, como são a bananicultura, a floricultura, a vinha e a horticultura, a par de se ter melhorado significativamente as condições de comercialização através da criação dos Centros Horto-frutícolas de Santana e dos Prazeres e do Centro Hortícola da Santa (Porto Moniz).

No caso específico da vitivinicultura é de salientar que a construção de uma adega em S. Vicente permitiu viabilizar a produção e a comercialização de vinho de mesa engarrafado, o qual teve uma aceitação assinalável no mercado, sendo mais uma alternativa cultural para os agricultores que pretendam reestruturar as suas vinhas de híbridos produtores directos.

O impacto que a Medida "Desenvolvimento Agrícola e Rural" teve no sector é igualmente perceptível ao nível de alguns indicadores do sector.

Assim, durante o período de execução do PDAR assistiu-se a um aumento significativo das Margens Brutas por exploração, a qual passou de 2.299,46 Euros em 1995, para 4.214,84 Euros em 1999. Se considerarmos as Margens Brutas por hectare de SAU esse aumento é ainda mais significativo, tendo passado de 5.753,85 Euros em 1995, para 10.842,4 Euros em 1999.

Todavia, se tivermos em consideração a utilização de mão-de-obra, pese embora os importantes investimentos feitos no sector, a difícil orografia associada a outros factores de carácter estruturar e permanente, conduzem a que a intensidade de mão-de-obra por hectare de SAU se mantenha extremamente elevada, sendo em 1999 de 2,3 UTA, quando em 1995 era de 2,8 UTA/ha de SAU, sendo que esta ligeira redução se deve em grande parte aos investimentos feitos no sector.

Durante a vigência do PDAR e até 31 de Dezembro de 1999 foram aprovados um total de 2.120 projectos de investimento a que corresponde um investimento global de 84.451.529,23 euros, cuja distribuição anual é apresentada no Quadro 10.

Quadro 10 – PDAR - Distribuição anual dos projectos aprovados e do montante de investimento

	Transitados QCA I	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total
Nº Projectos	583	172	155	321	355	230	304	2.120
Investimento Aprovado (10^3 euros)	17.312,6	2.150,9	2.491,1	17.634,0	27.503,4	8.451,6	8.907,9	84.451,5

Em consequência dos projectos aprovados, os compromissos ventilados por ano e por fonte de financiamento são os que constam no quadro que se segue:

Quadro 11 – PDAR- Programação anual dos compromissos assumidos

Mil Euros

Descrição	Despesa Pública			
	FEOGA-O	Contrap. Nacional	Total	Privado
Transitados QCA I	12.984,40	4.328,10	17.312,50	-
1994	1.332,10	726,60	2.058,70	92,30
1995	1.987,90	817,00	2.804,90	391,60
1996	12.822,40	4.735,50	17.557,90	76,12
1997	17.864,40	7.012,10	24.876,50	2.627,00
1998	5.028,70	2.055,30	7.084,00	1.367,50
1999	5.227,30	2.033,50	7.260,80	1.647,10
Total Geral	57.247,20	21.708,10	78.955,30	6.201,60

Face a estes elementos poder-se-ão retirar os seguintes indicadores:

Investimento aprovado 1994-99 / Investimento Programado 1994-99 ..... 89,3%

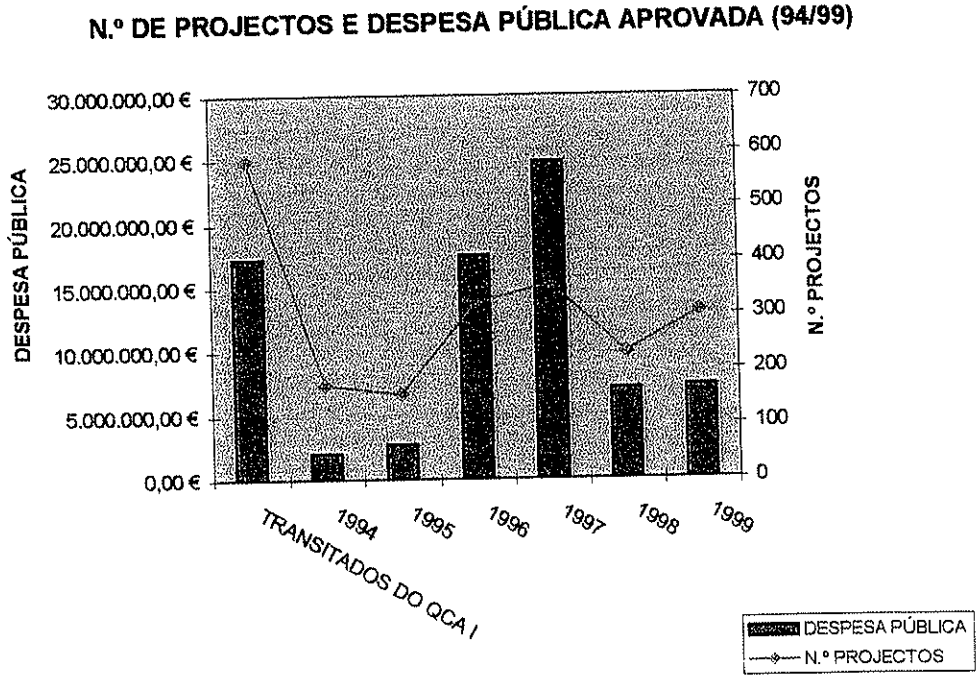
Despesa Pública aprovada 1994-99 / Despesa Pública Programado 1994-99 .....97,4%

De relevar o peso do nível de compromissos transitados, que se deve ao elevado número de projectos de investimento aprovados no âmbito do QCA II.

Os 587 projectos transitados do QCA I correspondem a uma despesa pública de 17.312.596, 64 euros, o que representa 21,4% da despesa pública global prevista para esta componente do Programa para o período de 1994/99.

O gráfico 12 evidencia a evolução que se assistiu em termos de número de projectos aprovados, bem como do montante de subsídio aprovado.

Gráfico 12



Os dados relativos ao número de projectos e Despesa Pública aprovados, por ano, no período 1994/1999, sofreram alterações relativamente aos valores apresentados nos anteriores relatórios anuais, o que se deve ao facto de terem ocorrido cancelamentos de projectos, bem como a alteração do valor inicial de aprovação de algumas candidaturas.

No âmbito da Submedida "Infraestruturas" foram aprovados 175 projectos de investimento no montante global 27.039.045,51 Euros a que corresponde uma despesa pública de 27.023.569,87 Euros.

Quadro 13 – Submedida Infraestruturas

Mil Euros

Acção	Nº Projectos Aprovados	Montante Aprovado			
		C. Total	Subsídio	RAM	FEOGA-O
Caminhos Rurais	80	16.761,53	16.755,56	4.188,89	12.566,67
Electrificação Rural	69	377,99	368,48	92,12	286,36
Renov. e Ben. Regadios	26	9.899,52	9.899,52	2.474,88	7.424,64
Total Geral	175	27.039,04	27.023,56	6.755,89	20.277,67

Na acção "Caminhos Agrícolas e Rurais" foram aprovados 80 projectos de investimento e financiou-se a construção ou melhoramento de 53,791 km de caminhos rurais.

Na acção "Electrificação Rural" foram aprovados 69 projectos de investimento numa extensão de 9,712 km.

Na acção "Regadios tradicionais" foram aprovados 26 projectos de investimento beneficiando uma área de 3.128,8 hectares.

Ao abrigo da Submedida "Apoio às Explorações Agrícolas" foram aprovados um total 1.260 projectos de investimento.

Quadro 14 – Submedida de Apoio às Explorações Agrícolas

Mil Euros

Acção	Nº Projectos Aprovados	Montante Aprovado			
		C. Total	Subsídio	R.A.M.	FEOGA-O
Apoio ao Investimento	836	14.358,40	10.749,94	3.784,48	6.965,46
Medidas Esp. Reg. Desfavorecidas	n.a.		3.310,84	827,71	2.483,13
Ajuda à Contabilidade de Gestão	4		55,20	13,80	41,40
Reconv. e Reest. Cultura Bananeira	231	3.250,93	2.296,19	574,05	1.722,14
Protec. Amb. e Bem Estar Animal	2	293,09	161,20	40,30	120,90
Melh. Estruturas Vitivinícolas	184	1.497,96	1.240,01	310,00	930,01
Propagação Vegetativa	3	611,85	404,52	303,39	101,13
Total	1.260	20.012,23	18.217,90	5.853,73	12.364,17

Na acção "Melhoria da Eficácia das Explorações Agrícolas" foram aprovados 836 projectos, a que corresponde um investimento global de 14.358.406,58 Euros e uma despesa pública de 10.749.937,31 Euros.

No âmbito das ajudas à primeira instalação dos jovens agricultores foram ainda aprovados 151 prémios, no montante global de 2.024.711 Euros, e 21 ajudas à habitação rural, no valor de 137.654,59 Euros.

Os indicadores mais representativos desta acção estão evidenciados nos Quadros 14.1, 14.2 e 14.3.

Quadro 14.1– Repartição por Tipo de Beneficiário

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Nº DE PROJECTOS (%)	VALOR APROVADO (%)
A1 – Agricultor a título principal	265	21%
A2 – Jovens Agricultores	176	65%
A3 – Regime especial – pequenas explorações	360	11%
A4 – Regime especial – restantes explorações	35	3%

Quadro 14.2 – Ajudas à Primeira Instalação de Jovens Agricultores

	Nº DE CANDIDATURAS	VALOR (Euros)
Prémio à 1ª Instalação	151	2.024.711,21
Habitação Rural	21	137.654,59

No âmbito da acção "Reconversão, Diversificação e Reorientação da Produção", foram aprovados 418 projectos, com um investimento global de 5.360.734,37 Euros e uma despesa pública de 3.940.722,04 Euros.

No vector Reconversão e Reestruturação da Bananeira foram aprovados 231 projectos de investimento no montante de 3.250.925,53 Euros, a que corresponde uma despesa pública de 2.296.188,71 Euros.

Quadro 14.3 – Natureza dos Investimentos

NATUREZA DE INVESTIMENTOS	VALOR (%)	INDICADORES FÍSICOS
Melhoramentos Fundiários		
Muros	5,0	34.234 m^2
Levadas	0,8	29.709 m^2
Tanques de betão	8,3	30.223 m^2
Outros Melhoramentos	1,7	661.898 m^2
Construções		
Armazéns	6,0	7.516 m^2
Vedações	1,4	27.786 m^2
Quebra ventos	0,7	10.088 m^2
Estufas Horticultura	12,4	116.709 m^2
Estufas Floricultura	8,7	62.390 m^2
Outras construções	4,1	24.522 m^2
Máquinas e Equipamentos		
Equipamento de rega	6,1	1.089.484 m^2
Tanques pré-fabricados	3,1	13.109 m^2
Motoenxadas e motocultivadores	6,0	313 m^2
Viaturas	5,7	73 m^2
Outros Equipamentos	4,9	454 m^2
Plantações		
Vinha	4,8	369.697 m^2
Floricultura	6,6	164.250 m^2
Fruticultura subtropical	1,2	181.606 m^2
Fruticultura temperada	2,4	388.075 m^2
Morangos	0,6	43.806 m^2
Outras plantações	0,1	68.491 m^2
Compra de Terra	3,8	196.486 m^2
Outros Investimentos	5,6	n.d.

No âmbito deste vector aprovou-se a reconversão de 5,71 hectares, a reestruturação de 10,45 hectares e a melhoria das condições técnicas de produção em 69,39 hectares.

Na acção "Protecção Ambiental e Bem-estar Animal" foram aprovados 2 projectos de investimento no montante de 293.085,66 Euros, a que corresponde uma despesa pública de 161.197,11 Euros.

No quadro do vector das "Estruturas Vitivinícolas" aprovaram-se 184 projectos de investimento, dos quais 1.240.016,26 Euros correspondem ao subsídio ao investimento e 116.549 Euros correspondem a prémio complementar à perda de rendimento.

Ao abrigo da "Melhoria das estruturas Vitivinícolas" reestruturam-se 46,23 hectares.

Na acção "Investigação, Experimentação e Demonstração" foram aprovados 9 projectos de investimento, dos quais 3.168.843,78 Euros correspondem ao subsídio ao investimento.

Entre os projectos desenvolvidos destacam-se:

- O estudo de adaptação e produtividade em diversos cultivares de antúrio e conservação pós colheita em diversos tipos de flor/folhagens de corte;
- Desenvolvimento de técnicas de culturas *in vitro* na área da floricultura.
- Experimentação de diversas espécies florícolas e de folhagem de clima temperado.

Quadro 14.4 – Acção 2.4.9 – Investigação, Experimentação e Demonstração

unidade : euro

ACÇÃO	Nº DE PROJECTOS APROVADOS	MONTANTE APROVADO			
		CUSTO TOTAL	SUBSÍDIO	REGIÃO	FEOGA-O
INVESTIGAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO	6	2.326.548,71	2.326.548,71	581.637,18	1.744.911,53
DEMONSTRAÇÃO	3	842.295,07	842.295,07	631.721,30	210.573,77
TOTAL	9	3.168.843,78	3.168.843,78	1.213.358,48	1.955.485,30

Ao nível da Submedida "Florestas", e ao abrigo da acção "Programa de Desenvolvimento Florestal" foram aprovados 81 projectos de investimento no montante global de 2.961.996,40 Euros, a que corresponde uma despesa pública de 2.764.819,24 Euros.

Com esta acção promoveu-se a reflorestação de 789.66 hectares.

Quadro 15 – Acção 2.4.7 – Programa de Desenvolvimento Florestal

Mil Euros

Nº Projectos Aprovados	Montante Aprovado			
	C. Total	Subsídio	RAM	FEOGA-O
81	2.962,00	2.764,81	691,20	2.073,61

No âmbito da Submedida "Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas" foram aprovados 12 projectos com um investimento elegível de 13.956.820,29 Euros, a que corresponde uma despesa pública de 10.467.615,22 Euros.

O Quadro que se apresenta de seguida evidencia a execução global do Reg.º (CE) nº 951/97 referente à Submedida "Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas".

Quadro 16 – Submedida Transformação e Comercialização de Prod. Agrícolas Silvícolas

unidade : euro

ACÇÃO	Nº DE PROJECTOS APROVADOS	MONTANTE APROVADO			
		CUSTO TOTAL	SUBSÍDIO	REGIÃO	FEOGA-O
TRANSFORMACAO	8	13.707.693,48	10.280.770,11	3.426.923,37	6.853.846,74
PRODUTOS TRADICIONAIS	4	249.126,81	186.845,11	62.281,70	124.563,41
TOTAL	12	13.956.820,29	10.467.615,22	3.489.205,07	6.978.410,15

Na acção "Transformação e Comercialização" foram aprovados 8 projectos e na acção "Incentivos aos Produtos Tradicionais" foram aprovados 4 projectos.

De entre estes projectos salienta-se os projectos dos Centros Horto-frutícolas de Santana e dos Prazeres e do Centro Hortícola da Santa (Porto Moniz) que têm como objectivo promover a concentração da produção hortícola e frutícola depois de convenientemente normalizada e embalada, além de permitirem uma melhor gestão da oferta.

No âmbito do incentivo aos produtos tradicionais refere-se ainda um projecto com o objectivo de melhorar as condições de produção de "mel" de cana-de-açúcar, um dos mais tradicionais produtos da Agro-Indústria regional.

O nível de execução global desta medida para o período de 1994/99 atingiu os 75.150.226 Euros de Despesa Pública, o que representa uma taxa de execução de 93% em relação aos valores programados na Decisão para o mesmo período.

Para o período em análise, os indicadores são os seguintes relativamente à componente FEOGA-O:

- Taxa de aprovação relativa ao programado ..... 96 %
- Taxa de execução relativa ao aprovado ..... 97 %
- Taxa de execução relativa ao programado ..... 93 %

Como apreciação geral pode considerar-se a execução atingida como satisfatória.

O Quadro que se segue apresenta uma síntese da execução financeira para o período 1994/99 do PDAR por Submedida.

Quadro 17 – Execução Financeira do PDAR

Mil Euros

Submedida	Execução Financeira	
	Desp. Púb. Elegível	FEOGA-O
Infraestruturas	36.329,37	27.247,03
Apoio às Explorações Agrícolas	21.517,39	16.138,01
Acção Florestal	2.571,78	1.928,83
I.E. & D.	4.615,78	3.461,84
Transformação e Comercialização	10.115,91	6.778,21
Total	75.150,23	55.553,91

SP 2
Medida 5 – Modernização das Pescas e Desenvolvimento das Actividades Marinhas

A medida "Modernização das Pescas e Desenvolvimento das Actividades Marinhas" constitui genericamente o programa denominado PESCA-RAM. Esta medida está estruturada em duas submedidas que por sua vez integram acções, tal como se apresenta de seguida:

- Submedida 1 – Estruturas de Pesca, que integra quatro acções:
  - Acção 2.5.1 – Ajustamento do esforço de pesca
  - Acção 2.5.2 – Renovação e modernização da frota de pescas
  - Acção 2.5.3 – Aquicultura
  - Acção 2.5.4 – Zonas Marinhas Protegidas
- Submedida 2 – Tranformação/Comercialização dos Produtos da Pesca, que integra três acções:
  - Acção 2.5.5 – Transformação e comercialização dos produtos da pesca
  - Acção 2.5.6 – Promoção dos produtos da pesca
  - Acção 2.5.7 – Equipamento dos portos de pesca

Foram aprovados no horizonte temporal do POPRAM II, 1994-1999, 94 projectos ao abrigo desta medida, distribuídos do seguinte modo:

Quadro 18 – PESCA-RAM – Projectos Aprovados

Mil Euros

Designação (Subprograma/Medida)	Invest. Elegível	Despesa Pública	Co-financ. Comunitário	Co-financ. E-Membro	Contrib. Privada	Nº de Projectos
Modernização das Pescas						
e Desenv. Das Actividades Marinhas						
Ajustamento do Esforço de Pesca	3.890,13	3.890,13	2.917,60	972,53	3.890,13	27
Renov. e Modern. da Frota de Pesca	12.060,23	7.236,14	6.030,12	1.206,02	12.060,23	51
Aquicultura	1.947,90	1.460,92	973,95	486,97	1.947,90	1
Protecção de Zonas Marinhas	281,82	281,82	211,37	70,46	281,82	1
Transf. e Comerc.dos Prod. da Pesca	12.107,01	9.080,26	6.053,51	3.026,75	12.107,01	11
Equip. Portos de Pesca	406,04	304,53	203,02	101,51	406,04	3
Total	30.693,13	22.253,80	16.389,57	5.864,24	30.693,13	94

Dos 94 projectos apenas 11 não foram concluídos, nem tão pouco iniciados, pelo facto dos beneficiários terem formalizado a sua desistência, invocando razões de vária ordem, nomeadamente financeira (no VOLUME "ANEXOS IFOP" existem mapas onde são pormenorizadas algumas informações sobre estes projectos).

SP 2
Medida 6 – Mobilização do Potencial de Iniciativa Endógena

Esta medida representa 10,0% do total de contribuição comunitária (FEDER, FEOGA-O e IFOP) atribuída ao Subprograma, sendo de 6,6% o peso da medida em relação ao total da contribuição comunitária do Programa.

Apoiar de forma selectiva o potencial endógeno das empresas regionais, promover o acesso a mercados externos, criar condições para estimular a eficiência empresarial, são alguns dos objectivos genéricos subjacentes às acções previstas executar no âmbito desta medida.

Para a consecução dos referidos objectivos esta medida está organizada nas seguintes três acções:

- Acção 1 – Apoio à Actividade Empresarial
- Acção 2 – Cooperação e Acesso a Mercados Externos
- Acção 3 - Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Apoiar de forma selectiva o potencial endógeno das empresas regionais, promover o acesso a mercados externos, criar condições para estimular a eficiência empresarial, são alguns dos objectivos genéricos subjacentes às acções previstas executar no âmbito desta medida.

Esta Medida também beneficiou de um reforço da dotação FEDER prevista por conta da medida 2, em virtude desta não ter absorvido na íntegra a dotação inicial por via do estipulado na Decisão SEC (1999) 1316, referente ao encerramento financeiro das intervenções operacionais 1994-1999.

No âmbito da acção "Apoio à Actividade Empresarial" foram aprovados 87 projectos de investimento ao abrigo do Sistema de Incentivos de Apoio à Actividade Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SIDERAM).

Destes projectos aprovados, e de acordo com a informação constante do VOLUME ANEXOS FEDER – SIDERAM, é de sublinhar os seguintes aspectos:

- Os projectos aprovados envolveram um investimento de 29.320 mil euros (5.878 mil contos), um total de aplicações relevantes de 26.516 mil euros (5.313 mil contos) e um incentivo de 13.577 mil euros (2.722 mil contos);
- O nível execução é bastante bom , rondando os 80 % face ao inicialmente previsto;
- A execução daqueles projectos permitiu a criação de 537 postos de trabalho;
- A sua distribuição por concelho foi a seguinte: Calheta - 6%, Câmara de Lobos - 17%, Funchal - 30%, Machico -23%, Ponta do Sol - 8% , Porto Santo – 3%, Ribeira Brava – 6 %, Santa Cruz - 4%, em Santana - 2% e São Vicente - 1%.
- A sua repartição por sector de actividade corresponde a 17,2% para o Comércio, 78,2% para a indústria, e 4,6% para os Serviços .

Relativamente à acção "Cooperação e Acesso a Mercados Externos" cujo objectivo central diz respeito à melhoria da imagem integrada do destino e produtos regionais, e no que respeita à promoção do destino turístico Madeira, cuja entidade promotora é a Secretaria Regional do Turismo e Cultura, de realçar os seguintes projectos: a "Acção para a Diversificação de Mercados" e a "Campanha de Imagem".

A nível da promoção de produtos regionais refira-se, a título de exemplo, o projecto da responsabilidade do Instituto do Vinho da Madeira, que consistiu na implementação do Plano Promocional do Vinho Madeira, incluindo a participação em feiras da especialidade, edição de livros, elaboração de material promocional (vídeos, brochuras e prospectos).

O projecto "Centro Internacional de Feiras, Exposições e Congressos (CIFEC) – Conclusão", complexo com uma área de construção de 17.100 m2, inserido no Polo Científico e Tecnológico, teve por finalidade concluir a construção de um edifício destinado a receber Feiras, Exposições e Congressos. Integra uma área exposicional de 5.000 m^2, com capacidade para 300 módulos, um Centro de Congressos com auditórios e salas de conferências, um Centro de Inovação de Negócios e ainda áreas administrativas, espaços e arranjos exteriores.

Relativamente à acção "Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico", não se registou nenhuma aprovação, devido sobretudo à situação de overbooking que se verificou na componente FEDER.

A nível de indicadores de execução importa sublinhar:

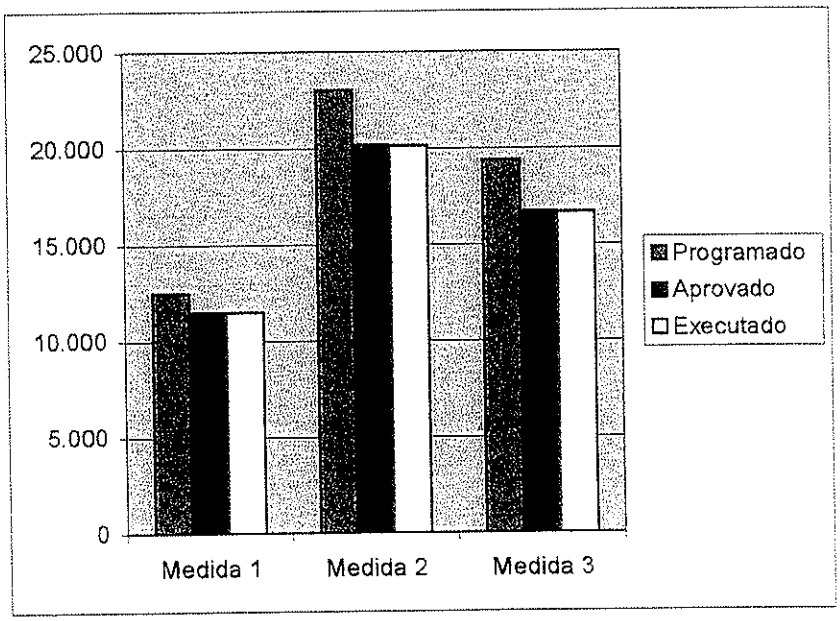
- A despesa pública prevista nos projectos aprovados até 31/12/1999 (47.157 mil euros) representa 105,9 % da despesa pública prevista na Decisão (44.517 mil euros);

- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (46.392 mil euros) relativamente à despesa pública prevista nos projectos aprovados (47.201 mil euros) foi de 98,3%.
- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (46.392 mil euros) relativamente à despesa pública programada para o período total do PO (44.517 mil euros) foi de 104,2 %.

Subprograma 3 – Qualidade de Vida e Protecção do Meio Ambiente

O Subprograma "Qualidade de Vida e Protecção do Meio Ambiente" ao qual estão afectos 9,9% da contribuição comunitária (FEDER) atribuída ao Programa é constituído por três medidas:
M 1 – Aumento e Melhoria da Oferta dos Serviços de Saúde (FEDER)
M 2 – Infraestruturas e Redes de Abastecimento de Água (FEDER)
M 3 – Infraestruturas de Saneamento Básico (FEDER)

Gráfico 19 – Despesa Pública – Montante Programado, Aprovado e Executado no Subprograma 3 (em mil euros)



Neste Subprograma foram apoiadas pelo FEDER 24 candidaturas, que totalizam um montante de 48.380 mil euros de investimento elegível e 38.621 mil euros de FEDER.

SP 3
Medida 1 – Aumento e Melhoria da Oferta dos Serviços de Saúde

Esta medida, para a qual estão afectos 4,7% da subvenção FEDER do Programa, compreende as seguintes acções:

- Acção1 - Ampliação, Remodelação e Modernização das Estruturas Hospitalares
- Acção 2 - Construção de Centros de Saúde

Dos objectivos delineados para esta medida salienta-se o acesso equitativo dos cidadãos aos cuidados de saúde, melhoria da qualidade dos serviços de saúde e uma maior integração e funcionalidade dos serviços existentes.

No âmbito desta medida, foram aprovados cinco projectos (1 em 1994, 1 em 1995 e 3 em 1997), dos quais quatro integrados na acção "Construção de Centros de Saúde" e um no domínio da acção "Ampliação, Remodelação e Modernização das Estruturas Hospitalares".

Na acção "Construção de Centros de Saúde" foram aprovados os projectos de construção dos centros de saúde de Santana, Santa Cruz, Machico e da Nazaré (Funchal). Estes projectos, consistiram na construção de edifícios, arranjos exteriores, estacionamentos e no caso do Centro de Saúde de Santana a construção de um heliporto e de uma estação de tratamento de águas residuais.

As infraestruturas criadas, permitiram atenuar as assimetrias regionais no âmbito dos serviços de saúde, contribuíram para a melhoria das condições de vida das populações locais e das condições de acesso aos cuidados de saúde nomeadamente aos serviços de urgência e internamento. Estas infraestruturas beneficiam uma população de 69 500 habitantes e promoveram a criação de de 269 postos de trabalho permanentes.

O investimento elegível correspondente a esta acção é de 9.925 mil euros, sendo a comparticipação FEDER de 7.698 mil euros.

Relativamente à acção "Ampliação, Remodelação e Modernização das Estruturas Hospitalares", o projecto aprovado "Laboratório de Hemodinâmica com Angiografia Digital",

correspondeu a um investimento elegível de 1.640 mil euros e uma comparticipação FEDER de 1.230 mil euros. Este projecto, consistiu na instalação de um Laboratório passando por duas vertentes interligadas, a realização de obras de adaptação de um espaço já existente no Hospital Cruz de Carvalho e aquisição de um conjunto de equipamentos altamente diferenciados.

Assim, com a instalação do Laboratório de Hemodinâmica, o Hospital ficou dotado de meios de diagnóstico e terapêutica diferenciados, que constituem um factor decisivo na melhoria significativa da capacidade de resposta e na qualidade dos cuidados prestados ao nível de áreas específicas, proporcionando assim condições adequadas para a prevenção, diagnóstico e tratamento de diversas patologias. Contribuindo também para o desenvolvimento de competências e o grau de diferenciação dos técnicos de saúde da RAM, no âmbito da aplicação das tecnologias mais recentes à prestação de cuidados de saúde hospitalares.

A nível de execução financeira da medida, importa referir:

- A despesa pública prevista nos projectos aprovados até 31/12/1999 (11.505 mil euros) representa 91,9 % da despesa pública prevista na Decisão (12.511 mil euros);
- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (11.500 mil euros) relativamente à despesa pública prevista nos projectos aprovados (11.505 mil euros) foi de 99,9%.
- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (11.500 mil euros) relativamente à despesa pública programada para o período total do PO (12.511 mil euros) foi de 91,9 %.

SP 3
Medida 2 – Infraestruturas e Redes de Abastecimento de Água

Esta medida representa 42,2% do total de contribuição comunitária (FEDER) atribuída ao Subprograma, sendo de 4,2% o peso da medida em relação ao total da contribuição comunitária do Programa.

A melhoria de Abastecimento de Água é a única acção desta medida, sendo de realçar dos principais objectivos a atingir: o aproveitamento racional dos recursos hídricos, a melhoria das condições do abastecimento água a diversos núcleos urbanos ou rurais e, consequentemente, a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento das actividades económicas.

Dos projectos aprovados em 1994, salienta-se pela sua importância o "Sistema Adutor das Rabaças", que consistiu na execução de um sistema adutor tendo contribuído para uma eficaz adução de água potável à rede de abastecimento público de diversas freguesias, beneficiando cerca de 14.000 habitantes

Igualmente importante foi o projecto "Estação de Tratamento de Água dos Socorridos", integrado no Sistema de Aproveitamento de Fins Múltiplos dos Socorridos, que envolveu a construção de uma unidade de tratamento de água e a sua interligação com a rede pública de abastecimento de água do Funchal, duplicando os caudais actuais. A localização da mesma foi criteriosamente escolhida, por forma a permitir a optimização da sua exploração, através da produção hidroeléctrica, numa central mini-hídrica.

Os projectos aprovados em 1995, da responsabilidade da Câmara Municipal da Ribeira Brava – o "Abastecimento de Água à Tabua e Zona Ocidental da Ribeira Brava (Fase II)" e a "Rede de Distribuição de Água na Vila da Ribeira Brava (Conclusão)" envolveram um investimento elegível total de 1.670 mil euros, sendo a comparticipação FEDER 1.252 mil euros.

Aqueles investimentos possibilitaram a melhoria do abastecimento de água em diversos aglomerados urbanos e rurais, através do reforço de caudais e de tratamento de água, contribuindo assim para uma melhoria nas condições de vida da população local, nomeadamente os 3.500 habitantes residentes na zona ocidental da Tabua.

Em 1996 foi aprovado o projecto "Renovação da Rede de Abastecimento Água à Zona Baixa do Funchal", com o objectivo de renovar a rede de distribuição de água da Zona Baixa do Funchal, uma vez que esta não se encontrava dimensionada para o volume de água a transportar, face às necessidades existentes, o que originava perdas de água de valor superior a 40% e afectava negativamente, quer os residentes, quer as unidades produtivas instaladas na zona.

Em 1997 as duas candidaturas aprovadas – o "Abastecimento de Água à freguesia do Santo da Serra" e o "Abastecimento de Água à freguesia de Santana" – foram também importantes investimentos para a melhoria da qualidade de vida das população.

Em 1999 foram aprovados os projectos da responsabilidade da Câmara Municipal de São Vicente – o "Abastecimento de Água à Zona Leste de São Vicente" e o "Abastecimento de Água à freguesia de Boaventura".

A nível de indicadores de execução importa sublinhar:

- A despesa pública prevista nos projectos aprovados até 31/12/1999 (20.154 mil euros) representa 87,4 % da despesa pública prevista na Decisão(23.044 mil euros);

- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (20.136 mil euros) relativamente à despesa pública prevista nos projectos aprovados (20.154 mil euros) foi de 99,9 %.
- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (20.136 mil euros) relativamente à despesa pública programada para o período total do PO (23.044 mil euros) foi de 87,4 %.

SP 3
Medida 3 – Infraestruturas de Saneamento Básico

Esta medida representa 35,0% do total de contribuição comunitária (FEDER) atribuída ao Subprograma, sendo de 3,5% o peso da medida em relação ao total da contribuição comunitária do Programa.

A mobilização generalizada da sociedade regional em torno da defesa, protecção e valorização do ambiente são os objectivos mais genéricos da medida. Neste sentido, os projectos executados no âmbito das Infraestruturas de Saneamento Básico vão no sentido de, nomeadamente:

- Dotar áreas habitadas com sistemas existentes de águas residuais eficazes;
- Melhorar os sistemas existentes de águas residuais;
- Melhorar os sistemas de recolha, transporte, armazenagem e tratamento de resíduos sólidos;
- Eliminar a poluição da faixa costeira.

Para a consecução dos referidos objectivos foi estruturada nas seguintes acções:

- Acção 1 - Resíduos Sólidos;
- Acção 2 - Águas Residuais.

Dos seis projectos aprovados no âmbito desta medida, dois dizem respeito à acção Resíduos Sólidos e os restantes 4 projectos à acção Águas Residuais.

Os projectos aprovados na acção Resíduos Sólidos, "Equipamentos de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana para a RAM" e "Ampliação e Remodelação da ETRS do Funchal" correspondem a um investimento elegível de 6.973 mil euros e uma contribuição FEDER de 5.753 mil euros, montantes que representam cerca de 40% relativamente ao total de investimento elegível aprovado na medida.

Estes projectos pretendem que as infraestruturas possam dar resposta eficiente à transferência dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), contribuindo inegavelmente para a melhoria da qualidade ambiental, uma vez que possibilitam um melhor escoamento dos resíduos transferidos para tratamento e eficiência na triagem e processamento dos resíduos para posterior reciclagem.

Do ponto de vista social estes projectos resultaram na criação de postos de trabalho e a nível económico atingiu-se uma optimização dos serviços que origina poupanças de material, combustível e equipamento.

Na acção Águas Residuais, os quatro projectos aprovados representam um investimento elegível de 9.953 mil euros e um apoio comunitário FEDER de 7.805 mil euros, sendo de salientar os seguintes:

- O projecto "Saneamento da Zona Baixa do Caniço 1ª Fase (Conclusão) e 2ª Fase", consistiu na conclusão da 1ª Fase do projecto incluído no POPRAM I e na execução da Estação de Tratamento e Emissário Final Submarino. Este sistema de tratamento e destino final de águas residuais está dimensionado para servir 27 500 habitantes das freguesias da Camacha e Caniço.
  O investimento elegível e a comparticipação FEDER foram de 3.312 mil euros e 2.815 mil euros, respectivamente.

- O projecto "Infraestruturas de Saneamento Básico em Diversas Freguesias do Concelho do Funchal", com o objectivo de melhorar as redes de águas residuais do concelho do Funchal, no sentido de colmatar as graves deficiências existentes a nível de drenagem destas águas. O projecto representa um investimento elegível de 3.261 mil euros e uma comparticipação FEDER de 2.446 mil euros.

A realização destes projectos permitiram assim a drenagem, tratamento e depuração de afluentes domésticos e industriais, e consequentemente contribuíram para a melhoria da qualidade de vida das populações, resultante da melhoria das condições ambientais que os projectos induzem.

Refira-se ainda que a execução de alguns projectos ficou muito aquém do inicialmente previsto, de que é exemplo o projecto "Saneamento da Zona Baixa do Caniço".

A nível de indicadores de execução importa sublinhar:

- A despesa pública prevista nos projectos aprovados até 31/12/1999 (16.720 mil euros) representa 86,2 % da despesa pública prevista na Decisão(19.393 mil euros);

- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (16.674 mil euros) relativamente à despesa pública prevista nos projectos aprovados (16.720 mil euros) foi de 100 %.
- A taxa de execução da despesa pública realizada e contabilizada desde o início do Programa até 30/04/2002 (16.674 mil euros) relativamente à despesa pública programada para o período total do PO (19.393 mil euros) foi de 86 %.

Subprograma 4 – Gestão e Acompanhamento

A gestão e acompanhamento do POPRAM 1994/1999, incluindo investimentos de índole diversa, com co-financiamento de quatro fundos – FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP – exigia a implantação de uma adequada organização logística de apoio à gestão do Programa.

O Subprograma foi concebido tendo em conta os seguintes vectores principais:

- O funcionamento da Unidade de Gestão
- A divulgação de informação e publicidade dirigida aos beneficiários finais;
- A realização de estudos que deverão preceder a execução de acções importantes, avaliar o impacto e perspectivar estratégias que consolidem os efeitos e sinergias do Programa
- A aquisição de equipamento informático e de telecomunicações directamente ligados ao sistema de acompanhamento da execução do Programa.

Neste sentido, o objectivo central deste Subprograma consistia na criação de uma estrutura capaz de executar e acompanhar a implementação do Programa, de uma forma o mais eficiente possível e no desenvolvimento de outras acções necessárias à consecução dos objectivos do Programa.

O Subprograma "Gestão e Acompanhamento" ao qual estão afectos 1.900 mil euros de contribuição comunitária (FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP) é constituído por quatro medidas:

M 1 – Estudos, Acompanhamento, Avaliação e Gestão (FEDER)
M 2 – Estudos, Acompanhamento, Avaliação e Gestão (FSE)
M 3 – Estudos, Acompanhamento, Avaliação e Gestão (FEOGA-O)
M 4 – Estudos, Acompanhamento, Avaliação e Gestão (IFOP)

No âmbito da medida FEDER foram aprovadas sete candidaturas, uma especificamente para a monitorização do Programa, e as restantes de Assistência Técnica , correspondentes aos planos anuais de 1994/95, 1996, 1997, 1998 e 1999, e à gestão do SIDERAM.

Todas as candidaturas realizaram-se, à excepção da Candidatura do SAPMEI (actual IDE-RAM) em virtude de não ter sido possível no ano de 1999 assumir os compromissos que lhes estavam subjacentes.

Relativamente aos cinco planos anuais, é de referir que a tipologia de acções co-financiadas diz respeito fundamentalmente a:

- contratação de técnicos para a Estrutura de Apoio Técnico com as seguintes funções:
  - organização dos processos co-financiados pelo Programa;
  - análise e elaboração de pareceres técnicos relativos às candidaturas;
  - preparação das reuniões e decisões de Unidade de Gestão e de Unidade de Acompanhamento;
  - análise de pedidos de pagamento e apoio à gestão financeira do Programa;
  - participação na elaboração dos relatórios de execução.
- realização de estudos, em particular no domínio da avaliação;
- custos relativos aos sistemas de informação de apoio à monitorização e gestão do Programa e aquisição de equipamento informático;
- a aquisição de duas viaturas em sistema de aluguer de longa duração (ALD) de apoio exclusivo às actividades de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo;
- acções de informação e publicidade;
- despesas específicas de funcionamento da estrutura de gestão, nomeadamente as inerentes:
  - ao apoio logístico das reuniões de Unidade de Gestão e de Unidade de Acompanhamento
  - à participação em reuniões da Comissão de Gestão do QCA II e da Comissão de Acompanhamento do QCA II (nomeadamente deslocações, alojamentos, transportes)
  - à organização dos trabalhos do Grupo Técnico de Avaliação.

Durante a execução desta medida assistiu-se a um excessivo nível de *overbooking* resultante dos montantes aprovados, que acabaram por se revelar de alguma forma sobreavaliados face à execução efectiva. É esta, aliás a razão que explica a não absorção das verbas previstas na decisão.

Para o período 1994-1999, os indicadores de execução desta medida são os seguintes:

- Taxa de aprovação relativa ao programado 106,4%
- Taxa de execução relativa ao aprovado 93,9%
- Taxa de execução relativa ao programado 100,0%

A Medida FSE apresenta em termos globais indicadores que justificaram a absorção plena dos recursos disponíveis.

Em termos muito sumários as despesas co-financiadas consistiram em:

- Acções de informação e divulgação, através de, nomeadamente, participação em feiras
- temáticas, realização de seminários, elaboração de material de suporte (por exemplo brochuras e cartazes);
- Criação de um Sistema de Informação de apoio à gestão do FSE
- Aquisição de material informático
- Participação em reuniões de trabalho a nível nacional com diversas entidades, com especial relevo para o interlocutor nacional do FSE;
- Despesas de apoio logístico inerentes à realização da Comissão de Gestão e de Unidade de Gestão e Acompanhamento.

A execução da medida FEOGA-O consistiu fundamentalmente na aquisição de meios informáticos e nas acções de divulgação.

A medida IFOP executou a 100% os montantes previstos na decisão, e diz respeito fundamentalmente a:

- Aquisição de material informático com vista à gestão e controlo dos projectos;
- Participação em reuniões/conferências de âmbito nacional ou comunitário referentes à gestão do IFOP.

CAPÍTULO V – AVALIAÇÃO

V-1. AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PROGRAMA

No decurso da execução do Programa o principal trabalho desenvolvido no domínio da avaliação foi, sem dúvida alguma, o Estudo de Avaliação Intercalar do POPRAM II, para o período de 1994/1996, adjudicado à empresa GEOIDEIA – Estudos e Organização do Território, Lda., após concurso limitado por prévia qualificação, realizado em 1996.

Em conformidade com as orientações comunitárias, este Estudo pretendeu responder a quatro objectivos fundamentais:

- Proceder a um balanço quanto ao modo como os objectivos formulados estão a ser gradualmente atingidos;
- Explicar os eventuais desvios existentes;
- Proceder à estimativa antecipada dos resultados da Intervenção Operacional;
- Emitir parecer sobre a oportunidade e a pertinência dos objectivos.

Assim os trabalhos desenvolvidos no âmbito do referido Estudo permitiram percorrer no essencial estes objectivos, mas permitiram também constatar que a formulação, as dinâmicas de gestão e a realização das intervenções delimitam objectivamente a margem de manobra deste tipo de avaliação.

Da análise desenvolvida foram destacados três eixos:

- O POPRAM II coloca-se na linha de continuidade do POPRAM 1990/1993 (POPRAM I), orientada para a eliminação gradual dos constrangimentos de natureza infraestrutural e de atenuação dos efeitos da insularidade e numa linha de investimento de vectores estratégicos que permitam a prazo induzir benefícios que traduzam uma rendibilização do esforço público, no plano do potencial económico, da capacidade empresarial e da criação de emprego e rendimento;
- O Programa apresenta soluções de gestão que responde ao modelo institucional previsto para a implementação de intervenções operacionais do QCA II;
- O POPRAM II beneficia de uma dinâmica de candidaturas e de realizações a que não alheio um esforço concertado de identificação de projectos concretos candidatáveis e uma dinâmica política de raiz voluntarista, na óptica da promoção de um determinado modelo de desenvolvimento regional.

Também foi identificado pelos avaliadores que a conjugação destes três eixos contribuía para que a execução em 31 de Julho de 1996, se observassem performances de relevo na óptica da concretização dos objectivos que nalguns caso significavam mesmo uma ultrapassagem das metas fixadas para o período 1994-1999.

Foi com este pano de fundo que o Relatório Final da Avaliação Intercalar foi apresentado e organizado de acordo som os termos de referência em oito grandes secções, a seguir identificadas:

- Situação de Partida: A Região e o POPRAM
- Estrutura Institucional de Gestão e Acompanhamento
- Caracterização dos Projectos e Promotores
- Dinâmicas de Realização por Componente de Financiamento
- Avaliação dos Impactes/Efeitos Potenciais
- Análise da Complementaridade e das Sinergias do POPRAM II e do Outros Programas
- Análise da Relevância do Programa face às Prioridades Estratégicas
- Conclusões e Recomendações

Na parte respeitante às "conclusões gerais e recomendações" salienta-se o balanço globalmente positivo feito ao Programa, conforme seguidamente se transcreve:

" (...) Sem prejuízo de reajustamentos de pormenor, equacionados nas recomendações e que traduzem um contributo para o *up-grading* das performances alcançadas, o Programa:

- Tem revelado níveis apreciáveis de eficácia e eficiência na gestão e aplicação dos recursos proporcionados pelas diversas componentes de financiamento;
- Tem afirmado virtualidades no contributo para os objectivos estratégicos de desenvolvimento regional;
- Está a criar condições para consolidar uma evolução gradual de um modelo de desenvolvimento que, partindo de especializações centradas em recursos naturais e infraestruturas produtivas, se propõe acolher recursos de excelência (competências profissionais, inovação e serviços avançados às empresas), próprios das sociedades competitivas do século XXI. (...)".

A nível do balanço da Concepção, Gestão e Desenvolvimento do Programa é referido:

i) "A aplicação dos principais critérios de avaliação intercalar é reveladora da consistência e racionalidade global do POPRAM II".

ii) "A avaliação dos mecanismos de gestão e acompanhamento do Programa revela condições globalmente favoráveis para assegurar a eficácia da mobilização de recursos, sem prejuízo dos necessários reajustamentos".

iii) "A avaliação das performances de realização das diversas medidas do Programa apresenta níveis de eficácia e eficiência satisfatórios".

Na parte relativa a Recomendações é referida a necessidade do reforço das dotações financeiras do Programa, em especial da componente FEDER e da FSE, de modo a, por um lado, fazer face a compromissos já assumidos, e, por outro, realizar outras candidaturas que se encontram em fase de análise ou de elaboração, cuja realização é imprescindível para a concretização dos objectivos definidos para o Programa, nestas vertentes.

No âmbito do acompanhamento dos trabalhos inerentes à elaboração do Estudo foi criado um Grupo Técnico de Avaliação (GTA), constituído por representantes das entidades comunitárias, nacionais e regionais, no âmbito das quatro vertentes do Programa, tendo em vista o acompanhamento dos trabalhos efectuados pela equipa de avaliadores.

Foram realizadas 4 reuniões do GTA do Estudo de Avaliação Intercalar, com a equipa de avaliadores, onde genericamente se abordou os seguintes assuntos:

- calendário de execução e de apresentação de cada um dos relatórios, em conformidade com todo o processo de concurso;
- apreciação e aprovação de cada um dos relatórios – Relatório de Progresso, Relatório Final Preliminar e Relatório Final;
- aprovação da estrutura do Sumário Executivo do Relatório Final.

- **Componente FEDER**

Após a realização do "Estudo de Avaliação Intercalar do POPRAM II, para o período 1994/96" procurou-se concretizar algumas das recomendações apontadas pela equipa de avaliadores

Assim, foi dada especial atenção à melhoria do sistema de Acompanhamento dos projectos assim como dos sistemas de informação de apoio à gestão do Programa, sendo de destacar os aperfeiçoamentos introduzidos em matéria de acompanhamento e a criação de um sistema de informação para a gestão processual e documental da Direcção Regional do Planeamento.

Por outro lado, a Componente FEDER beneficiou de um reforço decorrente das conclusões/recomendações apontadas no Estudo de Avaliação, que embora ficasse aquém das reais necessidades contribuíram objectivamente para a resolução de uma parte substancial da escassez de recursos financeiros.

Um outro aspecto a realçar na gestão FEDER prende-se com a existência de um procedimento normal de acompanhar a fase preparatória da elaboração das candidaturas, em especial no que se refere aos projectos públicos. Significa isto que, mesmo não havendo um procedimento formalmente instituído, procede-se à análise e avaliação das possíveis intenções de candidaturas (dado o estreito relacionamento existente entre as entidades públicas regionais) de modo a facilitar a apreciação, selecção e aprovação das mesmas.

- **Componente FSE**

A necessidade de dispor de instrumentos que permitissem caracterizar as necessidades de formação profissional na Região em bases mais objectivas, avançar com conclusões e fundamentar tecnicamente propostas de actuação recomendáveis, (permitindo nomeadamente estabelecer critérios de selecção na apreciação dos dossiers de candidatura), conduziu à realização em 1995 e 1996 respectivamente do Inquérito às Necessidades de Formação Profissional nas pequenas empresas para 1996 (menos de 10 pessoas ao serviço) e do Inquérito às Necessidades de Formação Profissional das Empresas (10 e mais pessoas ao serviço) para o período 1997/1999.

Foi dada especialmente atenção às pequenas empresas (que representam cerca de 80% das empresas da Região), visto as suas necessidades serem muito específicas e em consequência deverem dispor de respostas formativas inovadoras e adequadas à resolução dessas necessidades.

Com o atingir da primeira metade do QCA II, era importante proceder à avaliação das acções de formação quer do ponto de vista das empresas quer dos ex-formandos, e proceder a eventuais ajustamentos ao Programa.

Assim efectuou-se em 1997 o lançamento do Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Empresas no período da 1994/1996 e em 1999 mediante a realização do Inquérito de Acompanhamento a Ex-formandos Beneficiários de Acções de Formação Profissional Co-financiadas pelo FSE, procedeu-se à avaliação do impacto das acções de formação profissional co-financiadas pelo FSE (acções 1.2.1., 1.2.2. e 1.2.5. do subprograma 1 do POPRAM II) e terminadas em 1995, 1996 e 1997, na empregabilidade dos ex-formandos

(comparando fundamentalmente dois momentos distintos posteriores à conclusão das acções de formação – Um Mês Após e Um Ano Após).

Foram também lançados em 2000 o Inquérito de Acompanhamento aos Ex-formandos Beneficiários de Acções de Formação Profissional Cofinanciadas pelo FSE e terminadas em 1998, na continuidade do processo de avaliação do impacto das acções de formação na empregabilidade dos ex-formandos, e ainda o Inquérito Comunitário à Formação Profissional Contínua (CVTS) com o objectivo de recolher informação fundamental relativa à formação facultada pelas empresas aos seus trabalhadores e estabelecer comparações a nível comunitário. Os indicadores obtidos serão relevantes para a definição de políticas futuras de emprego e formação ao longo da vida profissional .

Finalmente e com o objectivo de dar continuidade às operações de avaliação das acções de formação profissional levadas a efeito na 2ª metade do QCA II, foram lançados no decurso do ano 2001, o Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Empresas para o período 1997/1999 (que será reformulado), e ainda o Inquérito de Acompanhamento a Ex-formandos Beneficiários de Acções de Formação Profissional Co-financiadas pelo FSE e terminadas em 1999.

No VOLUME "ANEXOS FSE" encontra-se integralmente reproduzido o "Capítulo F – Avaliação" do Relatório Final especifico da Vertente FSE, no qual são apresentados os resultados dos inquéritos realizados até 2000.

Relativamente às recomendações respeitantes à vertente FSE, incluídas no Estudo de Avaliação Intercalar do Programa, é possível afirmar que as mesmas foram sendo implementadas no decurso dos anos finais de vigência do QCA, sendo de destacar as seguintes:

- O reforço das dotações financeiras das Acções cuja programação inicial demonstrou ser inadequada face à dinâmica dos promotores, nomeadamente na formação de jovens fora do sistema de ensino, na formação de desempregados, nos excluídos socialmente e nas acções no âmbito das Medidas de Apoio ao Emprego, com a criação de Estágios Profissionais com o objectivo de melhorar a empregabilidade de jovens com formação média e superior.

- A criação de uma nova acção para enquadrar apoios para áreas a montante da formação, o que foi efectuado no âmbito do QCA III, isto é do POPRAM III, com a acção de Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos.

- No que respeita ao sistema de informação, foi organizado um novo sistema com o objectivo de superar as lacunas existentes.

- **Componente IFOP**

Não foi elaborado nenhum estudo de avaliação específico para o sector das pescas, a nível regional. No entanto, os resultados observados na vigência deste QCA são bastante satisfatórios, não só ao nível da pesca descarregada, em especial no seu valor bruto, mas também na produção da indústria transformadora e na criação de emprego.

CAPÍTULO VI – CONTROLO

Na definição da estrutura institucional de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo do QCA II através do Decreto Lei nº 99/94, de 19 de Abril, alterado pelo Decreto Lei nº 204/98, de 14 de Julho, foi instituído um sistema nacional de controlo de modo a assegurar que os fundos estruturais sejam correcta e eficazmente utilizados, em conformidade com os princípios de boa gestão financeira.

Para além da legislação nacional, o Regulamento da Comissão nº 2064/97, de 15 de Outubro veio também estabelecer normas de controle financeiro das operações co-financiadas pelos fundos estruturais.

O **sistema nacional de controlo dos fundos estruturais** é constituído por órgãos que exercerão de forma articulada os controlos organizados em três níveis:

- **controlo de alto nível**, que é assegurado pela Inspecção Geral de Finanças e compreende a avaliação dos sistemas de gestão e controlo existentes e a promoção de acções de articulação entre as diferentes entidades com responsabilidades no sistema de controlo;

- **controlo de segundo nível,** que abrange a análise e avaliação do sistema de controlo de primeiro nível e, sempre que tal se mostre necessário para testar a eficácia deste, o controlo sobre os beneficiários finais.
  Este nível de controlo foi assegurado nos projectos financiados pelo FEDER, pela Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, nas acções financiadas pelo FSE, pelo Departamento dos Assuntos do FSE (DAFSE) e nos projectos financiados pelo FEOGA-O ou pelo IFOP, pela Inspecção Geral e Auditoria de Gestão (IGA) do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

- **controlo de primeiro nível,** que abrange o controlo prévio e concomitante das decisões tomadas pelos órgãos de gestão e o controlo prévio, concomitante e *a posteriori* sobre os beneficiários finais.

Importa neste contexto salientar a realização de duas acções de articulação entre a Inspecção Geral de Finanças e as entidades regionais responsáveis pela gestão do Programa, com a coordenação da Direcção Regional do Planeamento, em Dezembro de 1998 e em Março de 1999, que tiveram muito êxito e com efeitos bastante positivos no relacionamento entre as entidades e no entendimento de um conjunto de conceitos associados às matérias do controlo.

Todas as entidades intervenientes na gestão do Programa Operacional – Direcção Regional do Planeamento (Gestão FEDER e coordenação global do P.O.), Serviço de Apoio a Pequenas Empresas e ao Investimento (SAPMEI (actual Instituto de Desenvolvimento Empresarial da

RAM) co-responsável pela gestão do Sistema de Incentivos FEDER – SIDERAM), Direcção Regional de Formação Profissional (Gestão FSE), Direcção Regional de Agricultura (Gestão FEOGA-O), Direcção Regional de Pescas (Gestão IFOP), incluindo o IFADAP.

O Programa foi objecto de diversas missões de controlo, tanto de âmbito comunitário (do Tribunal de Contas Europeu, da Direcção Geral do Controlo Financeiro (DG XX), da Direcção Geral do Emprego (DG V) e da Direcção Geral Política Regional e Coesão (DG XVI)) como de âmbito nacional (da IGF, do DAFSE e da DGDR).

Apresenta-se, de seguida, a relação de controlos realizados a cada Componente do Programa no âmbito dos diferentes níveis de controlo, tanto no plano comunitário como no plano nacional (primeiro nível, segundo nível e alto nível).

- **Componente FEDER**

A Direcção Regional do Planeamento (e, na ponta final de execução do Programa, o Instituto de Gestão de Fundos Comunitários) tinha a responsabilidade de garantir a adequada evolução do Programa a fim de serem alcançados os objectivos estabelecidos, pelo que as funções de acompanhamento e controlo revestiram-se de assim de extrema importância.

A Estrutura de Apoio Técnico da vertente FEDER implementou um conjunto de acções de acompanhamento e de auditorias internas aos diferentes projectos em execução que abrangeu cerca de 60% do total de compromissos FEDER assumidos, mas não teve qualquer hipótese de concretizar os planos anuais de controlo de primeiro nível fundamentalmente por falta de meios humanos.

Esta situação foi de alguma forma minimizada com o sistema de acompanhamento existente tanto na gestão como nas próprias entidades executoras, através de fiscalização, regra geral contratada externamente.

Em 1996, a par das auditorias internas efectuadas, a Componente FEDER do Programa foi objecto de uma auditoria por parte do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da declaração de fiabilidade para o ano de 1995, tendo sido analisado e comprovado o montante de despesa certificada à Comissão Europeia, referente a Novembro de 1994.

Foi auditado o projecto "Aproveitamento de Fins Múltiplos da Ribeira dos Socorridos", da responsabilidade da Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., tendo a equipa concluído em sede de relatório "sem problemas".

Em 1998, existiram três missões de controlo:

- duas de iniciativa comunitária, uma da Direcção Geral de Política Regional e Coesão (DG XVI), de 4 a 8 de Maio, e outra do Tribunal de Contas Europeu, de 11 a 15 de Maio.

- Uma da Inspecção Geral de Finanças, no âmbito da AUDITORIA DOS SISTEMAS DE GESTÃO E CONTROLO DO QCA II, que se desenrolou em duas fases complementares:
  - na primeira fase, de 15 a 26 de Junho, foi feito um levantamento de todos os circuitos e procedimentos de gestão;
  - na segunda fase, de 9 a 27 de Novembro, foram efectuados testes de conformidade e testes substantivos. No caso do FEDER a auditoria recaiu sobre uma amostra de 21 projectos, dos quais 13 da responsabilidade de entidades públicas e os restantes de entidades privadas (no âmbito do SIDERAM). A nível dos testes substantivos foram seleccionados a partir daquela amostra um subconjunto de 7 projectos (4 públicos e privados).

Em Novembro de 2001 foi realizada pela Inspecção Geral de Finanças uma auditoria, no âmbito dos trabalhos da certificação de contas do Programa, tendo compreendido um total de 74 projectos, dos quais 55 de promotores públicos e 24 de promotores privados.

Em Janeiro de 2002 foi efectuada pela Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, no âmbito do controlo de segundo nível, uma auditoria ao sistema de gestão e controlo do Programa que consistiu num levantamento junto do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários (entidade a quem compete a gestão do FEDER do POPRAM II) e na verificação documental de dois projectos públicos, relativamente aos quais foram realizados testes de conformidade.

Das conclusões apontadas nos relatórios resultantes das auditorias atrás identificadas, importa referir, pelo impacto que teve, a detecção por parte da DG XVI da existência de uma comissão de 3% que era indevidamente cobrada pelos serviços do Governo Regional, no âmbito do Sistema de Incentivos FEDER (SIDERAM). A referida comissão era cobrada aquando do respectivo pagamento do incentivo, à semelhança do praticado noutros regimes de auxílio pelas respectivas entidades gestoras (nomeadamente pelo IAPMEI).

Esta situação obrigou desde logo ao apuramento dos montantes envolvidos, tendo ficado estabelecido pela Comissão Europeia a adopção dos seguintes procedimentos:

- suspensão imediata da comissão de 3% por ser incompatível com os Regulamentos CEE nº 4253/88 e nº 2028/93 do Conselho.
- devolução dos montantes aos promotores que indevidamente haviam sido deduzidos aos pagamentos;

- e, nos casos em que para beneficiários específicos o procedimento da devolução não pudesse ser efectuado, a parte do co-financiamento comunitário dos montantes não devolvidos deveria ser reembolsada ao orçamento comunitário, em aplicação do artº 24º do Regulamento nº 4253/88.

Perante estas circunstâncias **foram adoptadas as seguintes medidas**:

- A partir de 1 de Janeiro de 1999 deixou de ser cobrada a comissão de 3% no SIDERAM. Em contrapartida, a entidade responsável pelo processamento dos pagamentos (SAPMEI, actual IDE-RAM) apresentou uma candidatura de Assistência Técnica, para 1999, no âmbito da Medida FEDER do Subprograma 4- Gestão e Acompanhamento, para fazer face aos custos associados à gestão (análise técnica de candidaturas e de pedidos de pagamento) e acompanhamento (incluindo vistorias) dos projectos SIDERAM.

- Naquela ocasião foi feito um apuramento dos montantes envolvidos, tendo-se concluído o seguinte:

  - O montante de incentivo pago até 31/12/1998 ascendia a 949.618.051 Escudos (4.736.674,87 Euros), repartido em 807.175.343 Escudos (4.026.173,64 Euros) de comparticipação FEDER e 142.442.708 Escudos (710.501,23 Euros) de Orçamento da Região Autónoma da Madeira.
  - Do montante de incentivo pago havia sido deduzida uma comissão de 3%, acrescida de IVA, à taxa de 12%, perfazendo um total de 27.446.676 Escudos (136.903,44 Euros).
  - Dos 41 promotores envolvidos, dos quais apenas um não seria possível proceder à respectiva devolução por se encontrar em contencioso, haveria que devolver à CE o montante total da comissão cobrada no valor de 976.752 escudos (4.872,02 Euros).

- Em sede de encerramento financeiro do Programa a situação final é a que se segue:
  - Foi recalculado o montante total de comissões cobradas indevidamente, tendo-se detectado que o montante a devolver era 28.830.541 Escudos (143.806,13 Euros), e não o inicialmente indicado.
  - Abrange 42 promotores.
  - Por outro lado, o montante apurado representa apenas as comissões cobradas, isto é, o montante pelo qual os promotores ficaram claramente prejudicados pelo seu não recebimento. Não estão assim considerados os valores resultantes da cobrança do IVA (12 ou 13%, consoante os anos em que o incentivo foi pago), uma vez que estes montantes não constituem perda para as empresas pois o IVA pago pelas várias empresas já foi deduzido, mensalmente ou trimestralmente, em conformidade com o Código do IVA.

- Os montantes devolvidos aos promotores perfazem o total de 26.255.442 Escudos (130.961 Euros).
- Assim, e tendo em conta que o montante por devolver é de 2.575.099 Escudos (12.844,54 Euros), consideramos que, em conformidade com o estabelecido pela Comissão Europeia, a parte FEDER associada a este valor (2.188.834 Escudos ou 10.917,86 Euros) deverá ser descontada no montante do saldo final a pagar pela Comissão Europeia.

No VOLUME ANEXOS FEDER – SIDERAM existe um conjunto de mapas que explicitam de forma detalhada a situação ao nível do projecto.

- **Componente FSE**

No ano de 1994 decorreu uma acção no âmbito da Direcção Geral de Emprego (DG V) mas que, no entanto, incidiu sobre o QCA I.

No ano de 1995, esta Componente foi objecto de uma missão de controlo por parte da Direcção Geral do Controlo Financeiro (DG XX), entre 5 a 9 de Junho, em que foram efectuadas recomendações que o Gestor acatou na análise dos Pedidos de Pagamento de Saldo, pois estes projectos ainda decorriam quando foram objecto de controlo.

No ano de 1996 realizou-se um controlo de segundo nível realizado pelo Departamento dos Assuntos do FSE (DAFSE), que teve por objecto a análise dos procedimentos internos do Gestor e cujas recomendações foram implementadas.

No ano de 1997 realizaram-se duas acções, uma da responsabilidade do Tribunal de Contas Europeu e outra da responsabilidade da Direcção Geral do Controlo Financeiro (DG XX).

Relativamente à DG XX foi efectuado um "suivi" relativamente ao proposto, no controlo de 1995 e verificadas as correcções efectuadas aos projectos analisados.

Relativamente ao Tribunal de Contas Europeu, a entidade controlada foi a Associação Promotora do Ensino Livre – APEL, tendo sido efectuadas correcções relativas ao ano lectivo 1994/95 e 1995/96 de receitas não declaradas no valor de 6.174.000$00, acrescido de 493.161$00 de juros. A referida entidade procedeu ao reembolso aos alunos do ano lectivo 1995/96.A nível da gestão procedeu-se também à transferência para amortizações de material informático, aquando da análise dos Pedidos de Pagamento de Saldo. Estas correcções estão evidenciadas no mapa das entidades co-financiadas do Relatório de 1997.

No ano de 1998 teve lugar um controlo promovido pela Inspecção Geral de Finanças (IGF), entre 9 e 27 de Novembro, tendo sido efectuadas correcções financeiras à Direcção Regional de Formação Profissional no valor de 180.548.062$00, as quais dizem respeito a despesas de pessoal que não estavam afectos à formação para os anos de 1994 a 1997 (157.955.379$00) e uma pequena percentagem de despesas de financiamento e gestão (22.592.683$00).
Também foram efectuadas correcções à TBS – Informática, Lda. relativas a despesas consideradas não elegíveis no montante de 22.205.000$00 no B nº 4.

Com base no procedimento adoptado de considerar não elegíveis no B nº 4, despesas anteriormente consideradas, procedeu-se ao controlo dos restantes cursos da TBS – Informática, Lda., pedidos de contribuição nºs 1, 2 e 6 e procedeu-se às devidas correcções que totalizaram o montante de 8.906.574$00. Estas correcções estão espelhadas no relatório de 1998.

No ano de 1999 foi realizada uma missão de controlo da Direcção Geral Emprego (DG V), entre 24 e 28 de Maio. Desta missão de controlo resultaram algumas correcções financeiras que foram oportunamente efectuadas assim:

- Na medida 4.2 – Estudos, Acompanhamento e Avaliação, no pedido de contribuição nº 82 da Direcção Regional de Formação Profissional foi retirado o montante de 829.375$00 de despesas consideradas não elegíveis nesta Medida. Foi transferido e imputado aos vários pedidos de contribuição relacionados com a formação da Direcção Regional de Formação Profissional o montante de 4.816.000$00.
  Estas correcções estão evidenciadas na lista de pedidos de financiamento nos Relatórios de1998 e 1999.

- CITMA – B nº 27 – Seminário "Reinvenção da Governação"
  Foi efectuada uma correcção financeira no valor de 613.289$00 o qual está evidenciado no Relatório de 1999.

- CITMA – B nº 32 – "Bolsas/97"
  Foi efectuada uma correcção de 631.218$00, a qual diz respeito a uma factura não elegível, bem como a passagem para amortização de uma base de dados adquirida pela entidade. Esta correcção está espelhada no Relatório de 1999.

- SANTAGRO
  A esta entidade foi efectuada uma Auditoria pelo DAFSE e com base no Relatório Provisório, efectuou-se várias correcções nos quatro pedidos de contribuição desta entidade, o que totalizou o montante de 13.927.059$00 em termos de custo total e de 13.230.705$00 no que respeita ao financiamento público. Estas correcções estão evidenciadas no Relatório de 1999.

- **Componente FEOGA-O**

Durante o ano de 1998, a componente FEOGA-O do POPRAM II, teve uma acção de controlo de alto nível promovida pela Inspecção-Geral de Finanças.

Esta missão de controlo, incidiu na análise do sistema de gestão existente e na auditoria a um conjunto de projectos comparticipados no âmbito do PDAR.

O relatório emitido por esta entidade para a componente FEOGA-O considerou, de forma geral, satisfatório o sistema de gestão implementado.

Das recomendações efectuadas ao nível do sistema de controlo, destacaram-se a necessidade da realização de controlo concomitante da execução física dos projectos e a segregação de funções no âmbito da análise, controlo e fiscalização dos projectos.

No período de 9 a 12 de Fevereiro de 2000 houve uma missão de controle realizada pela Direcção Geral de Controlo Financeiro da Comissão Europeia.

Face ao texto da "Síntese das Conclusões e recomendações" da referida Missão de Controle ao PDAR, foram suspensos os pagamentos aos projectos promovidos pela Direcção Regional de Agricultura e os projectos da acção de "Caminhos Rurais", até que fossem implementadas as recomendações apresentadas pela Inspecção Geral de Finanças.

Mantiveram-se os normais procedimentos em relação ao pagamento aos outros tipos de projectos.

No seguimento das conclusões da Auditoria da Comissão Europeia, foram implementadas as seguintes medidas:

- Foram estabelecidos dois tipos de verificações:
  - Uma verificação documental, realizada através da análise dos documentos apresentados pelo beneficiário / promotor, incidindo em especial sobre:
    - O cumprimento das especificações legais e regulamentares;
      - A conformidade e correcção dos documentos;
      - A suficiência das especificações das despesas e o seu enquadramento no projecto.
      - Uma verificação no terreno, com o objectivo de analisar a situação do projecto, quer face às despesas apresentadas, quer face à previsão de realização do projecto, quer ainda face às condições específicas estabelecidas quanto à implementação do projecto.

- As operações de controlo de 1° nível foram realizadas pelas entidades que integraram a Comissão de Gestão do PDAR, recorrendo, em certos casos, à contratação de serviços técnicos externos para as operações de controlo, nomeadamente da vertente coerência entre despesas e a evolução material, da alínea b) do ponto 1, na Sub-Medida "Infra-estruturas".
- Na posse do relatório de controlo de 1° nível, e face ao seu teor, o IFADAP procedeu ao pagamento das ajudas aos beneficiários da acção "Caminhos Rurais".
- Mensalmente foram elaborados relatórios de execução e enviados ao IFADAP, na qualidade de organismo interlocutor do FEOGA.
- A certificação da fiabilidade do sistema de controlo de 1° nível foi incumbida à Direcção de Inspecção do IFADAP.

Durante o período de vigência do PDAR foram realizadas 518 acções de controlo, 443 pelo IFADAP (10 pela Direcção de Inspecção e 433 pela Delegação Regional) e 75 pela própria Direcção Regional de Agricultura (DRA). É de sublinhar que estas últimas foram posteriormente objecto de certificação de fiabilidade pela Direcção de Inspecção do IFADAP. No VOLUME ANEXOS FEOGA-O (PDAR) são apresentados dois quadros, um relativo à distribuição das acções de controlo por Submedida e outro com a identificação das irregularidades ao abrigo do Reg. 1681/94, comunicadas pelo IFADAP.

- **Componente IFOP**

O controlo de primeiro nível, execução física dos projectos, foi efectuado pela Direcção Regional de Pescas e pelo IFADAP, nos locais de implementação dos projectos aprovados, designadamente estaleiros de construção e reparação naval, unidades de transformação de pescado e produção de aquicultura.

Foram realizadas também acções de controlo da responsabilidade da Comissão Europeia, efectuada por técnicos da Direcção Geral PESCA, com objectivo da verificação de projectos aprovados ao abrigo do IFOP, sob o ponto de vista físico e financeiro, analisando os processos de candidatura, os pagamentos e a contabilidade dos respectivos beneficiários seleccionados.

Por outro lado, técnicos da Inspecção Geral de Finanças deslocaram-se num primeiro momento à Região a fim de efectuarem uma auditoria aos sistemas de gestão e controlo do QCA II – levantamento preliminar junto das entidades de gestão - nas quais está incluída a Componente IFOP, e num segundo período para efectuarem auditorias a vários projectos aprovados ao abrigo do IFOP. Nesta última etapa os técnicos deslocaram-se aos locais dos empreendimentos e ao IFADAP, verificando e analisando os processos de candidatura, as contabilidades e as formas de pagamento das ajudas.

CAPÍTULO VII – INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

Dada a relevância do POPRAM II para o desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira constitui factor chave de sucesso a adopção de uma política correcta e equilibrada de informação, divulgação e publicidade.

Neste sentido foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Intervenções do Governo Regional, dos Gestores das Componentes do Programa, de membros da Unidade de Gestão e de outras entidades envolvidas na execução do Programa, através dos meios de comunicação social (imprensa, rádio, televisão), sobre objectivos a atingir, recursos financeiros envolvidos e normas de implementação do Programa, bem como a sua evolução e cumprimento rígido da sua programação;

- Divulgação de documentação e difusão de informação junto de diversos agentes económicos e entidades públicas;

- Acções de sensibilização junto dos potenciais beneficiários e da opinião pública;

- Publicação das acções incluídas no POPRAM II nos órgãos de comunicação social.

O Programa foi também divulgado a nível nacional através de várias acções, de que se destaca:

- Participação na URBI 1996, realizada na Feira Internacional de Lisboa (FIL), iniciativa que integrou uma exposição de Programas de Apoio ao Desenvolvimento Regional.
- Edição em 1997 de uma reportagem referente ao POPRAM II, publicada no Jornal "O Primeiro de Janeiro", que integrou um caderno especial subordinado ao tema "QCA 1994/1999 e o Desenvolvimento Regional";
- Elaboração e publicação de um GUIA PRÁTICO DAS MEDIDAS DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE, ligadas às acções apoiadas pela Comunidade Europeia, através dos fundos comunitários. Este guia constituiu um instrumento muito útil às entidades executoras porque para além de ter contribuído para a divulgação das regras em vigor permitiu a introdução de uma maior disciplina no cumprimento das medidas de informação e publicidade;
- Publicação de um artigo sobre o POPRAM II num suplemento especial organizado pelo Semanário Expresso, por ocasião da URBI 1998;
- Aquando da realização da última Comissão de Acompanhamento do QCA II, em Maio de 2000, a Região Autónoma da Madeira, participou numa acção de divulgação dos apoio comunitários concedidos no âmbito do POPRAM II:

Destinando-se as medidas de informação e publicidade a aumentar a transparência da acção da Comunidade Europeia nos Estados-Membros, estas foram implementadas de acordo com a

legislação nacional e comunitária em vigor, e em conformidade com o GUIA atrás mencionado, através da colocação de painéis publicitários e de placas permanentes (nos casos aplicáveis).

No âmbito da Componente FSE, a actuação dos serviços da Direcção Regional de Formação Profissional, caracteriza-se ao longo do Programa por duas vertentes principais:

- Efectuação de acções de sensibilização junto de potenciais beneficiários;
- Realização e participação em seminários, congressos e feiras, com o objectivo de, não só divulgar e promover a Intervenção Operacional, como intervir em debates inerentes à temática dos recursos humanos.

Relativamente às acções de publicidade FSE podemos destacar:

- Publicação de uma revista sobre as principais actividades da Direcção Regional de Formação Profissional;
- Divulgação de diverso material de informação relacionada com a Intervenção Operacional;
- Publicação na imprensa de artigos e informações relacionadas com a Intervenção, bem como participações em diversos programas de rádio e televisão.
- Realização de diversos seminários nomeadamente sobre:
  - Divulgação do 2º Q.C.A. (1994)
  - Novas Regras do Fundo Social Europeu (1997)
  - Acreditação e Certificação Profissional (1998)
  - Indicadores de Avaliação na área da Formação Profissional (1999).

No que concerne à Componente FEOGA-O, a Direcção Regional de Agricultura realizou algumas iniciativas, merecendo especial destaque as acções de informação, os encontros e a reuniões realizadas a fim de divulgar o programa junto dos vários promotores possíveis.

No tocante à Componente IFOP, as acções de informação e publicidade consistiram basicamente na realização de encontros regulares, na Direcção Regional de Pescas, com a Associação de Armadores e Organização de Produtos, Indústrias de Transformação de Produtos da Pesca e Aquicultores, nos quais eram disponibilizadas informações sobre os apoios comunitários.

A par destas acções de informação, a Direcção Regional de Pescas esteve presente em todas as edições anuais da Festa da Espada Preta, que se realiza em finais de Setembro, na cidade de Câmara de Lobos, onde se concentra uma significativa população piscatória, tendo constituído um excelente veículo de divulgação, entre outras matérias, dos sistemas de incentivos ao sector das pescas englobados no POPRAM II.

Outra acção de grande interesse foi a realização em Abril de 2000, da feira do sector primário AGROPESCA 2000, no Madeira Tecnopolo, evento de divulgação das actividades deste sector, onde houve a oportunidade de dar um especial ênfase à importância do POPRAM II na economia regional, nos sectores de agricultura e pescas, através de cartazes informativos, brochuras e material audiovisual.

CAPÍTULO VIII – RESPEITO POR OUTRAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

Na implementação do Programa houve por parte das entidades responsáveis pela gestão um grande rigor na verificação do cumprimento de todas as disposições comunitárias em vigor nos diferentes domínios, nomeadamente dos mercados públicos, ambiente e concorrência.

Nestas circunstâncias e mesmo na fase de apreciação técnica das candidaturas, e no caso do FEDER, tal como estabelecido nos próprio Regulamento do Programa, esta questão era devidamente analisada, e em caso de incumprimento a candidatura deixava de reunir automaticamente condições para ser aprovada.

Também em sede de análise das candidaturas em Unidade de Gestão foi tido em especial atenção o cumprimento dos normativos comunitários em matéria de mercados públicos, concorrência e ambiente.

No domínio do ambiente, é de referir a título de exemplo os condicionamentos impostos pela Unidade de Gestão à implementação das medidas mitigadoras apontadas pelos estudos de impacte ambiental, em determinados projectos de infraestruturas.

Refira-se ainda a aprovação pela Comissão Europeia do diploma legal que lhe foi submetido e que visava a criação do Sistema de Incentivos de Apoio à Actividade Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SIDERAM), inserido na medida 2.6 – Mobilização do Potencial de Iniciativa Endógena.

Nos projectos aprovados na Componente IFOP, uma das principais preocupações tem a ver com o cumprimento da legislação comunitária referente às questões ambientais, para além do respeito das directivas comunitárias relacionadas com as questões higio-sanitárias

CAPÍTULO IX – EMPREGO

A execução do POPRAM II teve efectivamente um impacto positivo a nível do emprego, não só por via dos apoios directos ao emprego mas também pelos indirectos.

No entanto a sua quantificação é de todo impossível se se tiver em conta a dificuldade de medir os efeitos induzidos da grande maioria das acções co-financiadas pelo Programa, através do FEDER, do FEOGA-O e do IFOP.

O volume de projectos e acções apoiados pelo Programa contribuíram certamente para a criação de postos de trabalho directos, quer a tempo inteiro quer parcial, havendo ainda a juntar o impacto indirecto na manutenção e criação de postos de trabalho nos diversos sectores da economia para os quais foram claramente orientados os financiamentos comunitários, nomeadamente pesca, agricultura, ambiente, turismo, saúde, educação e transportes.

Importa pois sublinhar os principais impactos do Programa, na vertente FSE já identificados no Capítulo IV, referente à execução das medidas 1.2 –Formação Profissional e 1.3 –Acções para o Desenvolvimento do Emprego.

O Programa, no que respeita à vertente FSE, apresenta vários indicadores que de alguma forma poderão sustentar os impactos mais significativos. Todavia, é conveniente ter em consideração que os efeitos não têm uma repercussão de curto prazo, sendo que a sua avaliação terá que ser encarada numa perspectiva de médio e longo prazo.

Como um dos principais indicadores, de carácter estrutural, podemo-nos referir à Estrutura de Qualificação da População Activa da Região, à progressão nítida que se assiste em termos qualitativos e quantitativos da mesma, tal como já aludido anteriormente no Capítulo "Envolvente Sócio-Económica". Saliente-se ainda que, atendendo ao peso que os jovens detém na estrutura etária da Região, em concomitância, com a evolução dos indicadores inerentes aos sistemas de ensino e formação, é legítimo perspectivar que a futura inserção destes no mercado de trabalho poderá ocasionar mais um avanço significativo neste indicador. Subsistem no entanto assimetrias significativas que urge minimizar sendo que a manutenção de uma política de apoio e incentivadora de práticas que visem a generalização da Educação/Formação, afigura-se-nos de capital importância para o futuro da Região.

Referência também para o incremento das políticas activas de emprego, que permitiram criar postos de trabalho de forma estável. Por outro lado, cabe aqui uma nota no que concerne a outros programas de emprego cuja percentagem de sucesso foi assinalável, nomeadamente os programas ocupacionais. Neste particular caberá uma atenção especial aos estágios profissionais cujos índices de continuidade são dignos de realce.

CAPÍTULO X – IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Neste âmbito importa realçar que nas áreas de intervenção do Programa, a realização dos diferentes projectos acabaram por ter efeitos positivos no respeito por este grande princípio.

Com efeito, não poderá deixar de ser destacada a priorização dada na Componente FSE a acções dirigidas a públicos-alvo com problemas de exclusão social, bem como em públicos em risco de exclusão. Embora estivessem consignadas no Programa acções específicas para este tipo de público-alvo, há que referir que foi possível estender a praticamente todas as acções o acesso de pessoas com problemas de exclusão no sentido de poderem usufruir dos projectos inerentes às mesmas.

Procurou-se também, desta forma, não só uma melhor operacionalização dos próprios projectos, como também criar um "ambiente", que de alguma forma proporcionasse a integração, ou seja, que evitasse uma segregação de grupos. Nestas circunstâncias, o princípio da igualdade de oportunidades foi efectivamente garantido, sobressaindo como uma das vertentes importantes deste princípio a participação das mulheres, que no cômputo geral, foi de cerca de 65% do número total de formandos.

A continuidade do apoio que se deu ao enquadramento das crianças para possibilitar a frequência das acções pelas suas mães, também é um exemplo que merece ser destacado.

Poder-se-á também referir que o desenvolvimento e promoção de acções de sensibilização, bem como o apoio efectivo a projectos nas mais variadas áreas começou a ter um reflexo positivo no sentido do fomento de uma filosofia em que esteja subjacente a Educação/Formação ao longo da vida.

Por último, pode-se destacar a prioridade concedida ao apoio das acções relacionadas com a qualificação de jovens antes da entrada na vida activa, não tendo sido descurado, em projectos específicos, uma simultaneidade com a sua formação de base.

Foi também dada especial atenção no apoio à Formação Contínua como elemento fundamental para o Crescimento, a Competitividade e o Emprego, como vector fundamental da formação ao longo da vida.

Governo Regional da Madeira
Secretaria Regional do Plano e Finanças
Instituto de Gestão de Fundos Comunitários

Relatório Final

ANEXOS
FEDER

Setembro de 2002

POPRAM II
- Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 1994-1999 -
QCA II

ÍNDICE

Realização Financeira

Mapas em Mil Escudos

- Realização Financeira – Componente FEDER
- Realização Financeira – Sub-Programas e Medidas
- Realização Financeira – Componente FEDER por Anos
- Realização Financeira – Sub-Progamas por Anos

Mapas em Mil Euros

- Realização Financeira – Componente FEDER
- Realização Financeira – Sub-Programas e Medidas
- Realização Financeira – Componente FEDER por Anos
- Realização Financeira – Sub-Progamas por Anos

Taxas de Realização Financeira – Componente FEDER

Taxas de Realização Financeira por Sub-Programas/Medidas

Realização Física

Indicadores de Realização Física – Componente FEDER

Indicadores de Realização Física por Sub-Programa

Projectos Aprovados

- Componente FEDER – por Sub-Programas e Medidas (em mil escudos)
- Componente FEDER – por Sub-Programas e Medidas (em mil euros)

ANEXOS - SIDERAM

Quadro I – Execução Financeira Global – Projectos SIDERAM

Quadro II – Devolução das Comissões Cobradas

Quadro III – Projectos Aprovados e Homologados

Quadro IV – Postos de Trabalho Criados

Quadro V – Projectos Aprovados por Concelho

Gráfico I – Projectos Aprovados por Concelho

Quadro VI – Projectos Aprovados por Sector de Actividade

Gráfico II – Projectos Aprovados por Sector de Actividade

Quadro VII – Desistências

Quadro VIII – Projectos Não Aprovados

Fotos - Projectos Executados com Apoio FEDER no âmbito do POPRAM II

- Medida 1.1 – Bases do Conhecimento e Inovação
- Medida 2.1 – Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento
- Medida 2.3 – Valorização e Aproveitamento do Potencial Turístico
- Medida 2.6 – Mobilização do Potencial de Iniciativa Endógena
    - Projectos Públicos
    - Projectos SIDERAM
- Medida 3.2 – Infraestruturas e Redes de Abastecimento de Água
- Medida 3.3 – Infraestruturas de Saneamento Básico

REALIZAÇÃO FINANCEIRA

REALIZAÇÃO FINANCEIRA
- COMPONENTE FEDER -
(EM MIL ESCUDOS)

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL

Em 1000 x esc

Sub-Programas		Custo Total	Despesas Públicas																							
			Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional										Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
					Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras						
		1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15		16		17	
48-01) Qualificação e Valorização do Potencial Humano																									
	PR	7 829 003	7 829 003	100%	6 272 695	80,1%	6 272 695	0	0	0	0	1 556 308	19,8%	0	0	0	1 556 308	0	0		0		0	
	AP	7 824 882	7 824 882	100%	6 268 444	80,1%	6 268 444	0	0	0	0	1 556 438	19,8%	0	0	0	1 556 438	0	0		0		0	
	EX	7 824 882	7 824 882	100%	6 268 444	80,1%	6 268 444	0	0	0	0	1 556 438	19,8%	0	0	0	1 556 438	0	0		0		0	
48-02) Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do																									
	PR	74 262 295	70 730 618	95,2%	43 352 107	61,2%	43 352 107	0	0	0	0	27 378 511	38,7%	0	2 031 618	0	19 286 178	3 949 055	2 111 659		3 531 677	4,7%	0	
	AP	74 729 232	70 743 361	94,6%	45 196 187	63,8%	45 196 187	0	0	0	0	25 547 173	36,1%	0	1 922 017	0	19 140 199	3 956 746	528 210		3 985 871	5,3%	0	
	EX	74 574 259	70 618 138	94,6%	45 089 748	63,8%	45 089 748	0	0	0	0	25 528 390	36,1%	0	1 922 017	0	19 121 415	3 956 746	528 210		3 956 120	5,3%	0	
48-03) Qualidade de Vida e Protecção do Meio Ambiente																									
	PR	10 897 563	10 897 563	100%	8 846 456	81,1%	8 846 456	0	0	0	0	2 051 106	18,8%	0	867 966	0	1 147 835	0	35 305		0		0	
	AP	9 585 232	9 585 232	100%	7 647 638	79,7%	7 647 638	0	0	0	0	1 937 593	20,2%	0	763 538	0	901 792	0	272 263		0		0	
	EX	9 585 232	9 585 232	100%	7 647 638	79,7%	7 647 638	0	0	0	0	1 937 593	20,2%	0	763 538	0	901 792	0	272 263		0		0	
48-04) Gestão e Acompanhamento do Programa Operacional																									
	PR	189 507	189 507	100%	161 080	84,9%	161 080	0	0	0	0	28 426	15%	0	0	0	28 426	0	0		0		0	
	AP	201 861	201 861	100%	171 582	85%	171 582	0	0	0	0	30 279	15%	0	0	0	30 279	0	0		0		0	
	EX	190 276	190 276	100%	161 734	85%	161 734	0	0	0	0	28 541	15%	0	0	0	28 541	0	0		0		0	
Total																									
	PR	93 178 369	89 646 692	96,2%	58 632 339	65,4%	58 632 339	0	0	0	0	31 014 352	34,5%	0	2 899 584	0	22 018 747	3 949 055	2 146 964		3 531 677	3,7%	0	
	AP	92 341 209	88 355 337	95,6%	59 283 852	67%	59 283 852	0	0	0	0	29 071 485	32,9%	0	2 685 556	0	21 628 709	3 956 746	800 473		3 985 871	4,3%	0	
	EX	92 174 650	88 218 529	95,7%	59 167 566	67%	59 167 566	0	0	0	0	29 050 963	32,9%	0	2 685 556	0	21 608 187	3 956 746	800 473		3 956 120	4,2%	0	

REALIZAÇÃO FINANCEIRA
POR SUB-PROGRAMAS E MEDIDAS
(EM MIL ESCUDOS)

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-01) Qualificação e Valorização do Potencial Humano

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x esc

Medidas	Custo Total	Despesas Públicas																					
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional										Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15	16		17	
48-01-01) Bases do Conhecimento e Inovação																						
PR	7 829 003	7 829 003	100%	6 272 695	80,1%	6 272 695	0	0	0	0	1 556 308	19,8%	0	0	0	1 556 308	0	0	0		0	
AP	7 824 882	7 824 882	100%	6 268 444	80,1%	6 268 444	0	0	0	0	1 556 438	19,8%	0	0	0	1 556 438	0	0	0		0	
EX	7 824 882	7 824 882	100%	6 268 444	80,1%	6 268 444	0	0	0	0	1 556 438	19,8%	0	0	0	1 556 438	0	0	0		0	
Total																						
PR	7 829 003	7 829 003	100%	6 272 695	80,1%	6 272 695	0	0	0	0	1 556 308	19,8%	0	0	0	1 556 308	0	0	0		0	
AP	7 824 882	7 824 882	100%	6 268 444	80,1%	6 268 444	0	0	0	0	1 556 438	19,8%	0	0	0	1 556 438	0	0	0		0	
EX	7 824 882	7 824 882	100%	6 268 444	80,1%	6 268 444	0	0	0	0	1 556 438	19,8%	0	0	0	1 556 438	0	0	0		0	

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-02) Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Pot. E

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x esc

Medidas	Custo Total	Despesas Públicas																		Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional													
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras					
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15	16		17	
48-02-01) Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento																							
PR	53 488 472	53 488 472	100%	32 562 186	60,8%	32 562 186	0	0	0	0	20 926 285	39,1%	0	1 334 195	0	15 643 034	3 949 055	0	0		0		
AP	53 749 602	53 749 602	100%	32 629 768	60,7%	32 629 768	0	0	0	0	21 119 834	39,2%	0	1 665 089	0	15 497 999	3 956 746	0	0		0		
EX	53 749 602	53 749 602	100%	32 629 768	60,7%	32 629 768	0	0	0	0	21 119 834	39,2%	0	1 665 089	0	15 497 999	3 956 746	0	0		0		
48-02-02) Desenvolvimento da Indústria e do Artesanato																							
PR	4 353 347	4 353 347	100%	2 026 557	46,5%	2 026 557	0	0	0	0	2 326 790	53,4%	0	0	0	215 130	0	2 111 659	0		0		
AP	2 718 787	2 718 787	100%	2 029 518	74,6%	2 029 518	0	0	0	0	689 268	25,3%	0	0	0	161 058	0	528 210	0		0		
EX	2 718 787	2 718 787	100%	2 029 518	74,6%	2 029 518	0	0	0	0	689 268	25,3%	0	0	0	161 058	0	528 210	0		0		
48-02-03) Valorização e Aproveitamento do Potencial																							
PR	4 081 852	4 081 852	100%	2 895 558	70,9%	2 895 558	0	0	0	0	1 186 293	29%	0	697 423	0	488 870	0	0	0		0		
AP	4 947 650	4 947 650	100%	3 962 091	80%	3 962 091	0	0	0	0	985 559	19,9%	0	256 928	0	728 630	0	0	0		0		
EX	4 947 650	4 947 650	100%	3 962 091	80%	3 962 091	0	0	0	0	985 559	19,9%	0	256 928	0	728 630	0	0	0		0		
48-02-06) Mobolização do Potencial de Iniciativa Endógena																							
PR	12 338 623	8 806 945	71,3%	5 867 803	66,6%	5 867 803	0	0	0	0	2 939 141	33,3%	0	0	0	2 939 141	0	0	3 531 677	28,6%	0		
AP	13 313 192	9 327 321	70%	6 574 810	70,4%	6 574 810	0	0	0	0	2 752 510	29,5%	0	0	0	2 752 510	0	0	3 985 871	29,9%	0		
EX	13 158 218	9 202 098	69,9%	6 468 370	70,2%	6 468 370	0	0	0	0	2 733 727	29,7%	0	0	0	2 733 727	0	0	3 956 120	30%	0		
Total																							
PR	74 262 295	70 730 618	95,2%	43 352 107	61,2%	43 352 107	0	0	0	0	27 378 511	38,7%	0	2 031 618	0	19 288 178	3 949 055	2 111 659	3 531 677	4,7%	0		
AP	74 729 232	70 743 361	94,6%	45 196 187	63,8%	45 196 187	0	0	0	0	25 547 173	36,1%	0	1 922 017	0	19 140 199	3 956 746	528 210	3 985 871	5,3%	0		
EX	74 574 259	70 618 138	94,6%	45 089 748	63,8%	45 089 748	0	0	0	0	25 528 390	36,1%	0	1 922 017	0	19 121 415	3 956 746	528 210	3 956 120	5,3%	0		

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-03) Qualidade de Vida e Protecção do Meio Ambiente

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x esc

| Medidas | Custo Total | Despesas Públicas | | |

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-04) Gestão e Acompanhamento do Programa Operacional

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x esc

Medidas	Custo Total	Despesas Públicas																					
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional										Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15	16		17	
48-04-01) Estudos, Acompanhamento, Avaliação e																							
PR	189 507	189 507	100%	161 080	84,9%	161 080	0	0	0	0	28 426	15%	0	0	0	28 426	0	0	0		0		
AP	201 861	201 861	100%	171 582	85%	171 582	0	0	0	0	30 279	15%	0	0	0	30 279	0	0	0		0		
EX	190 276	190 276	100%	161 734	85%	161 734	0	0	0	0	28 541	15%	0	0	0	28 541	0	0	0		0		
Total																							
PR	189 507	189 507	100%	161 080	84,9%	161 080	0	0	0	0	28 426	15%	0	0	0	28 426	0	0	0		0		
AP	201 861	201 861	100%	171 582	85%	171 582	0	0	0	0	30 279	15%	0	0	0	30 279	0	0	0		0		
EX	190 276	190 276	100%	161 734	85%	161 734	0	0	0	0	28 541	15%	0	0	0	28 541	0	0	0		0		

REALIZAÇÃO FINANCEIRA
COMPONENTE FEDER – POR ANOS
(EM MIL ESCUDOS)

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL

Em 1000 x esc

Anos	Custo Total	Despesas Públicas: Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias: Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Necessidade de Financiamento Público Nacional: Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras	Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15	16		17	
1994																						
PR	9 490 041	9 490 041	100%	5 755 990	60,6%	5 755 990	0	0	0	0	3 734 051	39,3%	0	0	0	2 034 426	1 699 624	0	0		0	
AP	9 424 306	9 424 306	100%	5 715 769	60,6%	5 715 769	0	0	0	0	3 708 536	39,3%	0	0	0	2 019 723	1 688 812	0	0		0	
EX	9 424 306	9 424 306	100%	5 715 769	60,6%	5 715 769	0	0	0	0	3 708 536	39,3%	0	0	0	2 019 723	1 688 812	0	0		0	
1995																						
PR	20 568 683	20 568 683	100%	13 084 516	63,6%	13 084 516	0	0	0	0	7 484 166	36,3%	0	842 507	0	5 462 340	1 227 215	152 102	0		0	
AP	20 738 377	20 738 377	100%	13 192 667	63,6%	13 192 667	0	0	0	0	7 545 710	36,3%	0	429 970	0	5 665 186	1 239 995	210 558	0		0	
EX	20 738 377	20 738 377	100%	13 192 667	63,6%	13 192 667	0	0	0	0	7 545 710	36,3%	0	429 970	0	5 665 186	1 239 995	210 558	0		0	
1996																						
PR	28 932 453	27 457 247	94,9%	17 568 128	63,9%	17 568 128	0	0	0	0	9 889 118	36%	0	573 157	0	8 120 415	1 022 214	173 331	1 475 205	5%	0	
AP	28 521 315	27 599 065	96,7%	17 658 156	63,9%	17 658 156	0	0	0	0	9 940 909	36%	0	499 004	0	8 140 150	1 027 958	273 796	922 250	3,2%	0	
EX	29 066 334	27 599 065	94,8%	17 658 156	63,9%	17 658 156	0	0	0	0	9 940 909	36%	0	499 004	0	8 140 150	1 027 958	273 796	1 487 269	5,1%	0	
1997																						
PR	15 982 150	15 295 285	95,7%	11 056 239	72,2%	11 056 239	0	0	0	0	4 239 045	27,7%	0	473 147	0	3 747 493	0	18 404	686 865	4,2%	0	
AP	16 010 680	15 151 679	94,6%	10 952 956	72,2%	10 952 956	0	0	0	0	4 198 722	27,7%	0	586 807	0	3 592 787	0	19 127	859 001	5,3%	0	
EX	15 837 560	15 151 679	95,6%	10 952 956	72,2%	10 952 956	0	0	0	0	4 198 722	27,7%	0	586 807	0	3 592 787	0	19 127	685 880	4,3%	0	
1998																						
PR	8 566 009	8 214 957	95,9%	6 098 744	74,2%	6 098 744	0	0	0	0	2 116 213	25,7%	0	391 907	0	1 634 451	0	89 854	351 051	4%	0	
AP	9 034 589	8 280 032	91,6%	6 148 656	74,2%	6 148 656	0	0	0	0	2 131 376	25,7%	0	394 018	0	1 632 750	-19	104 627	754 557	8,3%	0	
EX	8 633 463	8 280 032	95,9%	6 148 656	74,2%	6 148 656	0	0	0	0	2 131 376	25,7%	0	394 018	0	1 632 750	-19	104 627	353 430	4%	0	
1999																						
PR	9 639 032	8 620 477	89,4%	5 068 720	58,7%	5 068 720	0	0	0	0	3 551 757	41,2%	0	818 864	0	1 019 621	0	1 713 271	1 018 554	10,5%	0	
AP	2 383 949	1 923 095	80,6%	1 510 199	78,5%	1 510 199	0	0	0	0	412 896	21,4%	0	189 377	0	182 041	0	41 477	460 853	19,3%	0	
EX	2 363 372	1 923 095	81,3%	1 510 199	78,5%	1 510 199	0	0	0	0	412 896	21,4%	0	189 377	0	182 041	0	41 477	440 276	18,6%	0	
2000																						
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
AP	2 502 055	2 416 918	96,5%	1 857 433	76,8%	1 857 433	0	0	0	0	559 484	23,1%	0	300 297	0	110 555	0	148 631	85 136	3,4%	0	
EX	2 536 891	2 416 918	95,2%	1 857 433	76,8%	1 857 433	0	0	0	0	559 484	23,1%	0	300 297	0	110 555	0	148 631	119 972	4,7%	0	
2001																						
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
AP	3 725 935	2 821 862	75,7%	2 248 012	79,6%	2 248 012	0	0	0	0	573 849	20,3%	0	286 081	0	285 513	0	2 254	904 072	24,2%	0	
EX	3 554 344	2 685 054	75,5%	2 131 726	79,3%	2 131 726	0	0	0	0	553 328	20,6%	0	286 081	0	264 992	0	2 254	869 289	24,4%	0	
Total																						

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL (continuação)

Em 1000 x esc

| Anos | Custo Total | Despesas Públicas | | |

REALIZAÇÃO FINANCEIRA
SUB-PROGRAMAS – POR ANOS
(EM MIL ESCUDOS)

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-01) Qualificação e Valorização do Potencial Humano

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL

Em 1000 x esc

Anos	Custo Total	Despesas Públicas																		Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional													
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15	16		17	
1994																							
PR	336 389	336 389	100%	256 728	76,3%	256 728	0	0	0	0	79 660	23,6%	0	0	0	79 660	0	0	0		0		
AP	333 734	333 734	100%	254 682	76,3%	254 682	0	0	0	0	79 051	23,6%	0	0	0	79 051	0	0	0		0		
EX	333 734	333 734	100%	254 682	76,3%	254 682	0	0	0	0	79 051	23,6%	0	0	0	79 051	0	0	0		0		
1995																							
PR	1 000 198	1 000 198	100%	780 633	78%	780 633	0	0	0	0	219 565	21,9%	0	0	0	219 565	0	0	0		0		
AP	1 009 680	1 009 680	100%	787 876	78%	787 876	0	0	0	0	221 803	21,9%	0	0	0	221 803	0	0	0		0		
EX	1 009 680	1 009 680	100%	787 876	78%	787 876	0	0	0	0	221 803	21,9%	0	0	0	221 803	0	0	0		0		
1996																							
PR	951 995	951 995	100%	716 674	75,2%	716 674	0	0	0	0	235 321	24,7%	0	0	0	235 321	0	0	0		0		
AP	957 388	957 388	100%	720 743	75,2%	720 743	0	0	0	0	236 644	24,7%	0	0	0	236 644	0	0	0		0		
EX	957 388	957 388	100%	720 743	75,2%	720 743	0	0	0	0	236 644	24,7%	0	0	0	236 644	0	0	0		0		
1997																							
PR	4 139 827	4 139 827	100%	3 435 848	82,9%	3 435 848	0	0	0	0	703 979	17%	0	0	0	703 979	0	0	0		0		
AP	4 111 754	4 111 754	100%	3 413 206	83%	3 413 206	0	0	0	0	698 547	16,9%	0	0	0	698 547	0	0	0		0		
EX	4 111 754	4 111 754	100%	3 413 206	83%	3 413 206	0	0	0	0	698 547	16,9%	0	0	0	698 547	0	0	0		0		
1998																							
PR	1 348 610	1 348 610	100%	1 043 824	77,3%	1 043 824	0	0	0	0	304 786	22,6%	0	0	0	304 786	0	0	0		0		
AP	1 359 133	1 359 133	100%	1 052 040	77,4%	1 052 040	0	0	0	0	307 093	22,5%	0	0	0	307 093	0	0	0		0		
EX	1 359 133	1 359 133	100%	1 052 040	77,4%	1 052 040	0	0	0	0	307 093	22,5%	0	0	0	307 093	0	0	0		0		
1999																							
PR	51 981	51 981	100%	38 985	75%	38 985	0	0	0	0	12 995	24,9%	0	0	0	12 995	0	0	0		0		
AP	51 981	51 981	100%	38 985	75%	38 985	0	0	0	0	12 995	25%	0	0	0	12 995	0	0	0		0		
EX	51 981	51 981	100%	38 985	75%	38 985	0	0	0	0	12 995	25%	0	0	0	12 995	0	0	0		0		
2000																							
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0		
AP	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0		
EX	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0		
2001																							
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0		
AP	1 209	1 209	100%	907	75%	907	0	0	0	0	302	25%	0	0	0	302	0	0	0		0		
EX	1 209	1 209	100%	907	75%	907	0	0	0	0	302	25%	0	0	0	302	0	0	0		0		
Total																							

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-01) Qualificação e Valorização do Potencial Humano

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL (continuação)

Em 1000 x esc

| Anos | Custo Total | Despesas Públicas | | |

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-02) Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Pot. E

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL

Em 1000 x esc

Anos	Custo Total	Despesas Públicas: Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias: Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Necessidade de Financiamento Público Nacional: Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras	Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15	16		17	
1994																						
PR	8 319 417	8 319 417	100%	4 790 030	57,5%	4 790 030	0	0	0	0	3 529 386	42,4%	0	0	0	1 829 762	1 699 624	0	0		0	
AP	8 262 502	8 262 502	100%	4 757 228	57,5%	4 757 228	0	0	0	0	3 505 274	42,4%	0	0	0	1 816 461	1 688 812	0	0		0	
EX	8 262 502	8 262 502	100%	4 757 228	57,5%	4 757 228	0	0	0	0	3 505 274	42,4%	0	0	0	1 816 461	1 688 812	0	0		0	
1995																						
PR	17 690 190	17 690 190	100%	10 729 347	60,6%	10 729 347	0	0	0	0	6 960 842	39,3%	0	487 718	0	5 093 805	1 227 215	152 102	0		0	
AP	17 835 854	17 835 854	100%	10 817 951	60,6%	10 817 951	0	0	0	0	7 017 903	39,3%	0	374 778	0	5 249 520	1 239 995	153 609	0		0	
EX	17 835 854	17 835 854	100%	10 817 951	60,6%	10 817 951	0	0	0	0	7 017 903	39,3%	0	374 778	0	5 249 520	1 239 995	153 609	0		0	
1996																						
PR	26 159 635	24 684 430	94,3%	15 333 506	62,1%	15 333 506	0	0	0	0	9 350 923	37,8%	0	488 750	0	7 666 626	1 022 214	173 331	1 475 205	5,6%	0	
AP	25 732 974	24 810 723	96,4%	15 410 984	62,1%	15 410 984	0	0	0	0	9 399 738	37,8%	0	431 942	0	7 765 371	1 027 958	174 466	922 250	3,5%	0	
EX	26 297 993	24 810 723	94,3%	15 410 984	62,1%	15 410 984	0	0	0	0	9 399 738	37,8%	0	431 942	0	7 765 371	1 027 958	174 466	1 487 269	5,6%	0	
1997																						
PR	10 787 217	10 100 351	93,6%	6 809 439	67,4%	6 809 439	0	0	0	0	3 290 912	32,5%	0	448 288	0	2 824 219	0	18 404	686 865	6,3%	0	
AP	10 852 856	9 993 854	92%	6 735 511	67,3%	6 735 511	0	0	0	0	3 258 343	32,6%	0	443 430	0	2 796 964	0	17 948	859 001	7,9%	0	
EX	10 679 735	9 993 854	93,5%	6 735 511	67,3%	6 735 511	0	0	0	0	3 258 343	32,6%	0	443 430	0	2 796 964	0	17 948	685 880	6,4%	0	
1998																						
PR	5 789 526	5 438 475	93,9%	3 973 055	73%	3 973 055	0	0	0	0	1 465 420	26,9%	0	268 912	0	1 141 958	0	54 549	351 051	6%	0	
AP	6 238 115	5 483 558	87,9%	4 007 249	73%	4 007 249	0	0	0	0	1 476 308	26,9%	0	270 499	0	1 151 282	-19	54 547	754 557	12%	0	
EX	5 836 988	5 483 558	93,9%	4 007 249	73%	4 007 249	0	0	0	0	1 476 308	26,9%	0	270 499	0	1 151 282	-19	54 547	353 430	6%	0	
1999																						
PR	5 516 307	4 497 752	81,5%	1 716 727	38,1%	1 716 727	0	0	0	0	2 781 025	61,8%	0	337 948	0	729 805	0	1 713 271	1 018 554	18,4%	0	
AP	1 631 052	1 170 199	71,7%	936 269	80%	936 269	0	0	0	0	233 929	19,9%	0	115 175	0	94 442	0	24 312	460 853	28,2%	0	
EX	1 610 476	1 170 199	72,6%	936 269	80%	936 269	0	0	0	0	233 929	19,9%	0	115 175	0	94 442	0	24 312	440 276	27,3%	0	
2000																						
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
AP	1 398 754	1 313 618	93,9%	993 733	75,6%	993 733	0	0	0	0	319 884	24,3%	0	192 033	0	26 904	0	100 946	85 136	6%	0	
EX	1 433 590	1 313 618	91,6%	993 733	75,6%	993 733	0	0	0	0	319 884	24,3%	0	192 033	0	26 904	0	100 946	119 972	8,3%	0	
2001																						
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
AP	2 777 122	1 873 050	67,4%	1 537 259	82%	1 537 259	0	0	0	0	335 790	17,9%	0	94 158	0	239 251	0	2 379	904 072	32,5%	0	
EX	2 617 117	1 747 827	66,7%	1 430 820	81,8%	1 430 820	0	0	0	0	317 007	18,1%	0	94 158	0	220 468	0	2 379	869 289	33,2%	0	
Total																						

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-02) Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Pot. E

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL (continuação)

Em 1000 x esc

Anos	Custo Total	Despesas Públicas																		Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional													
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras					
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15		16		17	
PR	74 262 295	70 730 618	95,2%	43 352 107	61,2%	43 352 107	0	0	0	0	27 378 511	38,7%	0	2 031 618	0	19 286 178	3 949 055	2 111 659		3 531 677	4,7%	0	
AP	74 729 232	70 743 361	94,6%	45 196 187	63,8%	45 196 187	0	0	0	0	25 547 173	36,1%	0	1 922 017	0	19 140 199	3 958 746	528 210		3 985 871	5,3%	0	
EX	74 574 259	70 618 138	94,6%	45 089 748	63,8%	45 089 748	0	0	0	0	25 528 390	36,1%	0	1 922 017	0	19 121 415	3 958 746	528 210		3 956 120	5,3%	0	

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-03) Qualidade de Vida e Protecção do Meio Ambiente

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL

Em 1000 x esc

Anos	Custo Total	Despesas Públicas																Sector Privado	Empréstimos Comunitários
		Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional										
			Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras		
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9			4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15	16	17
1994																			
PR	834 233	834 233	100%	709 230	85%	709 230	0	0	0	0	125 003	14,9%	0	0	0	125 003	0	0	0	0
AP	828 069	828 069	100%	703 858	85%	703 858	0	0	0	0	124 210	15%	0	0	0	124 210	0	0	0	0
EX	828 069	828 069	100%	703 858	85%	703 858	0	0	0	0	124 210	15%	0	0	0	124 210	0	0	0	0
1995																			
PR	1 857 580	1 857 580	100%	1 556 929	83,8%	1 556 929	0	0	0	0	300 651	16,1%	0	154 788	0	145 862	0	0	0	0
AP	1 871 860	1 871 860	100%	1 569 004	83,8%	1 569 004	0	0	0	0	302 855	16,1%	0	55 192	0	190 715	0	56 948	0	0
EX	1 871 860	1 871 860	100%	1 569 004	83,8%	1 569 004	0	0	0	0	302 855	16,1%	0	55 192	0	190 715	0	56 948	0	0
1996																			
PR	1 749 972	1 749 972	100%	1 457 725	83,2%	1 457 725	0	0	0	0	292 246	16,7%	0	84 406	0	207 839	0	0	0	0
AP	1 759 549	1 759 549	100%	1 465 733	83,3%	1 465 733	0	0	0	0	293 815	16,6%	0	67 061	0	127 423	0	99 330	0	0
EX	1 759 549	1 759 549	100%	1 465 733	83,3%	1 465 733	0	0	0	0	293 815	16,6%	0	67 061	0	127 423	0	99 330	0	0
1997																			
PR	1 020 336	1 020 336	100%	781 398	76,5%	781 398	0	0	0	0	238 937	23,4%	0	24 859	0	214 078	0	0	0	0
AP	1 011 643	1 011 643	100%	774 976	76,6%	774 976	0	0	0	0	236 667	23,3%	0	143 377	0	92 111	0	1 178	0	0
EX	1 011 643	1 011 643	100%	774 976	76,6%	774 976	0	0	0	0	236 667	23,3%	0	143 377	0	92 111	0	1 178	0	0
1998																			
PR	1 372 661	1 372 661	100%	1 034 935	75,3%	1 034 935	0	0	0	0	337 725	24,6%	0	122 995	0	179 424	0	35 305	0	0
AP	1 381 841	1 381 841	100%	1 042 192	75,4%	1 042 192	0	0	0	0	339 649	24,5%	0	123 519	0	166 050	0	50 079	0	0
EX	1 381 841	1 381 841	100%	1 042 192	75,4%	1 042 192	0	0	0	0	339 649	24,5%	0	123 519	0	166 050	0	50 079	0	0
1999																			
PR	4 062 779	4 062 779	100%	3 306 237	81,3%	3 306 237	0	0	0	0	756 542	18,6%	0	480 915	0	275 626	0	0	0	0
AP	672 804	672 804	100%	511 049	75,9%	511 049	0	0	0	0	161 754	24%	0	74 202	0	70 387	0	17 165	0	0
EX	672 804	672 804	100%	511 049	75,9%	511 049	0	0	0	0	161 754	24%	0	74 202	0	70 387	0	17 165	0	0
2000																			
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0
AP	1 103 300	1 103 300	100%	863 700	78,2%	863 700	0	0	0	0	239 600	21,7%	0	108 263	0	83 651	0	47 684	0	0
EX	1 103 300	1 103 300	100%	863 700	78,2%	863 700	0	0	0	0	239 600	21,7%	0	108 263	0	83 651	0	47 684	0	0
2001																			
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0
AP	956 163	956 163	100%	717 122	75%	717 122	0	0	0	0	239 040	24,9%	0	191 922	0	47 243	0	-125	0	0
EX	956 163	956 163	100%	717 122	75%	717 122	0	0	0	0	239 040	25%	0	191 922	0	47 243	0	-125	0	0
Total																			

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-03) Qualidade de Vida e Protecção do Meio Ambiente

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL (continuação)

Em 1000 x esc

Anos	Custo Total	Despesas Públicas																					
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias							Necessidade de Financiamento Público Nacional									Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15		16		17	
PR	10 897 563	10 897 563	100%	8 846 456	81,1%	8 846 456	0	0	0	0	2 051 105	18,8%	0	867 965	0	1 147 835	0	35 305		0		0	
AP	9 585 232	9 585 232	100%	7 647 638	79,7%	7 647 638	0	0	0	0	1 937 593	20,2%	0	763 538	0	901 792	0	272 263		0		0	
EX	9 585 232	9 585 232	100%	7 647 638	79,7%	7 647 638	0	0	0	0	1 937 593	20,2%	0	763 538	0	901 792	0	272 263		0		0	

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-04) Gestão e Acompanhamento do Programa Operacional

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL

Em 1000 x esc

| Anos | Custo Total | Despesas Públicas | | |

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-04) Gestão e Acompanhamento do Programa Operacional

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL (continuação)

Em 1000 x esc

Anos	Custo Total	Despesas Públicas																	Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional												
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	,15	16		17	
PR	189 507	189 507	100%	161 080	84,9%	161 080	0	0	0	0	28 426	15%	0	0	0	28 426	0	0	0		0	
AP	201 861	201 861	100%	171 582	85%	171 582	0	0	0	0	30 279	15%	0	0	0	30 279	0	0	0		0	
EX	190 276	190 276	100%	161 734	85%	161 734	0	0	0	0	28 541	15%	0	0	0	28 541	0	0	0		0	

REALIZAÇÃO FINANCEIRA
- COMPONENTE FEDER -
(EM MIL EUROS)

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL

Em 1000 x euro

Sub-Programas	Custo Total	Despesas Públicas																				
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional							Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15	16		17	
48-01) Qualificação e Valorização do Potencial Humano																						
PR	39 308	39 308	100%	31 481	80%	31 481	0	0	0	0	7 826	19,9%	0	0	0	7 826	0	0	0		0	
AP	39 734	39 734	100%	31 838	80,1%	31 838	0	0	0	0	7 895	19,8%	0	0	0	7 895	0	0	0		0	
EX	39 309	39 309	100%	31 481	80%	31 481	0	0	0	0	7 827	19,9%	0	0	0	7 827	0	0	0		0	
48-02) Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do																						
PR	377 415	359 599	95,2%	220 381	61,2%	220 381	0	0	0	0	139 218	38,7%	0	10 271	0	98 189	20 176	10 580	17 815	4,7%	0	
AP	379 840	359 787	94,7%	229 691	63,8%	229 691	0	0	0	0	130 095	36,1%	0	9 728	0	97 512	20 181	2 673	20 053	5,2%	0	
EX	378 129	358 262	94,7%	228 573	63,8%	228 573	0	0	0	0	129 689	36,1%	0	9 685	0	97 157	20 177	2 670	19 866	5,2%	0	
48-03) Qualidade de Vida e Protecção do Meio Ambiente																						
PR	54 948	54 948	100%	44 622	81,2%	44 622	0	0	0	0	10 325	18,7%	0	4 364	0	5 784	0	176	0		0	
AP	48 380	48 380	100%	38 621	79,8%	38 621	0	0	0	0	9 758	20,1%	0	3 634	0	4 548	0	1 375	0		0	
EX	48 311	48 311	100%	38 567	79,8%	38 567	0	0	0	0	9 743	20,1%	0	3 823	0	4 545	0	1 374	0		0	
48-04) Gestão e Acompanhamento do Programa Operacional																						
PR	958	958	100%	814	84,9%	814	0	0	0	0	143	15%	0	0	0	143	0	0	0		0	
AP	1 019	1 019	100%	866	85%	866	0	0	0	0	152	15%	0	0	0	152	0	0	0		0	
EX	958	958	100%	814	85%	814	0	0	0	0	143	15%	0	0	0	143	0	0	0		0	
Total																						
PR	472 629	454 814	96,2%	297 300	65,3%	297 300	0	0	0	0	157 514	34,6%	0	14 636	0	111 944	20 176	10 756	17 815	3,7%	0	
AP	468 974	448 921	95,7%	301 018	67%	301 018	0	0	0	0	147 903	32,9%	0	13 362	0	110 109	20 181	4 049	20 053	4,2%	0	
EX	466 708	446 841	95,7%	299 437	67%	299 437	0	0	0	0	147 404	32,9%	0	13 508	0	109 673	20 177	4 044	19 866	4,2%	0	

REALIZAÇÃO FINANCEIRA
POR SUB-PROGRAMAS E MEDIDAS
(EM MIL EUROS)

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-01) Qualificação e Valorização do Potencial Humano

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x euro

Medidas	Custo Total	Despesas Públicas																					
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias							Necessidade de Financiamento Público Nacional							Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15	16		17	
48-01-01) Bases do Conhecimento e Inovação																							
PR	39 308	39 308	100%	31 481	80%	31 481	0	0	0	0	7 826	19,9%	0	0	0	7 826	0	0	0		0		
AP	39 734	39 734	100%	31 838	80,1%	31 838	0	0	0	0	7 895	19,8%	0	0	0	7 895	0	0	0		0		
EX	39 309	39 309	100%	31 481	80%	31 481	0	0	0	0	7 827	19,9%	0	0	0	7 827	0	0	0		0		
Total																							
PR	39 308	39 308	100%	31 481	80%	31 481	0	0	0	0	7 826	19,9%	0	0	0	7 826	0	0	0		0		
AP	39 734	39 734	100%	31 838	80,1%	31 838	0	0	0	0	7 895	19,8%	0	0	0	7 895	0	0	0		0		
EX	39 309	39 309	100%	31 481	80%	31 481	0	0	0	0	7 827	19,9%	0	0	0	7 827	0	0	0		0		

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-02) Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Pot. E

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x euro

| Medidas | Custo Total | Despesas Públicas | | |

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-03) Qualidade de Vida e Protecção do Meio Ambiente

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x euro

Medidas	Custo Total	Despesas Públicas: Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias: Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Necessidade de Financiamento Público Nacional: Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras	Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15	16		17	
48-03-01) Aumento e Melhoria da Oferta dos Serviços de Saúde																						
PR	12 511	12 511	100%	10 097	80,7%	10 097	0	0	0	0	2 413	19,2%	0	0	0	2 237	0	176	0		0	
AP	11 505	11 505	100%	8 884	77,2%	8 884	0	0	0	0	2 621	22,7%	0	0	0	2 226	0	395	0		0	
EX	11 500	11 500	100%	8 879	77,2%	8 879	0	0	0	0	2 620	22,7%	0	0	0	2 224	0	395	0		0	
48-03-02) Infraestruturas e Redes de Abastecimento de Água																						
PR	23 044	23 044	100%	18 848	81,7%	18 848	0	0	0	0	4 196	18,2%	0	2 613	0	1 582	0	0	0		0	
AP	20 154	20 154	100%	16 332	81%	16 332	0	0	0	0	3 821	18,9%	0	1 814	0	1 825	0	181	0		0	
EX	20 136	20 136	100%	16 318	81%	16 318	0	0	0	0	3 818	18,9%	0	1 813	0	1 823	0	181	0		0	
48-03-03) Infraestruturas de Saneamento Básico																						
PR	19 393	19 393	100%	15 677	80,8%	15 677	0	0	0	0	3 716	19,1%	0	1 751	0	1 964	0	0	0		0	
AP	16 720	16 720	100%	13 404	80,1%	13 404	0	0	0	0	3 316	19,8%	0	2 019	0	496	0	799	0		0	
EX	16 674	16 674	100%	13 369	80,1%	13 369	0	0	0	0	3 305	19,8%	0	2 010	0	496	0	798	0		0	
48-03-04) Renovação Urbana e Protecção Ambiental																						
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
AP	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
EX	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
Total																						
PR	54 948	54 948	100%	44 622	81,2%	44 622	0	0	0	0	10 325	18,7%	0	4 364	0	5 784	0	176	0		0	
AP	48 380	48 380	100%	38 621	79,8%	38 621	0	0	0	0	9 758	20,1%	0	3 834	0	4 548	0	1 375	0		0	
EX	48 311	48 311	100%	38 567	79,8%	38 567	0	0	0	0	9 743	20,1%	0	3 823	0	4 545	0	1 374	0		0	

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-04) Gestão e Acompanhamento do Programa Operacional

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x euro

Medidas		Custo Total	Despesas Públicas																		Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
			Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias							Necessidade de Financiamento Público Nacional												
					Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras					
		1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15		16		17	
48-04-01) Estudos, Acompanhamento, Avaliação e	PR	958	958	100%	814	84,9%	814	0	0	0	0	143	15%	0	0	0	143	0	0		0		0	
	AP	1 019	1 019	100%	866	85%	866	0	0	0	0	152	15%	0	0	0	152	0	0		0		0	
	EX	958	958	100%	814	85%	814	0	0	0	0	143	15%	0	0	0	143	0	0		0		0	
Total																								
	PR	958	958	100%	814	84,9%	814	0	0	0	0	143	15%	0	0	0	143	0	0		0		0	
	AP	1 019	1 019	100%	866	85%	866	0	0	0	0	152	15%	0	0	0	152	0	0		0		0	
	EX	958	958	100%	814	85%	814	0	0	0	0	143	15%	0	0	0	143	0	0		0		0	

REALIZAÇÃO FINANCEIRA
COMPONENTE FEDER – POR ANOS
(EM MIL EUROS)

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL

Em 1000 x euro

| Anos | | Custo Total | Despesas Públicas | | |

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL (continuação)

Em 1000 x euro

| Anos | Custo Total | Despesas Públicas | | |

REALIZAÇÃO FINANCEIRA
SUB-PROGRAMAS – POR ANOS
(EM MIL EUROS)

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-01) Qualificação e Valorização do Potencial Humano

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL

Em 1000 x euro

Anos	Custo Total	Despesas Públicas																		Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias							Necessidade de Financiamento Público Nacional												
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15		16		17	
1994																							
PR	1 706	1 706	100%	1 302	76,3%	1 302	0	0	0	0	404	23,6%	0	0	0	404	0	0		0		0	
AP	1 703	1 703	100%	1 299	76,3%	1 299	0	0	0	0	403	23,6%	0	0	0	403	0	0		0		0	
EX	1 706	1 706	100%	1 302	76,3%	1 302	0	0	0	0	404	23,6%	0	0	0	404	0	0		0		0	
1995																							
PR	5 143	5 143	100%	4 014	78%	4 014	0	0	0	0	1 129	21,9%	0	0	0	1 129	0	0		0		0	
AP	5 160	5 160	100%	4 026	78%	4 026	0	0	0	0	1 133	21,9%	0	0	0	1 133	0	0		0		0	
EX	5 143	5 143	100%	4 014	78%	4 014	0	0	0	0	1 129	21,9%	0	0	0	1 129	0	0		0		0	
1996																							
PR	4 883	4 883	100%	3 676	75,2%	3 676	0	0	0	0	1 207	24,7%	0	0	0	1 207	0	0		0		0	
AP	4 875	4 875	100%	3 670	75,2%	3 670	0	0	0	0	1 205	24,7%	0	0	0	1 205	0	0		0		0	
EX	4 883	4 883	100%	3 676	75,2%	3 676	0	0	0	0	1 207	24,7%	0	0	0	1 207	0	0		0		0	
1997																							
PR	20 588	20 588	100%	17 087	82,9%	17 087	0	0	0	0	3 501	17%	0	0	0	3 501	0	0		0		0	
AP	21 008	21 008	100%	17 439	83%	17 439	0	0	0	0	3 569	16,9%	0	0	0	3 569	0	0		0		0	
EX	20 588	20 588	100%	17 087	82,9%	17 087	0	0	0	0	3 501	17%	0	0	0	3 501	0	0		0		0	
1998																							
PR	6 726	6 726	100%	5 206	77,3%	5 206	0	0	0	0	1 520	22,6%	0	0	0	1 520	0	0		0		0	
AP	6 725	6 725	100%	5 206	77,4%	5 206	0	0	0	0	1 519	22,5%	0	0	0	1 519	0	0		0		0	
EX	6 726	6 726	100%	5 206	77,4%	5 206	0	0	0	0	1 519	22,5%	0	0	0	1 519	0	0		0		0	
1999																							
PR	259	259	100%	194	75%	194	0	0	0	0	64	24,9%	0	0	0	64	0	0		0		0	
AP	259	259	100%	194	75%	194	0	0	0	0	64	25%	0	0	0	64	0	0		0		0	
EX	259	259	100%	194	75%	194	0	0	0	0	64	25%	0	0	0	64	0	0		0		0	
2000																							
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0		0	
AP	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0		0	
EX	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0		0	
2001																							
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0		0	
AP	1	1	100%	0	75%	0	0	0	0	0	0	25%	0	0	0	0	0	0		0		0	
EX	0	0	100%	0	75%	0	0	0	0	0	0	24,9%	0	0	0	0	0	0		0		0	
Total																							

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-01) Qualificação e Valorização do Potencial Humano

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL (continuação)

Em 1000 x euro

Anos	Custo Total	Despesas Públicas																					
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias							Necessidade de Financiamento Público Nacional									Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15	16		17	
PR	39 308	39 308	100%	31 481	80%	31 481	0	0	0	0	7 826	19,9%	0	0	0	7 826	0	0	0		0	
AP	39 734	39 734	100%	31 838	80,1%	31 838	0	0	0	0	7 895	19,8%	0	0	0	7 895	0	0	0		0	
EX	39 309	39 309	100%	31 481	80%	31 481	0	0	0	0	7 827	19,9%	0	0	0	7 827	0	0	0		0	

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-02) Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Pot. E

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL

Em 1000 x euro

| Anos | Custo Total | Despesas Públicas | | |

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-02) Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Pot. E

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL (continuação)

Em 1000 x euro

| Anos | Custo Total | Despesas Públicas | | |

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-03) Qualidade de Vida e Protecção do Meio Ambiente

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL

Em 1000 x euro

| Anos | Custo Total | Despesas Públicas | | |

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-03) Qualidade de Vida e Protecção do Meio Ambiente

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL (continuação)

Em 1000 x euro

Anos	Custo Total	Despesas Públicas																							
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias							Necessidade de Financiamento Público Nacional										Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras						
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15			16		17	
PR	54 948	54 948	100%	44 622	81,2%	44 622	0	0	0	0	10 325	18,7%	0	4 364	0	5 784	0	176			0		0	
AP	48 380	48 380	100%	38 621	79,8%	38 621	0	0	0	0	9 758	20,1%	0	3 834	0	4 548	0	1 375			0		0	
EX	48 311	48 311	100%	38 567	79,8%	38 567	0	0	0	0	9 743	20,1%	0	3 823	0	4 545	0	1 374			0		0	

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-04) Gestão e Acompanhamento do Programa Operacional

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL

Em 1000 x euro

Anos	Custo Total	Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional							Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
		Total Despesas Públicas		Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15	16		17	
1994																						
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
AP	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
EX	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
1995																						
PR	106	106	100%	90	85%	90	0	0	0	0	15	15%	0	0	0	15	0	0	0		0	
AP	107	107	100%	91	85%	91	0	0	0	0	16	15%	0	0	0	16	0	0	0		0	
EX	106	106	100%	90	85%	90	0	0	0	0	15	15%	0	0	0	15	0	0	0		0	
1996																						
PR	363	363	100%	308	84,9%	308	0	0	0	0	54	15%	0	0	0	54	0	0	0		0	
AP	363	363	100%	309	85%	309	0	0	0	0	54	15%	0	0	0	54	0	0	0		0	
EX	363	363	100%	308	85%	308	0	0	0	0	54	15%	0	0	0	54	0	0	0		0	
1997																						
PR	172	172	100%	146	84,9%	146	0	0	0	0	25	15%	0	0	0	25	0	0	0		0	
AP	175	175	100%	149	85%	149	0	0	0	0	26	15%	0	0	0	26	0	0	0		0	
EX	172	172	100%	146	85%	146	0	0	0	0	25	15%	0	0	0	25	0	0	0		0	
1998																						
PR	275	275	100%	234	85%	234	0	0	0	0	41	14,9%	0	0	0	41	0	0	0		0	
AP	275	275	100%	233	85%	233	0	0	0	0	41	15%	0	0	0	41	0	0	0		0	
EX	275	275	100%	234	85%	234	0	0	0	0	41	15%	0	0	0	41	0	0	0		0	
1999																						
PR	39	39	100%	33	85%	33	0	0	0	0	5	14,9%	0	0	0	5	0	0	0		0	
AP	140	140	100%	119	85%	119	0	0	0	0	21	15%	0	0	0	21	0	0	0		0	
EX	140	140	100%	119	85%	119	0	0	0	0	21	15%	0	0	0	21	0	0	0		0	
2000																						
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
AP	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
EX	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
2001																						
PR	0	0		0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0		0	
AP	-42	-42	100%	-36	85%	-36	0	0	0	0	-6	15%	0	0	0	-6	0	0	0		0	
EX	-100	-100	100%	-85	85%	-85	0	0	0	0	-15	15%	0	0	0	-15	0	0	0		0	
Total																						

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-04) Gestão e Acompanhamento do Programa Operacional

Todos os anos

PR; AP; EX - Apuramento por Anos / PR REAL (continuação)

Em 1000 x euro

Anos	Custo Total	Despesas Públicas																		Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias							Necessidade de Financiamento Público Nacional												
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras					
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15		16		17	
PR	958	958	100%	814	84,9%	814	0	0	0	0	143	15%	0	0	0	143	0	0		0		0	
AP	1 019	1 019	100%	866	85%	866	0	0	0	0	152	15%	0	0	0	152	0	0		0		0	
EX	958	958	100%	814	85%	814	0	0	0	0	143	15%	0	0	0	143	0	0		0		0	

TAXAS DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA
- COMPONENTE FEDER -

AP / PR; EX / PR; EX / AP - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL

Em 1000 x euro

| Sub-Programas | Custo Total | Despesas Públicas | | |

TAXAS DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA POR SUBPROGRAMAS / MEDIDAS

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-01) Qualificação e Valorização do Potencial Humano

Todos os anos

AP / PR; EX / PR; EX / AP - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x euro

Medidas	Custo Total	Despesas Públicas														Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
		Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional										
			Total	FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16		17	
48-01-01) Bases do Conhecimento e Inovação																			
AP / PR	101%	101%	101,1%	101,1%					100,8%				100,8%						
EX / PR	100%	100%	100%	100%					100%				100%						
EX / AP	98,9%	98,9%	98,8%	98,8%					99,1%				99,1%						
Total																			
AP / PR	101%	101%	101,1%	101,1%					100,8%				100,8%						
EX / PR	100%	100%	100%	100%					100%				100%						
EX / AP	98,9%	98,9%	98,8%	98,8%					99,1%				99,1%						

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-02) Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Pot. E

Todos os anos

AP / PR; EX / PR; EX / AP - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x euro

Medidas	Custo Total	Despesas Públicas															Sector Privado	Empréstimos Comunitários
		Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional									
			Total	FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras		
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17
48-02-01) Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento																	
AP / PR	100,5%	100,5%	100,2%	100,2%					100,8%		124,7%		99%	100%			
EX / PR	100,2%	100,2%	99,9%	99,9%					100,6%		124,2%		98,8%	100%			
EX / AP	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%					99,7%		99,6%		99,7%	99,9%			
48-02-02) Desenvolvimento da Indústria e do Artesanato																	
AP / PR	62,8%	62,8%	100%	100%					29,9%				75,4%		25,2%		
EX / PR	62,8%	62,8%	100%	100%					29,9%				75,4%		25,2%		
EX / AP	99,9%	99,9%	99,9%	99,9%					99,8%				99,9%		99,8%		
48-02-03) Valorização e Aproveitamento do Potencial																	
AP / PR	120,9%	120,9%	136,2%	136,2%					83,2%		36,9%		149,6%				
EX / PR	120,5%	120,5%	135,9%	135,9%					83%		36,6%		149,3%				
EX / AP	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%					99,6%		99,2%		99,8%				
48-02-06) Mobilização do Potencial de Iniciativa Endógena																	
AP / PR	107,6%	106%	112,1%	112,1%					93,9%				93,9%			112,5%	
EX / PR	106,3%	104,2%	109,9%	109,9%					92,9%				92,9%			111,5%	
EX / AP	98,5%	98,3%	98%	98%					98,9%				98,9%			99%	
Total																	
AP / PR	100,6%	100%	104,2%	104,2%					93,4%		94,7%		99,3%	100%	25,2%	112,5%	
EX / PR	100,1%	99,6%	103,7%	103,7%					93,1%		94,2%		98,9%	100%	25,2%	111,5%	
EX / AP	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%					99,6%		99,5%		99,6%	99,9%	99,8%	99%	

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-03) Qualidade de Vida e Protecção do Meio Ambiente

Todos os anos

AP / PR; EX / PR; EX / AP - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x euro

Medidas	Custo Total	Despesas Públicas															Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
		Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional											
			Total	FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16		17	
48-03-01) Aumento e Melhoria da Oferta dos Serviços de Saúde																			
AP / PR	91,9%	91,9%	87,9%	87,9%					108,5%				99,4%		224,4%				
EX / PR	91,9%	91,9%	87,9%	87,9%					108,5%				99,4%		224,3%				
EX / AP	99,9%	99,9%	99,9%	99,9%					99,9%				99,9%		99,9%				
48-03-02) Infraestruturas e Redes de Abastecimento de Água																			
AP / PR	87,4%	87,4%	86,6%	86,6%					91%		69,4%		115,3%						
EX / PR	87,3%	87,3%	86,5%	86,5%					91%		69,3%		115,2%						
EX / AP	99,9%	99,9%	99,9%	99,9%					99,9%		99,9%		99,9%		100%				
48-03-03) Infraestruturas de Saneamento Básico																			
AP / PR	86,2%	86,2%	85,5%	85,5%					89,2%		115,3%		25,2%						
EX / PR	85,9%	85,9%	85,2%	85,2%					88,9%		114,7%		25,2%						
EX / AP	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%					99,6%		99,5%		100%		99,8%				
48-03-04) Renovação Urbana e Protecção Ambiental																			
AP / PR																			
EX / PR																			
EX / AP																			
Total																			
AP / PR	88%	88%	86,5%	86,5%					94,5%		87,8%		78,6%		781,2%				
EX / PR	87,9%	87,9%	86,4%	86,4%					94,3%		87,5%		78,5%		780,6%				
EX / AP	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%					99,8%		99,7%		99,9%		99,9%				

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Fundos: FEDER
Eixo: 4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
Programa: 48) REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Program 48-04) Gestão e Acompanhamento do Programa Operacional

Todos os anos

AP / PR; EX / PR; EX / AP - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x euro

Medidas	Custo Total	Despesas Públicas																						
		Total Despesas Públicas		Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional										Sector Privado		Empréstimos Comunitários	
				Total		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total		Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9		3 = 4 a 8		4	5	6	7	8	9 = 10 a 15		10	11	12	13	14	15	16		17	
48-04-01) Estudos, Acompanhamento, Avaliação e																						
AP / PR	106,4%	106,4%		106,4%		106,4%					106,4%					106,4%						
EX / PR	100%	100%		100%		100%					100%					100%						
EX / AP	93,9%	93,9%		93,9%		93,9%					93,9%					93,9%						
Total																						
AP / PR	106,4%	106,4%		106,4%		106,4%					106,4%					106,4%						
EX / PR	100%	100%		100%		100%					100%					100%						
EX / AP	93,9%	93,9%		93,9%		93,9%					93,9%					93,9%						

EXECUÇÃO FÍSICA

INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICA
- COMPONENTE FEDER -

Programa : REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

INDICADORES FÍSICOS		unidade	prog.	% real.	unidades concluídas	invest.
INFRAESTRUTURAS EDUCACIONAIS						
● Ensino Básico						
	Construção de Escolas Básicas/C+S	nº	4	90,05	4	0
	terreno	m2	6300	100,0	6300	13 500 000
	construção	m2	12784	100,0	12784	1 653 762 000
	equipamento	%	500	80,00	400	0
	outros	%	400	100,0	400	351 803 000
	Laboratórios	nº	37		1	0
	Cantinas	nº	4		4	0
	Salas de Aula	nº	74		74	0
	Capacidade	nº	2950		1750	0
● Ensino Secundário						
	Construção de Escolas Secundárias	nº		0,00		0
	equipamento	%	100	0,00		0
	Laboratórios	nº	76			0
	Remodelação/Ampliação de Escolas Secundárias	nº	1	100,0	1	125 000 000
	obras de remodelação	m2	968	100,0	968	102 125 000
	equipamento	%	100	100,0	100	7 375 000
	outros	%	100	100,0	100	15 500 000
	Laboratórios	nº	2		2	0
	Salas de Aula	nº	14		14	0
	Capacidade	nº	420		420	0
● Ensino Profissional						
	Construção de Escolas Profissionais	nº	2	100,0	1	2 000 000 000
	projecto técnico	nº	1	100,0	1	44 334 000
	construção	m2	14934,16	100,0	14934,16	1 510 913 000
	equipamento	%	200	100,0	200	256 800 000
	outros	%	200	100,0	200	187 953 000
	Laboratórios	nº	4		4	0
	Cantinas	nº	1		1	0
	Salas de Aula	nº	51		27	0
	Capacidade	nº	1350		1000	0
● Ensino Superior Universitário						
	Const. de Escolas do Ensino Superior Universitário	nº	1	100,0	1	2 147 483 647
	projecto técnico	nº	1	100,0	1	33 000 000
	construção	m2	28235	100,0	28235	2 147 483 647
	equipamento	%	100	100,0	100	874 200 000
	outros	%	100	100,0	100	63 160 000
	Salas de Aula	nº	45		45	0
	Capacidade	nº	2580		2580	0
INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS						
● Estradas Municipais/Caminhos Municipais (EM/CM)						
	Construção de EM/CM	Km	46,41	89,69	29,79	1 421 682 000
	terraplenagens	m3	247746	95,17	234216	189 185 000
	pavimentação	m2	321957	83,06	267957	206 601 000
	sinalização	nº	54	100,0	54	556 000
	sinalização horizontal	metros	2246	100,0	2246	760 000
	obras de arte	nº	63	100,0	63	461 385 000
	outros	%	800	70,37	350	180 285 000
	terrenos	m2	10000	100,0	10000	176 200 000
	muros de suporte/protecção	m3	124212	95,48	118592	0
	muros de canalização/regularização	m3	23338	100,0	23338	644 010 000
	Remodelação de EM/CM	Km	6,18	41,56		0
	terraplenagens	m3	96089	40,01	44081	0
	drenagem	metros	6512	23,96	1667,72	0
	pavimentação	m2	90400	29,96	26121	0
	sinalização	nº	184	0,00		0
	sinalização horizontal	metros	7790	9,54	660	0
	segurança	metros	400	15,00	60	0
	muros de suporte	metros	2950	18,53	546,5	0
	outros	%	200	10,65	18	0
	terrenos	m2	14800	78,94	10260	75 400 000
	muros de suporte/protecção	m3	6050	113,3	6859	0
● Estradas Regionais/Caminhos Regionais (ER/CR)						
	Construção de ER/CR	Km	17,885	99,99	17,885	0
	terraplenagens	m3	1050001,0	100,0	1050001,04	1 958 845 000
	drenagem	metros	8865	100,0	8865	102 940 000
	pavimentação	m2	361590	100,0	361590	2 147 483 647
	sinalização	nº	575	100,0	575	28 219 000
	sinalização horizontal	metros	122307	100,0	122307	23 620 000
	segurança	metros	17707	100,0	17707	179 390 000
	obras de arte	nº	48	100,0	48	2 147 483 647
	outros	%	600	99,83	599	0
	terrenos	m2	278680	100,0	278680	1 055 000 000
	projecto técnico	nº	1	100,0	1	145 000 000
	muros de suporte/regularização	m3	12970,9	100,0	12970,9	576 020 000
● Rede Viária Urbana						
	Construção da Rede Viária Urbana	Km	,75	100,0	,75	2 147 483 647
	terraplenagens	m3	64787	100,0	64787	639 850 000
	drenagem	metros	2570	100,0	2570	31 000 000
	pavimentação	m2	9200	100,0	9200	149 041 000

Programa : REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

INDICADORES FÍSICOS		unidade	prog.	% real.	unidades concluídas	invest.
	segurança	metros	426	100,0	426	11 100 000
	obras de arte	nº	3	100,0	3	734 869 000
	outros	%	100	100,0	100	420 510 000
	muros de suporte/protecção	m3	3300	100,0	3300	251 630 000
• Parques de Estacionamento						
	Construção de Parques de Estacionamento	nº	3		3	0
	Lugares	nº	120		120	0
	área	m2	3700		3700	0
INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS						
• Terminais Portuários						
	Construção de Terminais Portuários	nº	2	74,65		0
	dragagens	m3	48816,79	65,63	32036,1	0
	enrocamentos	m3	98216,66	79,83	78409,42	0
	colocação de betão	m3	16315,31	73,13	11931,69	0
	pavimentação	m2	11255	22,22	2501	0
	outros	%	100	4,00	4	0
	Construção de Cais	metros	162,2		162,2	0
	Ampliação/Benefiação de Terminais Portuários	nº	2	98,28		0
	dragagens	m3	94178	60,05	56550	0
	enrocamentos	m3	86871	104,3	90654	0
	aterros	m3	85673	100,0	85673	78 778 000
	colocação de betão	m3	44775	122,4	54816	0
	pavimentação	m2	10857	99,43	10795,115	0
	redes gerais de serviços	metros	1024	62,31	638,054	0
	construção	m2	11	94,56	10,401	0
	outros	%	200	64,86	129,71	0
	equipamento	%	100	93,12	93,12	0
• Domínio Público Marítimo						
	Reconv./Arranjo de Áreas do Domínio Público Marítimo	nº	1	99,54	1	0
	terraplenagens	m3	20266	100,0	20266	28 719 000
	redes gerais de serviços	metros	5187	98,07	5087	0
	pavimentação	m2	6480	100,0	6480	66 393 600
	vedações	metros	1489	100,0	1489	7 633 900
	zonas verdes	m2	4519	100,0	4519	14 100 000
	outros	%	100	100,0	100	111 379 500
INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES						
• Telecomunicações						
	Telefones instalados	nº	20	0,00		0
	Equipamento informático	nº	592	10,14	255	28 356 630
	hardware	nº	592	11,56	255	22 946 672
	software	nº	954	6,67	44	5 409 958
	Equipamento de Transmissão	nº	47	0,51		0
	equipamento de transmissão	nº	47	0,00		0
	outros	%	100	0,60	,6	0
	Capacidade/circuitos	nº	47			0
INFRAESTRUTURAS ENERGÉTICAS						
• Produção de Energia através de Fontes Renováveis						
	Centrais Hídroeléctricas Apoiadas	nº	1	100,0	1	2 147 483 647
	construção cívil	m2	6800	100,0	6800	1 316 000 000
	equipamento	%	100	100,0	100	976 000 000
	túneis	metros	5900	100,0	5900	2 147 483 647
	outros	%	100	100,0	100	1 617 623 000
	Potência Instalada	MVA	30		30	0
	Caminhos	Km	,5	100,0	,5	216 209 000
• Rede de Distribuição de Energia Eléctrica						
	Remodelação de Centrais Termo-Eléctricas	nº	1	100,0	1	2 048 663 000
	construção cívil	m2	370	100,0	370	310 500 000
	equipamento	%	100	100,0	100	1 589 027 000
	outros	%	100	100,0	100	149 136 000
	Potência instalada	MVA	14			0
	Rede de Iluminação Pública	Km	12,092	56,92	8,283	0
	rede	Km	12,092	71,32	8,283	0
	postos de iluminação	nº	383	40,89	181	0
APOIO À ACTIVIDADE PRODUTIVA						
• Estudos/Auditorias/Diagnósticos						
	Estudos	nº	1	100,0	1	10 000 000
• Acções de Marketing/Promoção/Divulgação						
	Acções de Promoção/Divulgação	nº	110	73,51	31	0
	aplicações relevantes realizadas	%	1000	69,45	621	0
	Empresas participantes	nº	10			0
	feiras	nº	234	42,74	100	0
• Acesso a Mercados						
	Organização de Mostras no Exterior	nº	17	47,06	8	0
	organ. Mostras no Exterior	nº	17	47,06	8	0
	Participação em Feiras	nº	25	80,00	20	0
	participação em feiras	nº	25	80,00	20	0
• Desenvolvimento Económico Regional						
	Construção de Loteamentos e Zonas Indústriais	nº	3	54,90	2	0
	terreno	ha	18	100,0	18	139 045 000

Programa : REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

INDICADORES FÍSICOS		unidade	prog.	% real.	unidades concluídas	invest.
	arruamentos	metros	7440	69,09	5140	0
	rede de água	metros	8060	64,02	5160	0
	rede de águas residuais	metros	8442	73,94	6242	0
	rede eléctrica	metros	16100	70,19	11300	0
	rede de telecomunicações	metros	7500	48,00	3600	0
	outros	%	200	95,00	190	0
	Área	ha	16,7			0
	projecto técnico	nº	3	133,3	4	0
	terraplanagens e plataformas	m2	320000	23,44	75000	0
	pavilhões industriais	nº	2	100,0	2	317 000 000
	Construção de Parques/Pav. de Exposições	nº	1	100,0	1	2 147 483 647
	terreno	m2	19735	100,0	19735	173 300 000
	construção civil	m2	17300	100,0	17300	2 147 483 647
	equipamento	%	100	100,0	100	500 000 000
	outros	%	100	100,0	100	115 000 000
SISTEMAS DE INCENTIVOS						
● Indústria						
	Projectos Transitados Apoiados	nº	2	99,96	1	0
	aplicações relevantes realizadas	%	200	99,00	198	0
	Pequenos Projectos de Modernização Indústrial	nº	80	42,69	14	0
	aplicações relevantes realizadas	%	8000	46,11	3689,1	0
INFRAESTRUTURAS TURÍSTICAS/CULTURAIS/RECREATIVAS						
● Infraestruturas Turísticas						
	Construção de Infraestruturas Turísticas	nº	1	100,0	1	107 900 000
	Área de Construção	m2	1400		1400	0
	construção infr. turisticas	nº	1	100,0	1	107 900 000
	Projecto Técnico	nº	2	100,0	2	23 100 000
● Reabilitação e Valorização Urbana						
	Recuperação de Centros/Zonas Históricas	nº	1	0,00		0
	Área	m2	800		660	0
	recuperação de Centros/Zonas históricas	nº	1	0,00		0
	Recuperação de Edifícios/Monumentos	nº	1	86,93		0
	construção	m2	1230	127,7	1571,325	0
	equipamento	%	100	36,85	36,85	0
	outros	%	100	9,77	9,77	0
	Arranjos Urbanísticos	nº	1	0,00		0
	Área	m2	10000		3300	0
	arranjos urbanísticos	nº	1	0,00		0
	projecto técnico	nº	1	0,00		0
● Acções de Divulgação e Promoção						
	Materiais Promocionais	nº	6156	44,22		0
	edição de publicações	nº	68	41,18	28	0
	video	nº	1	100,0	1	8 000 000
	posters	nº	19	63,16	12	0
	Acções de Promoção/Divulgação	nº	5	80,00	4	0
	Empresas Participantes	nº	28		23	0
	acções de promoção/divulgação	nº	5	80,00	4	0
	Participação em Feiras e Certames	nº	6	100,0	6	31 000 000
	Entidades Participantes	nº	20		20	0
	participação em feiras e certames	nº	6	100,0	6	31 000 000
AMBIENTE						
● Valorização/Protecção da Faixa Costeira						
	Linha de Costa intervencionada	Km	9	100,0		10 329 000
	equipamento	%	100	100,0	100	10 329 000
	Zona de Costa intervencionada	ha	2,2	0,00		0
	Enrocamentos	m3	47245	100,0	47245	269 626 877
● Conserv./Valoriz. Patrim. Nat. e Melhoria Qualid. Amb.						
	Área com interesse paisagístico recuperada	m2	18000	100,0	18000	265 000 000
	construção	m2	850	100,0	850	56 400 000
	outros	%	100	100,0	100	208 600 000
SANEAMENTO BÁSICO						
● Abastecimento de Água						
	Captações	nº	15	91,94	11	0
	outros	%	100	100,0	100	11 750 000
	captações	nº	15	73,33	11	0
	ETA	nº	7	99,02	3	0
	construção civil	m2	4590	99,56	4570	0
	equipamento	%	300	66,67	200	0
	outros	%	200	100,0	200	146 850 000
	Água Tratada	m3	100660		99360	0
	População Servida	nº	252000		245000	0
	Estação elevatória	nº	1	84,00		0
	construção civil	m2	20	100,0	20	2 000 000
	equipamento	%	100	80,00	80	0
	Reservatório	nº	23	89,75	13,25	18 135 000
	Capacidade	m3	9430		8500	0
	reservatório	nº	20	66,83	13,25	18 135 000
	Distribuição de Água	metros	178735	69,82	114246	0
	conduta adutora	metros	38425	90,83	34900	0

Programa : REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

INDICADORES FÍSICOS		unidade	prog.	% real.	unidades concluídas	Invest.
	rede de distribuição	metros	145435	71,76	105346	0
	População Servida	nº	55200		13700	0
	Projecto Técnico	nº	2	0,00		0
	Terrenos	m2		0,00		0
• Águas Residuais						
	ETAR (primária)	nº	1	36,40		0
	construção cívil	m2	400	50,00	200	0
	equipamento	%	100	10,00	10	0
	Caudal tratado	m3/s	5000			0
	ETAR (secundária)	nº	2	0,00		0
	outros	%	100	0,00		0
	Estação Elevatória	nº	4	75,56	2	77 299 000
	construção cívil	m2	94	100,0	94	23 836 000
	equipamento	%	200	100,0	200	48 463 000
	outros	%	200	16,67	100	5 000 000
	Águas Residuais Domésticas	metros	76565	54,37	42982,5	0
	rede de águas residuais	metros	72515	52,84	38932,5	0
	colector geral	metros	4400	100,0	4400	249 085 000
	emissário submarino	metros	400	0,00		0
	População servida	nº	30700		10900	0
	Águas Pluviais	metros	4070	67,53	2970	0
	rede de águas pluviais	metros	4070	72,97	2970	0
• Residuos Sólidos						
	Centros de Transferência	nº	1	100,0	1	322 000 000
	Equipamento de Recolha	nº	62	100,0	62	678 710 000
	Contentores	nº	7637	100,0	7637	352 822 000
	Capacidade Unitária	m3	3060			0
	contentores	nº	7637	100,0	7637	352 822 000
SAÚDE						
• Remodelação de Hospitais						
	Construção	%	100	100,0	100	44 045 877
	constução cívil	%	100	100,0	100	44 045 877
	Equipamento	%	100	98,00	98	0
	equipamento geral	%	100	98,00	98	0
	População Servida	nº	250000			0
• Construção de Centros de Saúde						
	Construção de Centros de Saúde	nº	4		2	0
	Construção	%	400	95,00	380	0
	Arranjos Exteriores	%	200	81,00	162	0
	Equipamento	%	200	50,00	100	0
	Outros	%	100	90,00	90	0
	População Servida	nº	44500			0
• Remodelação de Centros de Saúde						
	Arranjos Exteriores	%	100	90,00	90	0
	População Servida	nº	25000			0
PESCAS						
• Infraestruturas para a Pesca						
	Obras de Beneficiação em Portos de Pesca	nº	2	89,73	1	0
	enrocamentos	m3	26533	100,0	26533	217 279 000
	blocos artificiais de betão	m3	5537	98,33	5444,383	0
	betão armado	m3	1683	100,0	1683	59 804 000
	quebramento de rocha	m3	1308	100,0	1308	34 182 000
	aterros	m3	210928	100,0	210928	194 867 000
	retenções marginais	m3	342	100,0	342	13 638 000
	pavimentações	m2	22235	68,76	15288,419	0
	redes de serviço	metros	9713	58,98	5728,727	0
	outros	%	200	96,74	193,47	0
	Construção de Cais	metros	60		60	0
	Construção de Postos de Acostagem	nº	2		2	0
	Varadouros/rampas	nº	1	86,60	,866	0
ASSISTÊNCIA TÉCNICA						
• Candidaturas						
	Candidaturas	%	600	61,67	370	0

Programa : REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Programa : Qualificação e Valorização do Potencial Humano

INDICADORES FÍSICOS		unidade	prog.	% real.	unidades concluídas	invest.
INFRAESTRUTURAS EDUCACIONAIS						
● Ensino Básico						
	Construção de Escolas Básicas/C+S	nº	4	90,05	4	0
	terreno	m2	6300	100,0	6300	13 500 000
	construção	m2	12784	100,0	12784	1 653 762 000
	equipamento	%	500	80,00	400	0
	outros	%	400	100,0	400	351 803 000
	Laboratórios	nº	37		1	0
	Cantinas	nº	4		4	0
	Salas de Aula	nº	74		74	0
	Capacidade	nº	2950		1750	0
● Ensino Secundário						
	Construção de Escolas Secundárias	nº		0,00		0
	equipamento	%	100	0,00		0
	Laboratórios	nº	76			0
	Remodelação/Ampliação de Escolas Secundárias	nº	1	100,0	1	125 000 000
	obras de remodelação	m2	968	100,0	968	102 125 000
	equipamento	%	100	100,0	100	7 375 000
	outros	%	100	100,0	100	15 500 000
	Laboratórios	nº	2		2	0
	Salas de Aula	nº	14		14	0
	Capacidade	nº	420		420	0
● Ensino Profissional						
	Construção de Escolas Profissionais	nº	2	100,0	1	2 000 000 000
	projecto técnico	nº	1	100,0	1	44 334 000
	construção	m2	14934,16	100,0	14934,16	1 510 913 000
	equipamento	%	200	100,0	200	256 800 000
	outros	%	200	100,0	200	187 953 000
	Laboratórios	nº	4		4	0
	Cantinas	nº	1		1	0
	Salas de Aula	nº	51		27	0
	Capacidade	nº	1350		1000	0
● Ensino Superior Universitário						
	Const. de Escolas do Ensino Superior Universitário	nº	1	100,0	1	2 147 483 647
	projecto técnico	nº	1	100,0	1	33 000 000
	construção	m2	28235	100,0	28235	2 147 483 647
	equipamento	%	100	100,0	100	874 200 000
	outros	%	100	100,0	100	63 160 000
	Salas de Aula	nº	45		45	0
	Capacidade	nº	2580		2580	0
INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES						
● Telecomunicações						
	Telefones instalados	nº	20	0,00		0
	Equipamento informático	nº	337	0,00		0
	hardware	nº	337	0,00		0
	software	nº	910	0,00		0
	Equipamento de Transmissão	nº	47	0,51		0
	equipamento de transmissão	nº	47	0,00		0
	outros	%	100	0,60	,6	0
	Capacidade/circuitos	nº	47			0

FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL

Programa : REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Programa : Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Pol. Endógeno

INDICADORES FÍSICOS		unidade	prog.	% real.	unidades concluídas	Invest.
INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS						
● Estradas Municipais/Caminhos Municipais (EM/CM)						
	Construção de EM/CM	Km	46,41	89,69	29,79	1 421 682 000
	terraplenagens	m3	247746	95,17	234216	189 185 000
	pavimentação	m2	321957	83,06	267957	206 601 000
	sinalização	nº	54	100,0	54	556 000
	sinalização horizontal	metros	2246	100,0	2246	760 000
	obras de arte	nº	63	100,0	63	461 385 000
	outros	%	800	70,37	350	180 285 000
	terrenos	m2	10000	100,0	10000	176 200 000
	muros de suporte/protecção	m3	124212	95,48	118592	0
	muros de canalização/regularização	m3	23338	100,0	23338	644 010 000
	Remodelação de EM/CM	Km	6,18	41,56		0
	terraplenagens	m3	96089	40,01	44081	0
	drenagem	metros	6512	23,96	1667,72	0
	pavimentação	m2	90400	29,96	26121	0
	sinalização	nº	184	0,00		0
	sinalização horizontal	metros	7790	9,54	660	0
	segurança	metros	400	15,00	60	0
	muros de suporte	metros	2950	18,53	546,5	0
	outros	%	200	10,65	18	0
	terrenos	m2	14800	78,94	10260	75 400 000
	muros de suporte/protecção	m3	6050	113,3	6859	0
● Estradas Regionais/Caminhos Regionais (ER/CR)						
	Construção de ER/CR	Km	17,885	99,99	17,885	0
	terraplenagens	m3	1050001,0	100,0	1050001,04	1 958 845 000
	drenagem	metros	8865	100,0	8865	102 940 000
	pavimentação	m2	361590	100,0	361590	2 147 483 647
	sinalização	nº	575	100,0	575	28 219 000
	sinalização horizontal	metros	122307	100,0	122307	23 620 000
	segurança	metros	17707	100,0	17707	179 390 000
	obras de arte	nº	48	100,0	48	2 147 483 647
	outros	%	600	99,83	599	0
	terrenos	m2	278680	100,0	278680	1 055 000 000
	projecto técnico	nº	1	100,0	1	145 000 000
	muros de suporte/regularização	m3	12970,9	100,0	12970,9	576 020 000
● Rede Viária Urbana						
	Construção da Rede Viária Urbana	Km	,75	100,0	,75	2 147 483 647
	terraplenagens	m3	64787	100,0	64787	639 850 000
	drenagem	metros	2570	100,0	2570	31 000 000
	pavimentação	m2	9200	100,0	9200	149 041 000
	segurança	metros	426	100,0	426	11 100 000
	obras de arte	nº	3	100,0	3	734 869 000
	outros	%	100	100,0	100	420 510 000
	muros de suporte/protecção	m3	3300	100,0	3300	251 630 000
● Parques de Estacionamento						
	Construção de Parques de Estacionamento	nº	3		3	0
	Lugares	nº	120		120	0
	área	m2	3700		3700	0
INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS						
● Terminais Portuários						
	Construção de Terminais Portuários	nº	2	74,65		0
	dragagens	m3	48816,79	65,63	32036,1	0
	enrocamentos	m3	98216,66	79,83	78409,42	0
	colocação de betão	m3	16315,31	73,13	11931,69	0
	pavimentação	m2	11255	22,22	2501	0
	outros	%	100	4,00	4	0
	Construção de Cais	metros	162,2		162,2	0
	Ampliação/Beneficiação de Terminais Portuários	nº	2	98,28		0
	dragagens	m3	94178	60,05	56550	0
	enrocamentos	m3	86871	104,3	90654	0
	aterros	m3	85673	100,0	85673	78 778 000
	colocação de betão	m3	44775	122,4	54816	0
	pavimentação	m2	10857	99,43	10795,115	0
	redes gerais de serviços	metros	1024	62,31	638,054	0
	construção	m2	11	94,56	10,401	0
	outros	%	200	64,86	129,71	0
	equipamento	%	100	93,12	93,12	0
● Domínio Público Marítimo						
	Reconv./Arranjo de Áreas do Domínio Público Marítimo	nº	1	99,54	1	0
	terraplenagens	m3	20266	100,0	20266	28 719 000
	redes gerais de serviços	metros	5187	98,07	5087	0
	pavimentação	m2	6480	100,0	6480	66 393 600
	vedações	metros	1489	100,0	1489	7 633 900
	zonas verdes	m2	4519	100,0	4519	14 100 000
	outros	%	100	100,0	100	111 379 500
INFRAESTRUTURAS ENERGÉTICAS						
● Produção de Energia através de Fontes Renováveis						
	Centrais Hidroeléctricas Apoiadas	nº	1	100,0	1	2 147 483 647
	construção civil	m2	6800	100,0	6800	1 316 000 000

Programa : REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Programa : Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Pot. Endógeno

INDICADORES FÍSICOS		unidade	prog.	% real.	unidades concluídas	invest.
	equipamento	%	100	100,0	100	976 000 000
	túneis	metros	5900	100,0	5900	2 147 483 647
	outros	%	100	100,0	100	1 617 623 000
	Potência Instalada	MVA	30		30	0
	Caminhos	Km	,5	100,0	,5	216 209 000
● Rede de Distribuição de Energia Eléctrica						
	Remodelação de Centrais Termo-Eléctricas	nº	1	100,0	1	2 048 663 000
	construção civil	m2	370	100,0	370	310 500 000
	equipamento	%	100	100,0	100	1 589 027 000
	outros	%	100	100,0	100	149 136 000
	Potência instalada	MVA	14			0
	Rede de Iluminação Pública	Km	12,092	56,92	8,283	0
	rede	Km	12,092	71,32	8,283	0
	postos de iluminação	nº	383	40,89	181	0
APOIO À ACTIVIDADE PRODUTIVA						
● Estudos/Auditorias/Diagnósticos						
	Estudos	nº	1	100,0	1	10 000 000
● Acções de Marketing/Promoção/Divulgação						
	Acções de Promoção/Divulgação	nº	110	73,51	31	0
	aplicações relevantes realizadas	%	1000	69,45	621	0
	Empresas participantes	nº	10			0
	feiras	nº	234	42,74	100	0
● Acesso a Mercados						
	Organização de Mostras no Exterior	nº	17	47,06	8	0
	organ. Mostras no Exterior	nº	17	47,06	8	0
	Participação em Feiras	nº	25	80,00	20	0
	participação em feiras	nº	25	80,00	20	0
● Desenvolvimento Económico Regional						
	Construção de Loteamentos e Zonas Indústriais	nº	3	54,90	2	0
	terreno	ha	18	100,0	18	139 045 000
	arruamentos	metros	7440	69,09	5140	0
	rede de água	metros	8060	64,02	5160	0
	rede de águas residuais	metros	8442	73,94	6242	0
	rede eléctrica	metros	16100	70,19	11300	0
	rede de telecomunicações	metros	7500	48,00	3600	0
	outros	%	200	95,00	190	0
	Área	ha	16,7			0
	projecto técnico	nº	3	133,3	4	0
	terraplanagens e plataformas	m2	320000	23,44	75000	0
	pavilhões industriais	nº	2	100,0	2	317 000 000
	Construção de Parques/Pav. de Exposições	nº	1	100,0	1	2 147 483 647
	terreno	m2	19735	100,0	19735	173 300 000
	construção civil	m2	17300	100,0	17300	2 147 483 647
	equipamento	%	100	100,0	100	500 000 000
	outros	%	100	100,0	100	115 000 000
SISTEMAS DE INCENTIVOS						
● Indústria						
	Projectos Transitados Apoiados	nº	2	99,96	1	0
	aplicações relevantes realizadas	%	200	99,00	198	0
	Pequenos Projectos de Modernização Indústrial	nº	80	42,69	14	0
	aplicações relevantes realizadas	%	8000	46,11	3689,1	0
INFRAESTRUTURAS TURÍSTICAS/CULTURAIS/RECREATIVAS						
● Infraestruturas Turísticas						
	Construção de Infraestruturas Turísticas	nº	1	100,0	1	107 900 000
	Área de Construção	m2	1400		1400	0
	construção infr. turísticas	nº	1	100,0	1	107 900 000
	Projecto Técnico	nº	2	100,0	2	23 100 000
● Reabilitação e Valorização Urbana						
	Recuperação de Centros/Zonas Históricas	nº	1	0,00		0
	Área	m2	800		660	0
	recuperação de Centros/Zonas históricas	nº	1	0,00		0
	Recuperação de Edifícios/Monumentos	nº	1	86,93		0
	construção	m2	1230	127,7	1571,325	0
	equipamento	%	100	36,85	36,85	0
	outros	%	100	9,77	9,77	0
	Arranjos Urbanísticos	nº	1	0,00		0
	Área	m2	10000		3300	0
	arranjos urbanísticos	nº	1	0,00		0
	projecto técnico	nº	1	0,00		0
● Acções de Divulgação e Promoção						
	Materiais Promocionais	nº	6156	44,22		0
	edição de publicações	nº	68	41,18	28	0
	video	nº	1	100,0	1	8 000 000
	posters	nº	19	63,16	12	0
	Acções de Promoção/Divulgação	nº	5	80,00	4	0
	Empresas Participantes	nº	28		23	0
	acções de promoção/divulgação	nº	5	80,00	4	0
	Participação em Feiras e Certames	nº	6	100,0	6	31 000 000
	Entidades Participantes	nº	20		20	0
	participação em feiras e certames	nº	6	100,0	6	31 000 000

Programa : REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Programa : Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Pol. Endógeno

INDICADORES FÍSICOS		unidade	prog.	% real.	unidades concluídas	invest.
AMBIENTE						
● Valorização/Protecção da Faixa Costeira						
	Zona de Costa intervencionada	ha	2,2	0,00		0
	Enrocamentos	m3	47245	100,0	47245	269 626 877
● Conserv./Valoriz. Patrim. Nat. e Melhoria Qualid. Amb.						
	Área com interesse paisagístico recuperada	m2	18000	100,0	18000	265 000 000
	construção	m2	850	100,0	850	56 400 000
	outros	%	100	100,0	100	208 600 000
SANEAMENTO BÁSICO						
● Abastecimento de Água						
	Reservatório	nº	1	100,0	1	18 135 000
	Capacidade	m3	1000		1000	0
	reservatório	nº	1	100,0	1	18 135 000
	Distribuição de Água	metros	18415	45,05	11846	0
	rede de distribuição	metros	18415	59,90	11846	0
● Águas Residuais						
	Estação Elevatória	nº	1	100,0	1	15 299 000
	construção cívil	m2	17	100,0	17	3 836 000
	equipamento	%	100	100,0	100	11 463 000
	Águas Residuais Domésticas	metros	18565	69,47	13552,5	0
	rede de águas residuais	metros	14515	64,30	9502,5	0
	colector geral	metros	4050	100,0	4050	59 085 000
	Águas Pluviais	metros	4070	67,53	2970	0
	rede de águas pluviais	metros	4070	72,97	2970	0
PESCAS						
● Infraestruturas para a Pesca						
	Obras de Beneficiação em Portos de Pesca	nº	2	89,73	1	0
	enrocamentos	m3	26533	100,0	26533	217 279 000
	blocos artificiais de betão	m3	5537	98,33	5444,383	0
	betão armado	m3	1683	100,0	1683	59 804 000
	quebramento de rocha	m3	1308	100,0	1308	34 182 000
	aterros	m3	210928	100,0	210928	194 867 000
	retenções marginais	m3	342	100,0	342	13 638 000
	pavimentações	m2	22235	68,76	15288,419	0
	redes de serviço	metros	9713	58,98	5728,727	0
	outros	%	200	96,74	193,47	0
	Construção de Cais	metros	60		60	0
	Construção de Postos de Acostagem	nº	2		2	0
	Varadouros/rampas	nº	1	86,60	,866	0

Programa : REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Programa : Qualidade de Vida e Protecção do Meio Ambiente

INDICADORES FÍSICOS		unidade	prog.	% real.	unidades concluídas	invest.
AMBIENTE						
● Valorização/Protecção da Faixa Costeira	Linha de Costa intervencionada	Km	9	100,0		10 329 000
	equipamento	%	100	100,0	100	10 329 000
SANEAMENTO BÁSICO						
● Abastecimento de Água	Captações	nº	15	91,94	11	0
	outros	%	100	100,0	100	11 750 000
	captações	nº	15	73,33	11	0
	ETA	nº	7	99,02	3	0
	construção civil	m2	4590	99,56	4570	0
	equipamento	%	300	66,67	200	0
	outros	%	200	100,0	200	146 850 000
	Água Tratada	m3	100660		99360	0
	População Servida	nº	252000		245000	0
	Estação elevatória	nº	1	84,00		0
	construção civil	m2	20	100,0	20	2 000 000
	equipamento	%	100	80,00	80	0
	Reservatório	nº	22	89,34	12,25	0
	Capacidade	m3	8430		7500	0
	reservatório	nº	19	64,47	12,25	0
	Distribuição de Água	metros	160320	72,59	102400	0
	conduta adutora	metros	38425	90,83	34900	0
	rede de distribuição	metros	127020	73,61	93500	0
	População Servida	nº	55200		13700	0
	Projecto Técnico	nº	2	0,00		0
	Terrenos	m2		0,00		0
● Águas Residuais	ETAR (primária)	nº	1	36,40		0
	construção civil	m2	400	50,00	200	0
	equipamento	%	100	10,00	10	0
	Caudal tratado	m3/s	5000			0
	ETAR (secundária)	nº	2	0,00		0
	outros	%	100	0,00		0
	Estação Elevatória	nº	3	71,26	1	62 000 000
	construção civil	m2	77	100,0	77	20 000 000
	equipamento	%	100	100,0	100	37 000 000
	outros	%	200	16,67	100	5 000 000
	Águas Residuais Domésticas	metros	58000	51,80	29430	0
	rede de águas residuais	metros	58000	50,74	29430	0
	colector geral	metros	350	100,0	350	190 000 000
	emissário submarino	metros	400	0,00		0
	População servida	nº	30700		10900	0
● Resíduos Sólidos	Centros de Transferência	nº	1	100,0	1	322 000 000
	Equipamento de Recolha	nº	62	100,0	62	678 710 000
	Contentores	nº	7637	100,0	7637	352 822 000
	Capacidade Unitária	m3	3060			0
	contentores	nº	7637	100,0	7637	352 822 000
SAÚDE						
● Remodelação de Hospitais	Construção	%	100	100,0	100	44 045 877
	constução cívil	%	100	100,0	100	44 045 877
	Equipamento	%	100	98,00	98	0
	equipamento geral	%	100	98,00	98	0
	População Servida	nº	250000			0
● Construção de Centros de Saúde	Construção de Centros de Saúde	nº	4		2	0
	Construção	%	400	95,00	380	0
	Arranjos Exteriores	%	200	81,00	162	0
	Equipamento	%	200	50,00	100	0
	Outros	%	100	90,00	90	0
	População Servida	nº	44500			0
● Remodelação de Centros de Saúde	Arranjos Exteriores	%	100	90,00	90	0
	População Servida	nº	25000			0

FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL

Programa : REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Sub-Programa : Gestão e Acompanhamento do Programa Operacional

INDICADORES FÍSICOS		unidade	prog.	% real.	unidades concluídas	invest.
INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES						
● Telecomunicações	Equipamento informático	nº	255	100,0	255	28 356 630
	hardware	nº	255	100,0	255	22 946 672
	software	nº	44	100,0	44	5 409 958
ASSISTÊNCIA TÉCNICA						
● Candidaturas	Candidaturas	%	600	61,67	370	0

PROJECTOS APROVADOS
- COMPONENTE FEDER -
POR SUB-PROGRAMAS E MEDIDAS
(EM MIL ESCUDOS)

Subprograma	Medida	Código do Projecto	Designação do Projecto	Data_Aprovação	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER	Despesa Elegível	Despesa FEDER	Taxa de Execução
48-01	48-01-01	48-01-01-00001	Escola Sec. da Calheta	10.11.1994	113 470	96 450	113 470	96 450	100%
		48-01-01-00002	Escola Bas. do Paúl do Mar-1ªFase	10.11.1994	164 352	139 699	164 352	139 699	100%
		48-01-01-00003	Nova Esc.Hotelaria-FaseII	10.11.1994	1 200 000	900 000	1 200 000	900 000	100%
		48-01-01-00004	CCTP-Universidade da Madeira	20.03.1995	3 720 000	3 162 000	3 720 000	3 162 000	100%
		48-01-01-00005	Escola Básica do Porto da Cruz	20.11.1995	395 885	296 914	395 885	296 914	100%
		48-01-01-00006	Escola Básica do Caniçal	20.11.1995	429 987	322 490	429 987	322 490	100%
		48-01-01-00007	Escola Básica e Téc° Profissional da Madalena - Fx - 1ª Fase	20.11.1995	791 466	593 599	791 466	593 599	100%
		48-01-01-00008	Rede Escolar Integrada	11.12.1995	0	0	0	0	
		48-01-01-00009	Escola Básica e Secundária Stª Cruz	17.05.1996	1 009 719	757 289	1 009 719	757 289	100%
		48-01-01-00010	Equipamento Escolar	22.09.1997	0	0	0	0	
Subtotal Medida					**7 824 882**	**6 268 444**	**7 824 882**	**6 268 444**	
Total Subprog.					**7 824 882**	**6 268 444**	**7 824 882**	**6 268 444**	
48-02	48-02-01	48-02-01-00001	Cota 200-1ªFase(Conclusão)	10.10.1994	3 700 000	1 850 000	3 700 000	1 850 000	100%
		48-02-01-00002	Ligação Cota 200-Cp° da Barca	10.10.1994	1 735 000	867 500	1 735 000	867 500	100%
		48-02-01-00003	Via Rápida Funchal-Aeroporto-1ª fase (conclusão)	10.10.1994	5 560 000	2 780 000	5 560 000	2 780 000	100%
		48-02-01-00004	Via Rápida C.A. de Lobos-R.Brava-1° Troço - I e II fases	10.10.1994	6 300 000	3 150 000	6 300 000	3 150 000	100%
		48-02-01-00005	Ap.Fins Mult.Ribª Socorridos (Conc.Fases 1 e 2 + 3ª fase)	10.11.1994	6 531 000	3 592 050	6 531 000	3 592 050	100%
		48-02-01-00006	Porto de Pesca e Estaleiro Naval do Caniçal	30.11.1994	4 026 485	2 214 566	4 026 485	2 214 566	99,9%
		48-02-01-00007	Cota 40-2ª fase	30.11.1994	2 193 832	1 864 757	2 193 832	1 864 757	100%
		48-02-01-00008	Via Rápida CLobos-RBrava(2°Troço-1ªFase)	20.03.1995	6 800 000	3 400 000	6 800 000	3 400 000	100%
		48-02-01-00009	Terminal Marítimo do Porto Novo	20.03.1995	500 000	375 000	500 000	375 000	100%
		48-02-01-00010	EM entre a ER 213(Gafaria) e o Lombo da Atougula-Fase II	20.03.1995	690 000	517 500	690 000	517 500	100%
		48-02-01-00011	CM entre o Lombo Cesteiro e o Pomar da Rocha-Fase II	20.03.1995	220 000	165 000	220 000	165 000	100%
		48-02-01-00012	CM entre a ER220 (Farrôbo) e a EM da Camacha (Fase II)	20.03.1995	98 095	73 571	98 095	73 571	100%
		48-02-01-00013	EM entre ER 107 (Falcas) e Achada Grande-Fase II	20.03.1995	289 772	217 329	289 772	217 329	100%
		48-02-01-00014	EM entre Feiteiras e Oliveira - PDelgada (FaseII)	20.03.1995	93 829	70 372	93 829	70 372	100%
		48-02-01-00015	CM entre CM das Queimadas e Sítio do Pinheiro (FaseII)	20.03.1995	89 120	66 840	89 120	66 840	100%
		48-02-01-00016	CM entre a ER 101 e Sítios L°Lourenço, Covas e Tojal (Fase II)	20.03.1995	165 000	123 750	165 000	123 750	100%
		48-02-01-00017	CM entre a ER 214 (Fonte Garcia) e Chote Fase II	20.03.1995	336 561	252 420	336 561	252 420	100%
		48-02-01-00018	EM 512 entre Malata de Cima e Cruz da Guarda (Fase II)	20.03.1995	173 671	130 253	173 671	130 253	100%
		48-02-01-00019	Beneficiação e Pavimentação do CM do Covão	20.03.1995	191 723	162 964	191 723	162 964	100%
		48-02-01-00020	CM entre a ER 101-3 e o Sítio Entre Águas	20.03.1995	75 000	63 750	75 000	63 750	100%
		48-02-01-00021	CM entre ER 110 e o Cabeço da Ponta	20.03.1995	180 000	153 000	180 000	153 000	100%

Subprograma	Medida	Código do Projecto	Designação do Projecto	Data_Aprovação	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER	Despesa Elegível	Despesa FEDER	Taxa de Execução
48-02	48-02-01	48-02-01-00022	Via Rápida Cª Lobos - Ribª Brava (2° Troço-2ªFase)	26.06.1995	6 976 554	5 930 071	6 976 554	5 930 071	99,9%
		48-02-01-00023	EM 516 entre Cruzinhas e Fajã da Murta - Fase II	26.06.1995	109 365	82 024	109 365	82 024	100%
		48-02-01-00024	EM 543 entre Capela e Seara Velha - Fase II	26.06.1995	116 990	87 742	116 990	87 742	100%
		48-02-01-00025	Grande Rep. do Molhe Exterior da Pontinha-Conclusão	26.06.1995	1 101 330	825 997	1 101 330	825 997	99,9%
		48-02-01-00026	CM entre Urzes (Salões) e Igreja do Carvalhal - Canhas	20.11.1995	244 074	183 055	244 074	183 055	100%
		48-02-01-00027	CM de Ligação da EM 537 (Lombo Furado) ao Espigão	20.11.1995	104 593	78 445	104 593	78 445	100%
		48-02-01-00028	Via Distribuidora Plano Madalena (Lig. Saída Oeste e Cota 200)	20.11.1995	800 000	600 000	800 000	600 000	100%
		48-02-01-00029	Ampliação Central Termoeléctrica da Vitória-Grupo 13	20.11.1995	2 035 592	1 017 796	2 035 592	1 017 796	100%
		48-02-01-00030	EM entre ER 101 (Diferença) e Água D`Alto-Faial	17.05.1996	304 670	228 502	304 670	228 502	100%
		48-02-01-00031	Ampliação do Cais de Pesca do Porto Novo	17.05.1996	189 266	141 949	189 266	141 949	100%
		48-02-01-00032	Variante da Vila Pta. Sol - 2ªFase	03.09.1996	350 000	262 500	350 000	262 500	100%
		48-02-01-00033	EM entre ER 101 e Serrado por Pedregal - Campanário	03.09.1996	270 796	203 097	270 796	203 097	100%
		48-02-01-00034	EM entre Lugar da Serra e Terreiros - Campanário	22.09.1997	288 636	216 477	288 636	216 477	100%
		48-02-01-00035	EM entre Espírito Santo e Ribeiro Salgado	22.09.1997	244 723	183 542	244 723	183 542	100%
		48-02-01-00036	CM entre Tanque e Matas	22.09.1997	312 477	234 357	312 477	234 357	100%
		48-02-01-00037	EM do Lombo Guiné ao Ledo	22.09.1997	351 439	263 579	351 439	263 579	100%
Subtotal Medida					**53 749 602**	**32 629 768**	**53 749 602**	**32 629 768**	
	48-02-02	48-02-02-00001	Parque Industrial da Zona Oeste	10.10.1994	1 001 464	851 245	1 001 464	851 245	100%
		48-02-02-00002	Infraestruturas Básicas da ZFIC	20.03.1995	1 360 484	1 020 363	1 360 484	1 020 363	100%
		48-02-02-00003	Construção de Pavilhões Industriais	11.12.1995	313 481	125 392	313 481	125 392	100%
		48-02-02-00004	Divulgação e Promoção da Marca Bordado Madeira	03.02.1997	43 356	32 517	43 356	32 517	100%
Subtotal Medida					**2 718 787**	**2 029 518**	**2 718 787**	**2 029 518**	
	48-02-03	48-02-03-00001	Inf. dos Reis Magos - Fase 1 (Conclusão)	10.11.1994	585 000	438 750	585 000	438 750	100%
		48-02-03-00002	Animação Promocional-Festa de Carnaval	10.11.1994	339 233	288 348	339 233	288 348	100%
		48-02-03-00003	Inf. da Frente Mar	30.11.1994	0	0	0	0	
		48-02-03-00004	Animação Promocional - Festa de Fim de Ano	20.03.1995	2 378 598	2 021 808	2 378 598	2 021 808	100%
		48-02-03-00005	Animação Promocional - Festa da Flor	20.03.1995	231 496	196 771	231 496	196 771	100%
		48-02-03-00006	Animação Promocional - Festa Vinho Madeira	20.03.1995	111 808	95 036	111 808	95 036	100%
		48-02-03-00007	Adaptação a Fins Turísticos das Grutas de S.Vicente - 2ª Fase	26.06.1995	225 370	169 027	225 370	169 027	100%
		48-02-03-00008	Centro de Animação Turístico/Artesanal no Pto. do Funchal	26.06.1995	120 000	66 000	120 000	66 000	100%
		48-02-03-00009	Remod. do Forte de Nª Srª da Conceição - Pontinha	26.06.1995	153 800	84 590	153 800	84 590	100%
		48-02-03-00010	Promenade Orla Marítima 2ªFase	03.09.1996	287 344	215 508	287 344	215 508	100%

Subprograma	Medida	Código do Projecto	Designação do Projecto	Data_Aprovação	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER	Despesa Elegível	Despesa FEDER	Taxa de Execução
48-02	48-02-03	48-02-03-00011	Recup. do Centro Histórico Funchal	03.09.1996	200 000	150 000	200 000	150 000	100%
		48-02-03-00012	Val. Orla Marítima - Poças Governador	03.09.1996	315 000	236 250	315 000	236 250	100%
Subtotal Medida					**4 947 650**	**3 962 091**	**4 947 650**	**3 962 091**	
	48-02-06	48-02-06-00001	Plano Promocional para o Vinho da Madeira	10.11.1994	124 873	106 142	124 873	106 142	100%
		48-02-06-00002	Promoção do Golfe	10.11.1994	107 203	91 123	107 203	91 123	100%
		48-02-06-00003	Estudos, Material Promocional e Publicidade	20.03.1995	273 658	232 609	273 658	232 609	100%
		48-02-06-00004	Acções para Diversificação de Mercados	20.03.1995	423 448	359 930	423 448	359 930	100%
		48-02-06-00005	Dinamização do Turismo Interno	20.03.1995	203 853	173 275	203 853	173 275	100%
		48-02-06-00006	Campanha de Imagem	20.03.1995	496 973	422 427	496 973	422 427	100%
		48-02-06-00007	CIFEC - Conclusão	20.03.1995	3 590 000	1 974 500	3 590 000	1 974 500	100%
		48-02-06-00008	Ampliação/Transferência da ECM	20.11.1995	3 731 060	1 289 925	1 842 751	1 289 925	49,3%
		48-02-06-00009	Sideram - J. Ramos	02.12.1996	67 204	29 704	34 946	29 704	52%
		48-02-06-00010	Sideram - J. Matos & Filhos, Lda.	02.12.1996	0	0	0	0	
		48-02-06-00011	Sideram - Avelino F. & Agrela, Lda.	02.12.1996	98 105	47 483	52 773	44 857	53,7%
		48-02-06-00012	Sideram - INCAMAD	02.12.1996	18 530	8 347	9 820	8 347	53%
		48-02-06-00013	Sideram - Beta	02.12.1996	97 400	36 079	42 194	35 865	43,3%
		48-02-06-00014	Sideram - Camacho & Filhos, Lda.	02.12.1996	43 360	18 428	21 202	18 022	48,8%
		48-02-06-00015	Sideram - 33/16 Assist. Naútica, Lda.	02.12.1996	42 300	18 337	21 573	18 337	51%
		48-02-06-00016	Sideram - H. N. S.	02.12.1996	91 618	41 441	42 794	36 374	46,7%
		48-02-06-00017	Sideram - Trêserres	02.12.1996	13 500	6 999	8 235	6 999	61%
		48-02-06-00018	Sideram- Curral Pão, Lda.	02.12.1996	56 154	29 115	31 308	26 612	55,7%
		48-02-06-00019	Sideram - Carpimade	02.12.1996	53 251	26 705	31 418	26 705	59%
		48-02-06-00020	Sideram - Spiroc	02.12.1996	83 719	36 043	41 256	35 068	49,2%
		48-02-06-00021	Sideram - J. M. Nunes, Lda.	02.12.1996	19 487	8 447	9 938	8 447	51%
		48-02-06-00022	Sideram - Lidogel	02.12.1996	28 615	12 404	14 593	12 404	51%
		48-02-06-00023	Sideram - Bombolo	02.12.1996	41 385	18 644	21 934	18 644	53%
		48-02-06-00024	Sideram - J. Avelino P. & Filhos, Lda.	02.12.1996	88 117	37 219	40 466	34 396	45,9%
		48-02-06-00025	Sideram - Apicius	02.12.1996	95 964	48 529	50 609	43 018	52,7%
		48-02-06-00026	Sideram - Indutora	02.12.1996	19 991	6 108	5 990	5 091	29,9%
		48-02-06-00027	Sideram - A. Pumpílio Cunha	02.12.1996	19 412	5 782	5 264	4 474	27,1%
		48-02-06-00028	Sideram - Ferreira & Pestana, Lda.	02.12.1996	15 814	4 918	4 625	3 931	29,2%
		48-02-06-00029	Sideram - Figueira & Santos, Lda.	02.12.1996	10 338	4 738	5 138	4 367	49,6%
		48-02-06-00030	Sideram - Estreitauto	13.05.1997	13 950	5 976	5 220	4 437	37,4%
		48-02-06-00031	Sideram - Jardim dos Barreiros	13.05.1997	11 242	4 383	5 000	4 250	44,4%
		48-02-06-00032	Sideram - Stefanel	13.05.1997	12 816	4 489	4 924	4 186	38,4%
		48-02-06-00033	Sideram - J.M.M.P.S. -Congelados, Lda.	13.05.1997	15 602	5 373	4 049	3 441	25,9%
		48-02-06-00034	Sideram-PRIMA	13.05.1997	26 230	13 377	15 737	13 377	59,9%
		48-02-06-00035	Sideram- AMBIMADEIRA	13.05.1997	99 997	49 788	54 643	46 446	54,6%
		48-02-06-00036	Sideram-Mª José Sousa	13.05.1997	49 949	22 926	26 972	22 926	53,9%
		48-02-06-00037	Sideram-Carpitorra	13.05.1997	35 648	15 150	16 577	14 090	46,5%
		48-02-06-00038	Sideram - Modas Irene & Silva, Lda.	13.05.1997	0	0	0	0	
		48-02-06-00039	Sideram-J. Catanho & Raúl, Lda.	13.05.1997	87 740	37 190	39 686	33 733	45,2%

Subprograma	Medida	Código do Projecto	Designação do Projecto	Data_Aprovação	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER	Despesa Elegível	Despesa FEDER	Taxa de Execução
48-02	48-02-06	48-02-06-00040	Sideram-FUNCHALBETÃO	13.05.1997	88 682	42 414	48 800	41 480	55%
		48-02-06-00041	Sideram-FABOLACHA	13.05.1997	99 962	37 434	41 501	35 276	41,5%
		48-02-06-00042	Sideram-Fernandes & Pereira, Lda.	13.05.1997	87 704	37 649	42 414	36 052	48,3%
		48-02-06-00043	Sideram-SIRAM	13.05.1997	98 838	43 731	51 153	43 480	51,7%
		48-02-06-00044	Sideram-PANOESTE	13.05.1997	74 268	35 351	40 259	34 220	54,2%
		48-02-06-00045	Sideram - Irmãos Leça Freitas, Lda.	13.05.1997	95 585	47 223	52 582	44 695	55%
		48-02-06-00046	Sideram-HusKy-Tap. Madeira, Lda.	13.05.1997	77 327	36 807	17 151	14 578	22,1%
		48-02-06-00047	Sideram-Abreu & Conceição, Lda.	13.05.1997	0	0	0	0	
		48-02-06-00048	SIDERAM - Basílio & Basílio, Lda.	22.09.1997	82 986	35 728	35 636	30 291	42,9%
		48-02-06-00049	SIDERAM - Benares, Lda.	22.09.1997	0	0	0	0	
		48-02-06-00050	Sideram - Canha & Varela, LDA:	22.09.1997	24 119	12 710	14 953	12 710	61,9%
		48-02-06-00051	Sideram - Mad. Inerte, Lda.	22.09.1997	99 960	38 425	48 664	41 364	48,6%
		48-02-06-00052	Sideram - Fashion Factory, Lda.	22.09.1997	0	0	0	0	
		48-02-06-00053	Sideram - Galvimade, Lda.	22.09.1997	98 172	42 291	46 174	39 248	47%
		48-02-06-00054	Sideram - Carpifunchal, Lda.	22.09.1997	96 653	44 150	51 941	44 150	53,7%
		48-02-06-00055	Sideram - R.J.P., Lda.	22.09.1997	0	0	0	0	
		48-02-06-00056	Sideram- Art Fashion	02.02.1998	0	0	0	0	
		48-02-06-00057	Sideram- Dias & Companhia	02.02.1998	0	0	0	0	
		48-02-06-00058	Sideram- Stuart & Cª Lda.	02.02.1998	95 900	39 790	44 523	37 845	46,4%
		48-02-06-00059	Sideram- Branco & Brancos	02.02.1998	22 657	12 325	14 500	12 325	63,9%
		48-02-06-00060	SIDERAM- J.A. Pinto & Filhos(II)	02.02.1998	54 771	30 726	31 264	26 575	57%
		48-02-06-00061	Sideram- Francaso	02.02.1998	0	0	0	0	
		48-02-06-00062	Sideram- Quentinho	02.02.1998	16 101	6 842	8 051	6 843	50%
		48-02-06-00063	Sideram- P. Papel & Tinta	02.02.1998	0	0	0	0	
		48-02-06-00064	Sideram- O Liberal	02.02.1998	99 355	48 553	54 400	46 240	54,7%
		48-02-06-00065	Sideram- H.N.S. (II)	02.02.1998	49 640	25 738	30 280	25 738	60,9%
		48-02-06-00066	Sideram- Madeiplás	02.02.1998	41 764	19 879	22 679	19 277	54,3%
		48-02-06-00067	Sideram- Oliveira & Silva	02.02.1998	68 337	31 947	32 777	27 860	47,9%
		48-02-06-00068	Sideram- Brasilite	02.02.1998	97 420	48 322	54 400	46 240	55,8%
		48-02-06-00069	Sideram- Dias & Cª (II)	02.02.1998	0	0	0	0	
		48-02-06-00070	Sideram- Inforcunha	02.02.1998	11 112	4 986	4 544	3 862	40,8%
		48-02-06-00071	Sideram- Auto POP	02.02.1998	19 364	5 598	5 395	4 586	27,8%
		48-02-06-00072	Sideram- "Mestre Nunes"	02.02.1998	10 792	4 596	4 425	3 761	41%
		48-02-06-00073	Sideram- Jó & Mitó	02.02.1998	9 955	5 415	6 370	5 415	63,9%
		48-02-06-00074	Sideram- Tudimporte	02.02.1998	15 004	5 858	6 552	5 569	43,6%
		48-02-06-00075	Sideram- Fábrica de Festas	02.02.1998	98 378	41 396	46 095	39 180	46,8%
		48-02-06-00076	Sideram-Pinto&Filho, Lda.	21.06.1999	96 698	35 111	39 495	33 571	40,8%
		48-02-06-00077	Sideram-Câmara&Camacho, Lda.	21.06.1999	0	0	0	0	
		48-02-06-00078	Sideram-Fonseca&Figueira, Lda.	21.06.1999	65 522	27 846	32 760	27 846	49,9%
		48-02-06-00079	Sideram- Maquetizar	21.06.1999	43 170	18 714	21 881	18 598	50,6%
		48-02-06-00080	Sideram-Metalilha	21.06.1999	25 379	11 001	11 013	9 361	43,3%
		48-02-06-00081	Sideram-Blocos Espanhol	21.06.1999	0	0	0	0	

Subprograma	Medida	Código do Projecto	Designação do Projecto	Data_Aprovação	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER	Despesa Elegível	Despesa FEDER	Taxa de Execução
48-02	48-02-06	48-02-06-00082	Sideram-HNS(III)	21.06.1999	98 724	35 343	34 191	29 062	34,6%
		48-02-06-00083	Sideram-Pontasolense	21.06.1999	53 074	27 518	30 012	25 510	56,5%
		48-02-06-00084	Sideram-SIB	21.06.1999	63 679	29 769	20 908	17 772	32,8%
		48-02-06-00085	Sideram- AMAPLAST	21.06.1999	97 883	37 536	43 934	37 344	44,8%
		48-02-06-00086	Sideram-Gouveias	21.06.1999	96 036	43 425	50 407	42 846	52,4%
		48-02-06-00087	Sideram-J. Gonçalves, Mat. Const.,Lda.	21.06.1999	0	0	0	0	
		48-02-06-00088	Sideram-Serral. do Oeste, Lda.	21.06.1999	95 238	37 133	43 452	36 935	45,6%
		48-02-06-00089	Sideram-Ext. Pedra e Brita Palmeira	21.06.1999	88 410	37 280	43 690	37 136	49,4%
		48-02-06-00090	Sideram-Ser. e Carpintaria da Calheta, Lda.	21.06.1999	99 841	43 820	49 564	42 129	49,6%
		48-02-06-00091	Sideram-Solidago	21.06.1999	62 006	26 352	29 610	25 168	47,7%
		48-02-06-00092	Sideram-Carp. Mec. Machiquense, Lda.	21.06.1999	69 810	32 636	36 327	30 878	52%
		48-02-06-00093	Sideram-ASVA	21.06.1999	94 310	36 040	40 887	34 754	43,3%
		48-02-06-00094	Sideram-Funchalbetão(II)	21.06.1999	47 343	22 535	26 511	22 534	55,9%
		48-02-06-00095	Sideram-EMA, Lda.	21.06.1999	72 751	32 774	38 558	32 774	52,9%
Subtotal Medida					**13 313 192**	**6 574 810**	**9 182 358**	**6 451 591**	
Total Subprog.					**74 729 232**	**45 196 187**	**70 598 398**	**45 072 969**	
48-03	48-03-01	48-03-01-00001	Centro de Saude de Santana	10.10.1994	500 000	425 000	500 000	425 000	100%
		48-03-01-00002	Centro de Saúde de Sta Cruz	20.11.1995	140 000	105 000	140 000	105 000	100%
		48-03-01-00003	Centro de Saúde da Nazaré	22.09.1997	185 000	138 750	185 000	138 750	100%
		48-03-01-00004	Centro de Saúde de Machico	22.09.1997	1 155 000	866 250	1 155 000	866 250	100%
		48-03-01-00005	Lab. de Hemodinâmica c/ Angiografia Digital	22.09.1997	318 073	238 555	318 073	238 555	100%
Subtotal Medida					**2 298 073**	**1 773 555**	**2 298 073**	**1 773 555**	
	48-03-02	48-03-02-00001	Sistema Adutor das Rabaças	10.10.1994	575 000	488 750	575 000	488 750	100%
		48-03-02-00002	Abastecimento de Àgua Potavel C^{a}Lobos 2^{a} Fase (Conclusão)	10.11.1994	335 000	284 750	335 000	284 750	100%
		48-03-02-00003	Estação Elevatória do Porto Novo-2^{a} Fase	30.11.1994	143 000	121 550	143 000	121 550	100%
		48-03-02-00004	Estação de Tratamento de Água dos Socorridos	30.11.1994	749 281	636 889	749 281	636 889	99,9%
		48-03-02-00005	Execução de Furos de Captação de àgua	30.11.1994	225 000	191 250	225 000	191 250	100%
		48-03-02-00006	Estação de Tratamento de Àgua do Covão	30.11.1994	358 000	304 300	358 000	304 300	100%
		48-03-02-00007	Abastecimento de Água à Tábua e Zona Oeste da RBrava 2^{a}Fase	26.06.1995	252 942	189 706	252 942	189 706	100%
		48-03-02-00008	Rede de Distribuição de Água na Vila RBrava-Conclusão	26.06.1995	50 000	37 500	50 000	37 500	100%
		48-03-02-00009	Renov. Rede Abast^{o} Água Zona Baixa Funchal	17.05.1996	588 926	441 694	588 926	441 694	100%
		48-03-02-00010	Abastecimento de Água ao Santo da Serra	22.09.1997	145 862	109 396	145 862	109 396	100%
		48-03-02-00011	Abastecimento de Água a Santana	22.09.1997	352 000	264 000	352 000	264 000	100%
		48-03-02-00012	Abast. de Água à Zona Leste de S. Vicente	21.06.1999	159 531	119 648	159 531	119 648	100%
		48-03-02-00013	Abast. de Água à Zona Leste de Boaventura	21.06.1999	45 071	33 803	45 071	33 803	100%
Subtotal Medida					**3 979 616**	**3 223 240**	**3 979 616**	**3 223 240**	
	48-03-03	48-03-03-00001	Saneamento da Zona Baixa do Caniço (1^{a} fase-Conc. + 2^{a} fase)	10.11.1994	660 000	561 000	660 000	561 000	100%
		48-03-03-00002	Equipamento de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana p/ RAM	20.03.1995	1 041 861	885 581	1 041 861	885 581	100%

Projectos Aprovados por Subprograma/Medida - Componente FEDER

Unidade: Mil Escudos

Subprograma	Medida	Código do Projecto	Designação do Projecto	Data_Aprovação	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER	Despesa Elegível	Despesa FEDER	Taxa de Execução
48-03	48-03-03	48-03-03-00003	Rede de Águas Residuais na Vila da RBrava-Conclusão	26.06.1995	149 654	112 241	149 654	112 241	100%
		48-03-03-00004	Ampliação e Remodelação da ETRS do Funchal - Conclusão	11.12.1995	322 000	241 500	322 000	241 500	100%
		48-03-03-00005	Inf. Saneam. Básico Diversas Freguesias Funchal	17.05.1996	642 249	481 687	642 249	481 687	100%
		48-03-03-00006	Remod. Rede Águas Residuais Zona Baixa e Z. Velha	17.05.1996	491 776	368 832	491 776	368 832	100%
Subtotal Medida					**3 307 542**	**2 650 843**	**3 307 542**	**2 650 843**	
Total Subprog.					**9 585 232**	**7 647 638**	**9 585 232**	**7 647 638**	
48-04	48-04-01	48-04-01-00001	Monitorização do Programa - Gabmatic	20.11.1995	28 356	24 103	28 356	24 103	100%
		48-04-01-00002	Gestão e Acompanhamento POPRAM II (94/95)	08.08.1995	46 904	39 868	46 904	39 868	99,9%
		48-04-01-00003	Gestão e Acompanhamento POPRAM II (96)	30.11.1995	28 354	24 101	27 269	23 179	96,1%
		48-04-01-00004	Gestão e Acompanhamento (97)	11.03.1997	25 400	21 590	25 400	21 590	100%
		48-04-01-00005	Gestão e Acompanhamento (98)	16.10.1998	29 177	24 801	29 177	24 801	100%
		48-04-01-00006	Gestão e Acompanhamento(99)	16.05.1999	33 167	28 192	33 167	28 192	100%
		48-04-01-00007	AT SIDERAM	16.05.1999	10 500	8 925	0	0	
Subtotal Medida					**201 861**	**171 582**	**190 276**	**161 734**	
Total Subprog.					**201 861**	**171 582**	**190 276**	**161 734**	
Total FEDER					**92 341 209**	**59 283 852**	**88 198 789**	**59 150 787**	

PROJECTOS APROVADOS
- COMPONENTE FEDER -
POR SUB-PROGRAMAS E MEDIDAS
(EM MIL EUROS)

Subprograma	Medida	Código do Projecto	Designação do Projecto	Data_Aprovação	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER	Despesa Elegível	Despesa FEDER	Taxa de Execução
48-01	48-01-01	48-01-01-00001	Escola Sec. da Calheta	10.11.1994	579	492	579	492	100%
		48-01-01-00002	Escola Bas. do Paúl do Mar-1ªFase	10.11.1994	839	713	840	714	100,1%
		48-01-01-00003	Nova Esc.Hotelaria-FaseII	10.11.1994	6 126	4 595	6 118	4 588	99,8%
		48-01-01-00004	CCTP-Universidade da Madeira	20.03.1995	18 958	16 115	18 580	15 793	98%
		48-01-01-00005	Escola Básica do Porto da Cruz	20.11.1995	2 016	1 512	2 019	1 514	100,1%
		48-01-01-00006	Escola Básica do Caniçal	20.11.1995	2 190	1 642	2 192	1 644	100%
		48-01-01-00007	Escola Básica e Téc° Profissional da Madalena - Fx - 1ª Fase	20.11.1995	4 016	3 012	3 978	2 983	99%
		48-01-01-00008	Rede Escolar Integrada	11.12.1995	0	0	0	0	
		48-01-01-00009	Escola Básica e Secundária Stª Cruz	17.05.1996	5 007	3 755	5 001	3 750	99,8%
		48-01-01-00010	Equipamento Escolar	22.09.1997	0	0	0	0	
Subtotal Medida					39 734	31 838	39 309	31 481	
Total Subprog.					39 734	31 838	39 309	31 481	
48-02	48-02-01	48-02-01-00001	Cota 200-1ªFase(Conclusão)	10.10.1994	18 879	9 439	18 896	9 448	100%
		48-02-01-00002	Ligação Cota 200-Cp° da Barca	10.10.1994	8 851	4 425	8 860	4 430	100,1%
		48-02-01-00003	Via Rápida Funchal-Aeroporto-1ª fase (conclusão)	10.10.1994	28 242	14 121	27 958	13 979	98,9%
		48-02-01-00004	Via Rápida C.A. de Lobos-R.Brava-1° Troço - I e II fases	10.10.1994	32 116	16 058	32 154	16 077	100,1%
		48-02-01-00005	Ap.Fins Mult.Ribª Socorridos (Conc.Fases 1 e 2 + 3ª fase)	10.11.1994	33 336	18 335	33 296	18 312	99,8%
		48-02-01-00006	Porto de Pesca e Estaleiro Naval do Caniçal	30.11.1994	20 494	11 271	20 503	11 276	100%
		48-02-01-00007	Cota 40-2ª fase	30.11.1994	11 184	9 506	11 168	9 492	99,8%
		48-02-01-00008	Via Rápida CLobos-RBrava(2°Troço-1ªFase)	20.03.1995	34 813	17 406	34 673	17 336	99,5%
		48-02-01-00009	Terminal Marítimo do Porto Novo	20.03.1995	2 559	1 919	2 549	1 912	99,5%
		48-02-01-00010	EM entre a ER 213(Gafaria) e o Lombo da Atouguia-Fase II	20.03.1995	3 525	2 643	3 497	2 623	99,2%
		48-02-01-00011	CM entre o Lombo Cesteiro e o Pomar da Rocha-Fase II	20.03.1995	1 129	847	1 118	838	99%
		48-02-01-00012	CM entre a ER220 (Farrôbo) e a EM da Camacha (Fase II)	20.03.1995	500	375	498	374	99,5%
		48-02-01-00013	EM entre ER 107 (Falcas) e Achada Grande-Fase II	20.03.1995	1 480	1 110	1 464	1 098	98,9%
		48-02-01-00014	EM entre Feiteiras e Oliveira - PDelgada (FaseII)	20.03.1995	477	357	473	355	99,2%
		48-02-01-00015	CM entre CM das Queimadas e Sítio do Pinheiro (FaseII)	20.03.1995	458	343	454	341	99,1%
		48-02-01-00016	CM entre a ER 101 e Sítios L°Lourenço, Covas e Tojal (Fase II)	20.03.1995	848	636	842	631	99,2%
		48-02-01-00017	CM entre a ER 214 (Fonte Garcia) e Chote Fase II	20.03.1995	1 727	1 295	1 713	1 285	99,2%
		48-02-01-00018	EM 512 entre Maiata de Cima e Cruz da Guarda (Fase II)	20.03.1995	881	660	876	657	99,5%
		48-02-01-00019	Beneficiação e Pavimentação do CM do Covão	20.03.1995	978	831	974	828	99,6%
		48-02-01-00020	CM entre a ER 101-3 e o Sítio Entre Águas	20.03.1995	374	318	376	319	100,3%
		48-02-01-00021	CM entre ER 110 e o Cabeço da Ponta	20.03.1995	918	780	916	779	99,7%

Subprograma	Medida	Código do Projecto	Designação do Projecto	Data_Aprovação	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER	Despesa Elegível	Despesa FEDER	Taxa de Execução
48-02	48-02-01	48-02-01-00022	Via Rápida Cª Lobos - Ribª Brava (2° Troço-2ªFase)	26.06.1995	35 690	30 336	35 566	30 231	99,6%
		48-02-01-00023	EM 516 entre Cruzinhas e Fajã da Murta - Fase II	26.06.1995	557	418	557	417	99,9%
		48-02-01-00024	EM 543 entre Capela e Seara Velha - Fase II	26.06.1995	596	447	593	445	99,5%
		48-02-01-00025	Grande Rep. do Molhe Exterior da Pontinha-Conclusão	26.06.1995	5 558	4 169	5 544	4 158	99,7%
		48-02-01-00026	CM entre Urzes (Salões) e Igreja do Carvalhal - Canhas	20.11.1995	1 245	933	1 239	929	99,5%
		48-02-01-00027	CM de Ligação da EM 537 (Lombo Furado) ao Espigão	20.11.1995	531	398	527	395	99,2%
		48-02-01-00028	Via Distribuidora Plano Madalena (Lig. Saída Oeste e Cota 200)	20.11.1995	4 001	3 001	3 992	2 994	99,7%
		48-02-01-00029	Ampliação Central Termoeléctrica da Vitória-Grupo 13	20.11.1995	10 359	5 179	10 387	5 193	100,2%
		48-02-01-00030	EM entre ER 101 (Diferença) e Água D'Alto-Faial	17.05.1996	1 529	1 146	1 526	1 144	99,8%
		48-02-01-00031	Ampliação do Cais de Pesca do Porto Novo	17.05.1996	967	725	969	727	100,1%
		48-02-01-00032	Variante da Vila Pta. Sol - 2ªFase	03.09.1996	1 756	1 317	1 744	1 308	99,3%
		48-02-01-00033	EM entre ER 101 e Serrado por Pedregal - Campanário	03.09.1996	1 354	1 015	1 350	1 012	99,7%
		48-02-01-00034	EM entre Lugar da Serra e Terreiros - Campanário	22.09.1997	1 435	1 076	1 435	1 076	100%
		48-02-01-00035	EM entre Espírito Santo e Ribeiro Salgado	22.09.1997	1 216	912	1 219	914	100,2%
		48-02-01-00036	CM entre Tanque e Matas	22.09.1997	1 555	1 166	1 557	1 168	100,1%
		48-02-01-00037	EM do Lombo Guiné ao Ledo	22.09.1997	1 743	1 307	1 743	1 307	99,9%
Subtotal Medida					**273 877**	**166 240**	**273 222**	**165 824**	
	48-02-02	48-02-02-00001	Parque Industrial da Zona Oeste	10.10.1994	5 151	4 379	5 155	4 382	100%
		48-02-02-00002	Infraestruturas Básicas da ZFIC	20.03.1995	6 861	5 145	6 848	5 136	99,8%
		48-02-02-00003	Construção de Pavilhões Industriais	11.12.1995	1 597	638	1 596	638	99,9%
		48-02-02-00004	Divulgação e Promoção da Marca Bordado Madeira	03.02.1997	219	164	216	162	98,5%
Subtotal Medida					**13 829**	**10 328**	**13 817**	**10 320**	
	48-02-03	48-02-03-00001	Inf. dos Reis Magos - Fase 1 (Conclusão)	10.11.1994	2 986	2 239	2 987	2 240	100%
		48-02-03-00002	Animação Promocional-Festa de Carnaval	10.11.1994	1 697	1 443	1 704	1 449	100,4%
		48-02-03-00003	Inf. da Frente Mar	30.11.1994	0	0	0	0	
		48-02-03-00004	Animação Promocional - Festa de Fim de Ano	20.03.1995	11 891	10 107	11 856	10 077	99,7%
		48-02-03-00005	Animação Promocional - Festa da Flor	20.03.1995	1 163	988	1 164	989	100,1%
		48-02-03-00006	Animação Promocional - Festa Vinho Madeira	20.03.1995	559	475	559	475	99,9%
		48-02-03-00007	Adaptação a Fins Turísticos das Grutas de S.Vicente - 2ª Fase	26.06.1995	1 145	859	1 145	859	100%
		48-02-03-00008	Centro de Animação Turístico/Artesanal no Pto. do Funchal	26.06.1995	611	336	612	336	100,1%
		48-02-03-00009	Remod. do Forte de Nª Srª da Conceição - Pontinha	26.06.1995	783	430	775	426	99%
		48-02-03-00010	Promenade Orla Marítima 2ªFase	03.09.1996	1 435	1 076	1 429	1 072	99,6%

Subprograma	Medida	Código do Projecto	Designação do Projecto	Data_Aprovação	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER	Despesa Elegível	Despesa FEDER	Taxa de Execução
48-02	48-02-03	48-02-03-00011	Recup. do Centro Histórico Funchal	03.09.1996	1 006	754	999	749	99,3%
		48-02-03-00012	Val. Orla Marítima - Poças Governador	03.09.1996	1 598	1 198	1 571	1 178	98,3%
Subtotal Medida					**24 878**	**19 910**	**24 807**	**19 856**	
	48-02-06	48-02-06-00001	Plano Promocional para o Vinho da Madeira	10.11.1994	631	536	628	534	99,5%
		48-02-06-00002	Promoção do Golfe	10.11.1994	545	463	546	464	100,1%
		48-02-06-00003	Estudos, Material Promocional e Publicidade	20.03.1995	1 381	1 174	1 379	1 172	99,8%
		48-02-06-00004	Acções para Diversificação de Mercados	20.03.1995	2 122	1 804	2 121	1 803	99,9%
		48-02-06-00005	Dinamização do Turismo Interno	20.03.1995	1 024	870	1 023	870	99,9%
		48-02-06-00006	Campanha de Imagem	20.03.1995	2 477	2 105	2 467	2 097	99,5%
		48-02-06-00007	CIFEC - Conclusão	20.03.1995	18 361	10 098	18 278	10 052	99,5%
		48-02-06-00008	Ampliação/Transferência da ECM	20.11.1995	18 921	6 541	9 335	6 534	49,3%
		48-02-06-00009	Sideram - J. Ramos	02.12.1996	332	146	172	146	51,9%
		48-02-06-00010	Sideram - J. Matos & Filhos, Lda.	02.12.1996	0	0	0	0	
		48-02-06-00011	Sideram - Avelino F. & Agrela, Lda.	02.12.1996	500	242	263	224	52,7%
		48-02-06-00012	Sideram - INCAMAD	02.12.1996	91	41	48	41	52,9%
		48-02-06-00013	Sideram - Beta	02.12.1996	485	179	210	178	43,3%
		48-02-06-00014	Sideram - Camacho & Filhos, Lda.	02.12.1996	215	91	105	89	48,9%
		48-02-06-00015	Sideram - 33/16 Assist. Naútica, Lda.	02.12.1996	212	91	107	91	50,6%
		48-02-06-00016	Sideram - H. N. S.	02.12.1996	467	211	213	181	45,7%
		48-02-06-00017	Sideram - Trêserres	02.12.1996	68	35	41	34	59,6%
		48-02-06-00018	Sideram- Curral Pão, Lda.	02.12.1996	280	145	155	132	55,4%
		48-02-06-00019	Sideram - Carpimade	02.12.1996	270	135	156	132	57,9%
		48-02-06-00020	Sideram - Spiroc	02.12.1996	424	182	204	174	48,2%
		48-02-06-00021	Sideram - J. M. Nunes, Lda.	02.12.1996	99	42	49	42	49,8%
		48-02-06-00022	Sideram - Lidogel	02.12.1996	144	62	72	61	50,4%
		48-02-06-00023	Sideram - Bombolo	02.12.1996	204	92	108	92	52,8%
		48-02-06-00024	Sideram - J. Avelino P. & Filhos, Lda.	02.12.1996	449	189	201	171	44,7%
		48-02-06-00025	Sideram - Apicius	02.12.1996	479	242	251	213	52,3%
		48-02-06-00026	Sideram - Indutora	02.12.1996	101	30	29	25	29,5%
		48-02-06-00027	Sideram - A. Pumpílio Cunha	02.12.1996	98	29	26	22	26,6%
		48-02-06-00028	Sideram - Ferreira & Pestana, Lda.	02.12.1996	78	24	22	19	29,1%
		48-02-06-00029	Sideram - Figueira & Santos, Lda.	02.12.1996	51	23	25	21	49,9%
		48-02-06-00030	Sideram - Estreitauto	13.05.1997	69	29	25	21	37,2%
		48-02-06-00031	Sideram - Jardim dos Barreiros	13.05.1997	55	21	24	21	44,4%
		48-02-06-00032	Sideram - Stefanel	13.05.1997	63	22	24	20	38,5%
		48-02-06-00033	Sideram - J.M.M.P.S. -Congelados, Lda.	13.05.1997	77	26	20	17	25,9%
		48-02-06-00034	Sideram-PRIMA	13.05.1997	133	68	78	66	58,6%
		48-02-06-00035	Sideram- AMBIMADEIRA	13.05.1997	497	247	272	231	54,7%
		48-02-06-00036	Sideram-Mª José Sousa	13.05.1997	247	113	133	113	53,8%
		48-02-06-00037	Sideram-Carpitorra	13.05.1997	177	75	82	70	46,5%
		48-02-06-00038	Sideram - Modas Irene & Silva, Lda.	13.05.1997	0	0	0	0	
		48-02-06-00039	Sideram-J. Catanho & Raúl, Lda.	13.05.1997	437	185	197	168	45,2%

Subprograma	Medida	Código do Projecto	Designação do Projecto	Data_Aprovação	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER	Despesa Elegível	Despesa FEDER	Taxa de Execução
48-02	48-02-06	48-02-06-00040	Sideram-FUNCHALBETÃO	13.05.1997	439	210	241	205	55%
		48-02-06-00041	Sideram-FABOLACHA	13.05.1997	498	186	207	175	41,5%
		48-02-06-00042	Sideram-Fernandes & Pereira, Lda.	13.05.1997	434	186	210	179	48,6%
		48-02-06-00043	Sideram-SIRAM	13.05.1997	493	218	255	216	51,7%
		48-02-06-00044	Sideram-PANOESTE	13.05.1997	370	176	200	170	54,2%
		48-02-06-00045	Sideram - Irmãos Leça Freitas, Lda.	13.05.1997	473	233	259	220	54,9%
		48-02-06-00046	Sideram-HusKy-Tap. Madeira, Lda.	13.05.1997	385	183	85	72	22,1%
		48-02-06-00047	Sideram-Abreu & Conceição, Lda.	13.05.1997	0	0	0	0	
		48-02-06-00048	SIDERAM - Basílio & Basílio, Lda.	22.09.1997	413	178	177	151	42,9%
		48-02-06-00049	SIDERAM - Benares, Lda.	22.09.1997	0	0	0	0	
		48-02-06-00050	Sideram - Canha & Varela, LDA:	22.09.1997	120	63	74	63	61,9%
		48-02-06-00051	Sideram - Mad. Inerte, Lda.	22.09.1997	494	190	240	204	48,6%
		48-02-06-00052	Sideram - Fashion Factory, Lda.	22.09.1997	0	0	0	0	
		48-02-06-00053	Sideram - Galvimade, Lda.	22.09.1997	489	210	230	195	47%
		48-02-06-00054	Sideram - Carpifunchal, Lda.	22.09.1997	482	220	259	220	53,7%
		48-02-06-00055	Sideram - R.J.P., Lda.	22.09.1997	0	0	0	0	
		48-02-06-00056	Sideram- Art Fashion	02.02.1998	0	0	0	0	
		48-02-06-00057	Sideram- Dias & Companhia	02.02.1998	0	0	0	0	
		48-02-06-00058	Sideram- Stuart & Cª Lda.	02.02.1998	478	198	222	188	46,4%
		48-02-06-00059	Sideram- Branco & Brancos	02.02.1998	113	61	72	61	63,9%
		48-02-06-00060	SIDERAM- J.A. Pinto & Filhos(II)	02.02.1998	273	153	155	132	57%
		48-02-06-00061	Sideram- Francaso	02.02.1998	0	0	0	0	
		48-02-06-00062	Sideram- Quentinho	02.02.1998	80	34	40	34	50%
		48-02-06-00063	Sideram- P. Papel & Tinta	02.02.1998	0	0	0	0	
		48-02-06-00064	Sideram- O Liberal	02.02.1998	495	242	271	230	54,7%
		48-02-06-00065	Sideram- H.N.S. (II)	02.02.1998	245	127	150	128	61,3%
		48-02-06-00066	Sideram- Madeiplás	02.02.1998	208	99	113	96	54,3%
		48-02-06-00067	Sideram- Oliveira & Silva	02.02.1998	340	159	163	138	47,9%
		48-02-06-00068	Sideram- Brasilite	02.02.1998	485	241	271	230	55,8%
		48-02-06-00069	Sideram- Dias & Cª (II)	02.02.1998	0	0	0	0	
		48-02-06-00070	Sideram- Inforcunha	02.02.1998	55	24	22	19	40,8%
		48-02-06-00071	Sideram- Auto POP	02.02.1998	96	27	26	22	27,8%
		48-02-06-00072	Sideram- "Mestre Nunes"	02.02.1998	53	22	22	18	41%
		48-02-06-00073	Sideram- Jó & Mitó	02.02.1998	49	27	31	27	63,9%
		48-02-06-00074	Sideram- Tudimporte	02.02.1998	74	29	32	27	43,6%
		48-02-06-00075	Sideram- Fábrica de Festas	02.02.1998	490	206	229	195	46,8%
		48-02-06-00076	Sideram-Pinto&Filho, Lda.	21.06.1999	482	175	197	167	40,8%
		48-02-06-00077	Sideram-Câmara&Camacho, Lda.	21.06.1999	0	0	0	0	
		48-02-06-00078	Sideram-Fonseca&Figueira, Lda.	21.06.1999	326	138	163	138	49,9%
		48-02-06-00079	Sideram- Maquetizar	21.06.1999	215	93	109	92	50,6%
		48-02-06-00080	Sideram-Metalilha	21.06.1999	126	54	54	46	43,3%
		48-02-06-00081	Sideram-Blocos Espanhol	21.06.1999	0	0	0	0	

Subprograma	Medida	Código do Projecto	Designação do Projecto	Data_Aprovação	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER	Despesa Elegível	Despesa FEDER	Taxa de Execução
48-02	48-02-06	48-02-06-00082	Sideram-HNS(III)	21.06.1999	492	176	170	144	34,6%
		48-02-06-00083	Sideram-Pontasolense	21.06.1999	264	137	149	127	56,5%
		48-02-06-00084	Sideram-SIB	21.06.1999	317	148	104	88	32,8%
		48-02-06-00085	Sideram- AMAPLAST	21.06.1999	488	187	219	186	44,8%
		48-02-06-00086	Sideram-Gouveias	21.06.1999	479	216	251	213	52,4%
		48-02-06-00087	Sideram-J. Gonçalves, Mat. Const.,Lda.	21.06.1999	0	0	0	0	
		48-02-06-00088	Sideram-Serral. do Oeste, Lda.	21.06.1999	475	185	216	184	45,6%
		48-02-06-00089	Sideram-Ext. Pedra e Brita Palmeira	21.06.1999	440	185	217	185	49,4%
		48-02-06-00090	Sideram-Ser. e Carpintaria da Calheta, Lda.	21.06.1999	498	218	247	210	49,6%
		48-02-06-00091	Sideram-Solidago	21.06.1999	309	131	147	125	47,7%
		48-02-06-00092	Sideram-Carp. Mec. Machiquense, Lda.	21.06.1999	348	162	181	154	52%
		48-02-06-00093	Sideram-ASVA	21.06.1999	470	179	203	173	43,3%
		48-02-06-00094	Sideram-Funchalbetão(II)	21.06.1999	236	112	132	112	55,9%
		48-02-06-00095	Sideram-EMA, Lda.	21.06.1999	362	163	192	163	52,9%
Subtotal Medida					**67 255**	**33 211**	**46 338**	**32 504**	
Total Subprog.					**379 840**	**229 691**	**358 187**	**228 505**	
48-03	48-03-01	48-03-01-00001	Centro de Saude de Santana	10.10.1994	2 550	2 168	2 549	2 167	99,9%
		48-03-01-00002	Centro de Saúde de Sta Cruz	20.11.1995	711	533	707	530	99,3%
		48-03-01-00003	Centro de Saúde da Nazaré	22.09.1997	918	688	918	689	100%
		48-03-01-00004	Centro de Saúde de Machico	22.09.1997	5 743	4 307	5 743	4 307	99,9%
		48-03-01-00005	Lab. de Hemodinâmica c/ Angiografia Digital	22.09.1997	1 580	1 185	1 580	1 185	99,9%
Subtotal Medida					**11 505**	**8 884**	**11 500**	**8 879**	
	48-03-02	48-03-02-00001	Sistema Adutor das Rabaças	10.10.1994	2 933	2 493	2 934	2 494	100%
		48-03-02-00002	Abastecimento de Àgua Potavel C°Lobos 2ª Fase (Conclusão)	10.11.1994	1 708	1 452	1 708	1 451	99,9%
		48-03-02-00003	Estação Elevatória do Porto Novo-2ª Fase	30.11.1994	729	620	730	621	100,1%
		48-03-02-00004	Estação de Tratamento de Água dos Socorridos	30.11.1994	3 823	3 250	3 813	3 241	99,7%
		48-03-02-00005	Execução de Furos de Captação de àgua	30.11.1994	1 148	975	1 147	975	99,9%
		48-03-02-00006	Estação de Tratamento de Àgua do Covão	30.11.1994	1 825	1 551	1 823	1 550	99,9%
		48-03-02-00007	Abastecimento de Água à Tábua e Zona Oeste da RBrava 2ªFase	26.06.1995	1 280	960	1 277	957	99,7%
		48-03-02-00008	Rede de Distribuição de Água na Vila RBrava-Conclusão	26.06.1995	254	191	254	191	100%
		48-03-02-00009	Renov. Rede Abast° Água Zona Baixa Funchal	17.05.1996	2 951	2 213	2 946	2 210	99,8%
		48-03-02-00010	Abastecimento de Água ao Santo da Serra	22.09.1997	725	544	725	544	100%
		48-03-02-00011	Abastecimento de Água a Santana	22.09.1997	1 751	1 313	1 753	1 314	100%
		48-03-02-00012	Abast. de Água à Zona Leste de S. Vicente	21.06.1999	795	596	795	596	100%
		48-03-02-00013	Abast. de Água à Zona Leste de Boaventura	21.06.1999	224	168	224	168	100%
Subtotal Medida					**20 154**	**16 332**	**20 136**	**16 318**	
	48-03-03	48-03-03-00001	Saneamento da Zona Baixa do Caniço (1ª fase-Conc. + 2ª fase)	10.11.1994	3 311	2 814	3 312	2 815	100%
		48-03-03-00002	Equipamento de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana p/ RAM	20.03.1995	5 328	4 529	5 321	4 523	99,8%

Subprograma	Medida	Código do Projecto	Designação do Projecto	Data_Aprovação	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER	Despesa Elegível	Despesa FEDER	Taxa de Execução
48-03	48-03-03	48-03-03-00003	Rede de Águas Residuais na Vila da RBrava-Conclusão	26.06.1995	759	569	756	567	99,5%
		48-03-03-00004	Ampliação e Remodelação da ETRS do Funchal - Conclusão	11.12.1995	1 645	1 233	1 622	1 216	98,6%
		48-03-03-00005	Inf. Saneam. Básico Diversas Freguesias Funchal	17.05.1996	3 222	2 416	3 211	2 408	99,6%
		48-03-03-00006	Remod. Rede Águas Residuais Zona Baixa e Z. Velha	17.05.1996	2 452	1 839	2 450	1 837	99,9%
Subtotal Medida					**16 720**	**13 404**	**16 674**	**13 369**	
Total Subprog.					**48 380**	**38 621**	**48 311**	**38 567**	
48-04	48-04-01	48-04-01-00001	Monitorização do Programa - Gabmatic	20.11.1995	144	122	143	122	99,6%
		48-04-01-00002	Gestão e Acompanhamento POPRAM II (94/95)	08.08.1995	239	203	238	203	99,7%
		48-04-01-00003	Gestão e Acompanhamento POPRAM II (96)	30.11.1995	144	122	138	117	95,7%
		48-04-01-00004	Gestão e Acompanhamento (97)	11.03.1997	128	108	126	107	98,6%
		48-04-01-00005	Gestão e Acompanhamento (98)	16.10.1998	144	122	144	123	100%
		48-04-01-00006	Gestão e Acompanhamento(99)	16.05.1999	165	140	165	140	100%
		48-04-01-00007	AT SIDERAM	16.05.1999	52	44	0	0	
Subtotal Medida					**1 019**	**866**	**958**	**814**	
Total Subprog.					**1 019**	**866**	**958**	**814**	
Total FEDER					**468 974**	**301 018**	**446 765**	**299 369**	

ANEXOS – SIDERAM

Subprograma - Desenvolvimento de Factores de Competitividade e Potencial Endógeno
Medida - Mobilização do Potencial de Iniciativa Endógena
SIDERAM - Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento Empresarial da R.A.M.

INSTITUTO de DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Quadro I - Execução Financeira Global

EXECUÇÃO FINANCEIRA / GLOBAL

Unid. contos

Nº Proj.	Nome da Empresa	CAE	Nº Contrato	Data apres. Candid.	Projecto Aprovado					Projecto Realizado							Incentivo a Pagar / Descativar						Comissões Cobradas		Observações (Conclusão Física)
					Invest. Previsto	Ap. Relev. Previstas	Incentivo Previsto			Nº de Pag.	Ap. Relev. Realizadas		Incentivo Pago				Fundo Perdido		Juros		Total				
							F.P.	Juros	Total		Valor	%	F.P.	Juros	Total	%	A Pagar	Descativar	A Pagar	Descativar	Valor	%	Devolvidas	Não Devol.	
1	J. Ramos - Indústrias Metálicas, Lda	28120	5	96/02/16	97.393	88.614	35.679		35.679	2	67.204	97,95%	34.946	0	34.946	97,95%		733			733	2,05%	1.048	0	Concluído
2	J. Matos & Filhos, Lda	18301	39/97	96/05/14	50.525	30.650	16.858		16.858	1	15.325	50,00%	8.429	0	8.429	50,00%	8.429				8.429	50,00%	0	253	Rescisão de Contrato
3	Avelino, Farinha & Agrela, Lda	45212	15	96/06/04	99.435	98.155	52.800	3.064	55.864	2	98.105	99,95%	52.800	0	52.800	94,52%		0		3.064	3.064	5,48%	1.584	0	Concluído
6	Incamad - Ind. de Carpint. da Madeira, Lda	36141	16	96/06/28	43.087	21.540	11.416		11.416	2	19.530	86,03%	9.821	0	9.821	86,03%		1.595			1.595	13,97%	295	0	Concluído
7	Bete - Betumes da Madeira, Lda	26820	42/98	96/07/05	97.400	97.400	40.000	2.447	42.447	3	96.820	99,40%	40.000	0	40.000	94,24%		0		2.447	2.447	5,76%	300	0	Concluído
8	Camacho & Filhos, Lda	28610	4	96/07/08	90.481	43.360	21.680		21.680	5	42.405	97,80%	21.203	0	21.203	97,80%		477			477	2,20%	325	0	Concluído
9	Bastio e Bastio, Lda.	28110	38/97	96/12/07	98.173	93.146	40.000	2.034	42.034	1	82.986	89,09%	40.000	0	40.000	95,16%		0		2.034	2.034	4,84%	0	0	Concluído
10	33/16 - Assistência Naútica, Lda. *	35120	10	96/07/12	69.925	42.300	21.573		21.573	5	42.300	100,0%	21.573	0	21.573	100,0%		0			0	0,00%	528	0	Concluído
11	H.N.S. - Soc. Ind. Metalomecânica, Lda	28110	12	96/07/19	98.609	98.609	46.400	2.355	48.755	20	96.753	98,12%	46.400	1.716	48.116	98,69%		0		639	639	1,31%	1.392	0	Concluído
12	Tréserres - Pastelaria, Lda	15812	3	96/07/22	14.102	14.102	8.602		8.602	2	13.500	95,73%	8.235	0	8.235	95,74%		367			367	4,26%	247	0	Concluído
13	Cumal Pão, Lda	15811	19	96/07/25	74.309	56.154	34.254		34.254	7	51.325	91,40%	31.308	0	31.308	91,40%		2.946			2.946	8,60%	771	0	Concluído
14	Carpimade - Soc. Carpint. da Madeira, Lda	20302	2	96/07/25	91.853	53.812	31.749		31.749	8	53.251	98,96%	31.418	0	31.418	98,96%		331			331	1,04%	943	0	Concluído
15	Spiroc - Soc. Mad. de Técnicas Metalurg., Lda	28119	1	96/07/31	87.747	84.397	41.600	804	42.404	24	83.719	99,20%	41.600	486	42.086	99,25%		0		318	318	0,75%	1.248	0	Concluído
16	Maria José de Sousa	15811	27	96/08/07	53.767	53.767	29.034		29.034	1	49.949	92,90%	26.973	42.133	69.105	######		2.061			-40.071	-138,02%	0	809	Concluído
17	J. M. Nunes, Lda	15812	6	96/08/23	23.031	23.031	11.746		11.746	6	19.487	84,61%	9.938	0	9.938	84,61%		1.808			1.808	15,39%	298	0	Concluído
18	Lidogel - Gelados da Madeira, Lda	15520	9	96/09/09	29.914	29.215	14.900		14.900	6	28.615	97,95%	14.594	0	14.594	97,94%		306			306	2,06%	438	0	Concluído
19	Bombolo - Ind. de Panificação e Pastelaria, Lda	15811	43/98	96/09/17	46.186	42.835	22.703		22.703	2	41.386	96,62%	21.934	0	21.934	96,61%		769			769	3,39%	656	0	Concluído
20	José Avelino Pinto & Filhos, Lda	28110	11	96/09/19	95.227	95.227	44.000	1.713	45.713	11	88.117	92,53%	42.075	1.167	43.242	94,59%		1.925		546	2.471	5,41%	1.262	0	Concluído
21	Apicius - Comércio e Gestão de Serviços, Lda	37200	8	96/09/19	99.964	95.964	54.400	2.694	57.094	16	93.593	97,53%	51.916	1.876	53.794	94,22%		2.482		818	3.300	5,78%	1.224	0	Concluído
22	Álvaro Pumpilio Cunha	52111	13	96/07/15	20.062	19.912	5.400	1.673	7.073	1	19.412	97,49%	5.130	0	5.130	72,53%		270		1.673	1.943	27,47%	0	154	Concluído
23	Figueira & Santos, Lda	50200	17	96/07/29	14.359	11.087	5.500	75	5.575	1	10.339	93,42%	5.500	0	5.500	98,65%		0		75	75	1,35%	0	165	Concluído
24	Indutora - Instaladora Eléctrica da Madeira, Lda.	52112	7	96/08/16	19.991	19.991	5.500	1.686	7.186	3	19.991	100,0%	5.500	0	5.500	76,54%		0		1.686	1.686	23,46%	124	0	Concluído
25	Ferreira & Pestana, Lda	52112	14	96/09/06	19.839	17.437	5.100	941	6.041	8	15.814	90,69%	4.845	678	5.523	91,42%		255		263	518	8,58%	145	0	Concluído

Subprograma - Desenvolvimento de Factores de Competitividade e Potencial Endógeno
Medida - Mobilização do Potencial de Iniciativa Endógena
SIDERAM - Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento Empresarial da R.A.M.

INSTITUTO de DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

EXECUÇÃO FINANCEIRA / GLOBAL

Quadro I - Execução Financeira Global

Unid.: contos

Nº Proj.	Nome da Empresa	CAE	Nº Contrato	Data apres. Candid.	Projecto Aprovado					Projecto Realizado							Incentivo a Pagar / Descativar						Comissões Cobradas		Observações (Conclusão Física)
					Invest. Previsto	Ap. Relev. Previstas	Incentivo Previsto			Nº de Pag.	Ap. Relev. Realizadas		Incentivo Pago				Fundo Perdido		Juros		Total		Devolvidas	Não Devol.	
							F.P.	Juros	Total		Valor	%	F. P.	Juros	Total	%	A Pagar	Descativar	A Pagar	Descativar	Valor	%			
26	Art Fashion - Industria de Confecções, Lda.	18221	0	96/10/08	99.839	99.839	44.800		44.800	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%		44.800			44.800	100,00%	0	0	Candidatura Desaprovada
27	Carpitorra-Carpintaria,Transf. Madeira e Mat.Const.Ld^a	20302	23	96/10/17	89.231	35.648	17.824		17.824	4	33.155	93,01%	16.577	0	16.577	93,01%		1.247			1.247	6,99%	134	0	Concluído
28	Jó Mató-Comércio de Brinquedos, Lda.	51473	54/98	96/10/17	10.837	9.985	6.390		6.390	2	9.955	99,70%	6.371	0	6.371	99,71%		19			19	0,29%	191	0	Concluído
29	Estrelcauto - Comércio de Aces. de Automóvel,Ld^a	50300	35	96/10/28	19.984	16.568	6.200	831	7.031	8	13.951	84,20%	6.200	397	6.597	93,83%		0		434	434	6,17%	186	0	Concluído
30	Prima - Projectos e Inv. de Madeira, Ld^a	74202	18	96/10/30	28.232	28.232	16.939		16.939	1	26.230	92,91%	15.738	0	15.738	92,91%		1.201			1.201	7,09%	472	0	Concluído
31	Modas Irene & Siva, Ld^a	18240	25	96/09/04	24.174	21.151	11.210		11.210	2	6.793	32,12%	5.605	0	5.605	50,00%		5.605			5.605	50,00%	0	168	Rescisão de Contrato
32	Jardim dos Barreiros - Comércio de Flores, Ld^a	52111	28	96/08/14	18.297	11.242	5.000	157	5.157	2	11.242	100,0%	5.000	0	5.000	96,96%		0		157	157	3,04%	150	0	Concluído
34	José Manuel Nunes Perfeito	50100	58/98	98/11/26	13.098	12.438	5.100	171	5.271	1	10.792	86,77%	5.100	0	5.100	96,76%		0		171	171	3,24%	0	0	Concluído
35	Stefanel-Carvalho, Gonçalves & Torres, Ld^a	52421	41/98	96/11/28	14.986	13.016	5.000	382	5.382	15	12.816	98,46%	4.900	321	5.221	97,01%		100		61	161	2,99%	113	0	Concluído
36	João Catanho & Raúl, Ld^a	26660	64/98	96/12/02	98.166	93.740	42.400	1.353	43.753	1	87.740	93,60%	42.400	0	42.400	96,91%		0		1.353	1.353	3,09%	0	0	Concluído
38	Quentinho - Padaria e Pastelaria, Lda.	15811	44/98	96/12/16	22.717	16.405	8.203		8.203	1	16.101	98,15%	8.051	0	8.051	98,14%		153			153	1,86%	0	0	Concluído
39	Funchalbetão-Técnicas de Betão e Construção, Ld^a	20302	37	96/09/30	99.591	88.682	48.800	1.099	49.899	4	88.682	100,0%	48.800	0	48.800	97,80%		0		1.099	1.099	2,20%	1.464	0	Concluído
40	Fabolacha-Fábrica de Bolachas Saborável, Ld^a	15820	21	96/12/27	99.982	99.982	40.800	3.241	44.041	4	94.198	94,23%	40.800	808	41.608	94,48%		0		2.433	2.433	5,52%	0	0	Concluído
41	J.M.M.P.S. - Congelados, Ld^a	52390	61/98	97/01/09	19.651	19.651	5.100	1.221	6.321	1	15.602	78,40%	5.100	0	5.100	80,68%		0		1.221	1.221	19,32%	0	0	Concluído
42	Fernandes & Perreira, Ld^a	28520	31	97/01/09	94.438	89.328	43.200	1.181	44.381	6	87.704	98,18%	43.113	735	43.848	98,80%		87		446	533	1,20%	1.293	0	Concluído
43	Sirem - Iluminações	31202	48/98	97/01/31	99.596	98.838	48.800	2.649	51.449	1	98.270	99,43%	48.800	0	48.800	94,85%		0		2.649	2.649	5,15%	0	0	Concluído
44	Ambimadeira-Limpeza e Conservação do Ambiente,Ld^a	90002	26	97/02/06	99.997	99.997	55.200	3.374	58.574	5	95.408	95,41%	53.612	0	53.612	91,53%		1.588	3.374		4.962	8,47%	828	0	Concluído
45	Panoeste - Panificadora Oeste, Ld^a	15811	20	97/02/19	74.268	74.268	41.590		41.590	2	71.893	96,80%	40.260	0	40.260	96,80%		1.330			1.330	3,20%	0	0	Concluído
46	Irmãos Laca do Freitas, Ld^a	20300	29	96/12/30	99.664	98.480	53.600	2.318	55.918	5	95.585	99,07%	53.239	1.897	55.136	98,60%		361		421	782	1,40%	1.597	0	Concluído
47	Husky - Tapetes da Madeira, Ld^a	17510	30	97/03/04	49.029	44.580	24.965		24.965	1	30.627	68,70%	15.314	0	15.314	61,34%		9.651			9.651	38,66%	0	0	Concluído
48	Bonares - Industria e Confecções, Lda	18221	40/98	97/02/27	117.162	99.372	45.600		45.600	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%		45.600			45.600	100,00%	0	0	Rescisão de Contrato
49	Abreu & Conceição, Ld^a	20302	24	97/03/07	75.746	70.744	38.202		38.202	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%		38.202			38.202	100,00%	0	0	Rescisão de Contrato
52	Madeiplás de S. Vicente-Caixilharias em PVC, Lda.	25230	45/98	97/04/18	46.599	41.764	23.388		23.388	3	40.498	96,97%	22.679	0	22.679	96,97%		709			709	3,03%	516	0	Concluído
53	Fabrica de Extracção de Pedra e Brita da Palmeira, Lda	14121	82/98	97-02-27	93.934	88.410	43.200	659	43.859	5	88.070	99,62%	43.016	381	43.398	98,95%		184		278	461	1,05%	0	0	Concluído
54	Cenha e Varela, Lda.	15811	33	97/05/07	25.883	25.883	16.047		16.047	1	24.119	93,18%	14.954	0	14.954	93,19%		1.093			1.093	6,81%	0	0	Concluído

Subprograma - Desenvolvimento de Factores de Competitividade e Potencial Endógeno
Medida - Mobilização do Potencial de Iniciativa Endógena
SIDERAM - Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento Empresarial da R.A.M.

INSTITUTO de DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

EXECUÇÃO FINANCEIRA / GLOBAL

Quadro I - Execução Financeira Global

Unid. contos

Nº Proj.	Nome da Empresa	CAE	Nº Contrato	Data apros. Candid.	Projecto Aprovado					Projecto Realizado							Incentivo a Pagar / Descativar						Comissões Cobradas		Observações (Conclusão Física)
					Invest. Previsto	Ap. Relev. Previstas	Incentivo Previsto			Nº de Pag.	Ap. Relev. Realizadas		Incentivo Pago				Fundo Perdido		Juros		Total		Devolvidas	Não Devol.	
							F.P.	Juros	Total		Valor	%	F. P.	Juros	Total	%	A Pagar	Descativar	A Pagar	Descativar	Valor	%			
55	Fábrica de Blocos Espanhol, Lda	26660	79/99	97-05-07	98.826	78.805	47.283		47.283	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%		47.283			47.283	100,00%	0	0	Rescisão de Contrato
56	Madeira Inerte - Extracção de Saibro, Lda.	14210	34	97/05/07	99.960	99.960	42.400	2.807	45.207	3	96.492	96,53%	42.400	1.899	44.299	97,99%		0		908	908	2,01%	1.310	0	Concluído
57	Dias & Companhia, Lda.	20302	62/98	97/05/07	99.986	99.986	44.800		44.800	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%		44.800			44.800	100,00%	0	0	Rescisão de Contrato
58	Dias & Companhia, Lda.	51531	63/98	97/05/07	19.951	19.951	5.600	980	6.580	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%		5.600		980	6.580	100,00%	0	0	Rescisão de Contrato
59	Inforcunha Computadores, Lda.	51640	59/98	97/05/02	15.251	14.672	6.000	788	6.788	4	11.113	75,74%	5.079	80	5.159	76,00%		821		708	1.629	24,00%	0	0	Concluído
60	The Fashion Factory - Têxteis e Malhas, Lda.	18221	32	97/05/23	119.956	99.956	45.600	1.964	47.564	3	74.488	74,52%	34.200	0	34.200	71,90%		11.400		1.964	13.364	28,10%	0	1.026	Rescisão de Contrato
61	Correia & Pedro, Lda.	50300	60/98	97/05/30	20.758	19.380	5.400	1.187	6.587	6	19.365	99,92%	5.400	768	6.168	93,64%		0		419	419	6,36%	0	0	Concluído
62	Galvimade -Estruturas Metálicas Galvanizadas, Lda	28110	46/98	97/06/06	98.929	98.172	47.200	2.555	49.755	1	91.107	92,80%	47.200	0	47.200	94,86%		0		2.555	2.555	5,14%	0	0	Concluído
63	Câmara & Camacho, Lda.	20101	87/99	97-06-12	68.767	65.216	33.912		33.912	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%		33.912			33.912	100,00%	0	0	Rescisão de Contrato
64	R.J.P. - Comércio e Distribuição, Lda.	51180	36	97/07/11	19.988	19.988	6.400	1.545	7.945	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%		6.400		1.545	7.945	100,00%	0	0	Rescisão de Contrato
65	Cozinhas Tudimporte-Imp.Exp. Comércio Geral,Lda.	52441	66/98	97/08/01	22.783	15.004	6.400	493	6.893	13	14.265	95,07%	5.937	393	6.330	91,83%		463		100	563	8,17%	0	0	Concluído
66	Carpifunchal - Carpintarias da Madeira, Lda.	20512	47/98	97/08/06	98.046	96.653	49.600	2.342	51.942	1	96.653	100,0%	49.600	0	49.600	95,49%		0		2.342	2.342	4,51%	0	0	Concluído
67	Francaso-Soc.Met.de Aço da Madeira, Lda.	28520	49/98	97/08/19	89.592	64.314	36.016		36.016	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%		36.016			36.016	100,00%	0	0	Rescisão de Contrato
68	Branco & Brancos, Lda.	36141	53/98	97/08/19	23.371	22.660	14.502		14.502	2	22.657	98,88%	14.500	0	14.500	99,99%		2			2	0,01%	435	0	Concluído
69	Oliveira & Silva, Lda.	15811	55/98	97/06/24	70.125	68.337	37.585		37.585	2	59.596	87,21%	32.778	0	32.778	87,21%		4.807			4.807	12,79%	564	0	Concluído
70	H.N.S.-Soc. Industria Metalomecânica, Lda. (2º)	28110	51/98	97/09/16	50.158	50.158	30.596		30.596	2	49.640	98,97%	30.280	0	30.280	98,97%		316			316	1,03%	908	0	Concluído
71	Stuart & Cª, Lda.	36636	65/98	97/09/16	98.273	95.900	44.800	2.012	46.812	3	93.750	97,76%	40.820	1.205	42.025	89,77%		3.980		807	4.787	10,23%	0	0	Concluído
72	ASVA- Ind. De Obj.de Madeira e Derivados, Lda.	20512	86/99	97-09-22	99.508	94.310	42.400	1.040	43.440	2	90.945	96,43%	40.810	760	41.570	95,70%		1.590		280	1.870	4,30%	0	0	Concluído
73	Carpintaria Mecânica Machiquense, Lda.	20302	77/99	97-08-22	98.985	69.810	38.386		38.386	1	66.050	94,61%	36.327	0	36.327	94,61%		2.059			2.059	5,39%	0	0	Concluído
74	Fábrica de Festas, Lda.	74842	50/98	97/09/25	98.804	98.378	45.600	3.101	48.701	1	98.378	100,0%	45.600	0	45.600	93,63%		0		3.101	3.101	6,37%	0	0	Concluído
75	Serracão e Carpintaria de Calheta, Lda	20302	74/99	97-07-14	99.841	99.841	49.600	1.953	51.553	4	95.990	96,14%	49.600	995	50.595	98,14%		0		958	958	1,86%	0	0	Concluído
76	José Avelino Pinto & Filhos (2º)	14210	52/98	97/09/30	54.771	54.771	36.148		36.149	1	47.371	86,49%	31.265	0	31.265	86,49%		4.884			4.884	13,51%	0	0	Concluído
77	Pinta, Papel & Tinta - Agência de Publicidade, Lda.	22240	67/98	97/10/22	53.221	52.948	30.709		30.709	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%		30.709			30.709	100,0%	0	0	Candidatura Desaprovada
78	O Liberal - Empresa de Artes Gráficas	22220	57/98	97/11/18	99.526	99.355	54.400	2.722	57.122	16	99.355	100,0%	54.400	1.724	56.124	98,25%		0		998	998	1,75%	1.632	0	Concluído
79	EMA, Lda.	74842	85/99	97-11-25	98.170	72.751	38.558		38.558	1	72.751	100,0%	38.558	0	38.558	100,0%		0			0	0,00%	0	0	Concluído

INSTITUTO de DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

EXECUÇÃO FINANCEIRA / GLOBAL

Quadro I - Execução Financeira Global

Unid.: contos

Nº Proj.	Nome da Empresa	CAE	Nº Contrato	Data aprov. Candid.	Projecto Aprovado					Projecto Realizado							Incentivo a Pagar / Descativar						Comissões Cobradas		Observações (Conclusão Física)
					Invest. Previsto	Ap. Reiev. Previstas	Incentivo Previsto			Nº de Pag.	Ap. Reiev. Realizadas		Incentivo Pago				Fundo Perdido		Juros		Total		Devolvidas	Não Devol.	
							F.P.	Juros	Total		Valor	%	F.P.	Juros	Total	%	A Pagar	Descativar	A Pagar	Descativar	Valor	%			
82	Brasilite - Industria Transf. de Resinas Plásticas, Ida.	25240	56/98	97/12/19	97.556	97.420	54.400	2.450	56.850	18	97.420	100,0%	54.400	1.552	55.952	98,42%		0		898	898	1,58%	1.632	0	Concluido
83	Solidago-Industria & Serviços, Lda.	24510	69/98	97-12-29	63.765	62.006	31.003		31.003	4	59.220	95,51%	29.610	0	29.610	95,51%		1.393			1.393	4,49%	0	0	Concluido
85	Pinto & Filhos, Lda	28401	78/99	98-02-27	99.336	96.696	40.000	1.308	41.308	4	92.455	95,61%	39.913	0	39.913	96,62%		88		1.308	1.396	3,38%	0	0	Concluido
89	Funchalbetão-Téc. De Betão e Construção, Lda.	20101	66/99	98-02-27	49.725	48.974	27.425		27.425	1	47.373	96,73%	26.512	0	26.512	96,67%		913			913	3,33%	0	0	Concluido
90	Serralharia do Oeste, Lda	28401	81/99	98-03-31	98.935	95.238	42.400	1.286	43.686	5	94.730	99,47%	42.131	808	42.939	98,29%		289		476	747	1,71%	0	0	Concluido
92	Gouveias-Fabrico de Artigos em Cimento, Lda.	26660	75/99	98-05-14	99.585	96.036	49.600	1.488	51.088	4	94.755	98,67%	49.237	1.058	50.296	98,45%		363		430	792	1,55%	0	0	Concluido
93	Fonseca & Figueira, Lda.	36142	71/99	98-06-05	98.999	65.522	32.761		32.761	1	65.521	100,0%	32.761	0	32.761	100,0%		0			0	0,00%	0	0	Concluido
94	AMAPLAST - Amazónia Ind. De Plásticos da Madeira, Lda.	25240	73/99	98-06-16	98.284	97.883	42.400	1.760	44.160	8	97.383	99,49%	42.135	1.066	43.201	97,83%		265		694	959	2,17%	0	0	Concluido
96	HNS - Aluminios, Lda.	28120	72/99	98-06-22	98.724	98.724	40.000	1.580	41.580	1	81.181	82,23%	40.000	0	40.000	96,20%		0		1.580	1.580	3,80%	0	0	Concluido
97	João Gonçalves, Materias de Construção, Lda.	25610	84/99	98-03-16	98.658	94.056	46.400	1.384	47.784	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%		46.400		1.384	47.784	100,0%	0	0	Rescisão de Contrato
98	Metalilha, Lda.	28510	83/99	98-08-24	27.253	25.379	12.943		12.943	2	21.596	85,10%	11.014	0	11.014	85,10%		1.929			1.929	14,90%	0	0	Concluido
104	Pontasolense - Comércio de Serralharia, Lda.	28630	76/99	98-09-04	58.426	53.074	32.375		32.375	2	49.200	92,70%	28.536	0	28.536	88,14%		3.839			3.839	11,86%	0	0	Concluido
107	SIB - Sociedade Insular de Bolachas - Soc. Unipessoal, S.A.	15820	80/99	97-06-26	73.674	63.679	35.023		35.023	1	38.016	59,70%	20.909	0	20.909	59,70%		14.114			14.114	40,30%	0	0	Concluido
115	Maquetizar - Reprodução de Artes Gráficas, Lda.	22250	70/99	98-11-18	44.260	43.170	22.017		22.017	1	42.804	99,38%	21.881	0	21.881	99,38%		136			136	0,62%	0	0	Concluido
87	**Total de Projectos Aprovados e Homologados**				5.878.126	5.316.043	2.647.105	74.867	2.721.972	331	4.290.075	80,70%	2.165.561	64.903	2.230.464	81,94%	8.429	473.115	3.374	48.723	491.508		26.255	2.575	

(em contos)

Comissões Cobradas	28.831
Comissões Devolvidas:	26.255
Comissões Não Devolvidas:	2.575